

# CADERNO *de* FORMAÇÃO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO

VOLUME 1

UNIVESP

unesp 



GOVERNO DO ESTADO DE  
SÃO PAULO  
TRABALHANDO POR VOCÊ  
SECRETARIA DE  
ENSINO SUPERIOR

Bloco1

Formação Geral

Módulo 1

Introdução à Educação



# CADERNO de FORMAÇÃO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO

VOLUME 1

UNIVESP

unesp 

  
GOVERNO DO ESTADO DE  
**SÃO PAULO**  
TRABALHANDO POR VOCÊ  
SECRETARIA DE  
ENSINO SUPERIOR

São Paulo  
**CULTURA  
ACADÊMICA**   
*Editora*  
2010

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
Rua Quirino de Andrade, 215 - CEP 01049-010 - São Paulo - SP  
Tel. (11) 5627-0245  
www.unesp.br

UNIVESP - UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria de Ensino Superior do Estado de São Paulo  
Rua Boa Vista, 170 - 12º Andar - CEP 01014-000 - São Paulo SP  
Tel. (11) 3188-3355  
www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br

PROJETO GRÁFICO, ARTE E DIAGRAMAÇÃO  
Lili Lungarezi  
NEaD - Núcleo de Educação a Distância

U58c Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação  
Caderno de formação: introdução à educação / Universidade  
Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação ; Universidade  
Virtual do Estado de São Paulo. – São Paulo : Cultura  
Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de  
Graduação, 2010.

112 p. ; 21 cm. – (Pedagogia / PROGRAD)

ISBN 978-85-7983-045-7

1. Introdução à Educação. 2. Educação e Sociedade.  
3. LDBEN. 4. Ética e Cidadania. 5. Educação e Linguagem.  
6. Política Educacional. 7. Memória de Professores. I. Autor.  
II. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. III. Título.

CDD 370.19



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador

José Serra

SECRETARIA ESTADUAL DE ENSINO SUPERIOR

Secretário

Carlos Alberto Vogt

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Vice-Reitor

Julio Cezar Durigan

Chefe de Gabinete

Carlos Antonio Gamero

Pró-Reitora de Graduação

Sheila Zambello de Pinho

Pró-Reitora de Pós-Graduação

Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitora de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Pró-Reitora de Extensão Universitária

Maria Amélia Máximo de Araújo

Pró-Reitor de Administração

Ricardo Samih Georges Abi Rached

Secretária Geral

Maria Dalva Silva Pagotto

FUNDUNESP

Diretor Presidente Luiz Antonio Vane

**CULTURA  
ACADÊMICA**

*Editora*

Cultura Acadêmica Editora  
Praça da Sé, 108 - Centro  
CEP: 01001-900 - São Paulo-SP  
Telefone: (11) 3242-7171

# PEDAGOGIA UNESP/UNIVESP

Sheila Zambello de Pinho  
Coordenadora Geral e Pró-Reitora de Graduação

Ana Maria da Costa Santos Menin  
Coordenadora Pedagógico

Klaus Schlünzen Júnior  
Coordenador de Mídias

Lourdes Marcelino Machado  
Coordenador de Capacitação

## CONSELHO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Ana Maria da Costa Santos Menin  
Presidente

Celestino Alves da Silva Júnior

Célia Maria Guimarães

João Cardoso Palma Filho

Mariana Claudia Broens

Tereza Maria Malatian

## SECRETARIA

Ivonette de Mattos

Sueli Maiellaro Fernandes

PROGRAD/Reitoria

## GRUPO DE TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA - NEaD

Pierre Archag Iskenderian

André Luís Rodrigues Ferreira

Dácio Miranda Ferreira

Liliam Lungarezi de Oliveira

Pedro Cássio Bissetti

## GRUPO DE CONTEÚDO PEDAGÓGICO E METODOLOGIA - NEaD

Deisy Fernanda Feitosa

Elisandra André Maranhe

Márcia Debieux de Oliveira Lima

Rachel Cristina Vesu Alves

# APRESENTAÇÃO

A palavra que define o significado para o oferecimento de um curso de Pedagogia na modalidade a distância é “desafio”. Para a Universidade Estadual Paulista – Unesp encarar desafios já faz parte de sua história, diante de seu compromisso com uma Educação Superior de qualidade, com especial vocação para a formação de professores.

Os tempos modernos, entretanto, conduzem-nos a novos contextos e a sociedade brasileira, de maneira justa, cobra-nos ações que venham ao encontro de um cenário que requer um repensar sobre as possibilidades de oferta de educação superior de qualidade, diante de tantas dificuldades a serem superadas por um Brasil que pretende alcançar níveis de vida compatíveis com nosso potencial de desenvolvimento.

Diante do que se coloca como compromissos para a construção de um Brasil melhor, a Unesp de maneira responsável e organizada trabalha no sentido de continuar a oferecer seus serviços com fiel propósito de contribuir para a Educação brasileira. Para isso, investe de maneira intensa na tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, sendo uma das principais Universidades brasileiras na produção do conhecimento, na formação de recursos humanos qualificados e competentes, além da ampla inserção social, por meio dos projetos de extensão, nas diversas regiões do Estado de São Paulo.

A recente história da Unesp mostra a maneira como ela se organizou para chegar até o presente momento. Desde 2005 a comunidade Unespiana vem discutindo em todas as suas instâncias e fóruns o uso das tecnologias no processo educacional. Em 2006 aprovou sua regulamentação interna para iniciativas de educação a distância, tornando-se uma das primeiras universidades brasileiras a adotar uma orientação amplamente avaliada pela comunidade universitária sobre o assunto. Atualmente, esta regulamentação serve como norteadora de todas as iniciativas da Unesp na modalidade a distância.

No mesmo ano, a Pró-Reitoria de Graduação iniciou um trabalho pioneiro com um programa de capacitação de seus professores por meio das “Oficinas Pedagógicas”, que visavam oferecer formação contínua aos professores da Universidade que voluntariamente se apresentavam para participar. Este programa foi de tamanha relevância para a Unesp que culminou com a criação do Núcleo de Estudos e Práticas Pedagógicas – NEPP, um reconhecimento da Universidade para a importância de formação permanente de seus professores. A iniciativa fez com que o nosso corpo docente passasse a refletir sobre sua prática pedagógica e buscar novas metodologias e recursos. Os reflexos do trabalho já são visíveis com os relatos de professores e alunos sobre os avanços acadêmicos, muitos deles refletidos nos próprios instrumentos oficiais de avaliação, como nossa constante melhoria de desempenho no ENADE e em outros instrumentos de avaliação da sociedade civil.

Outro aspecto a ser considerado é que desde 2005, graças aos constantes investimentos da Reitoria, por meio da Pró-Reitoria de Graduação, com especial destaque ao “Programa de Melhoria da Graduação”, são disponibilizados recursos financeiros para melhoria e ampliação de materiais e tecnologias para nossos docentes e alunos. Um importante indicador dessas inovações implantadas

na Unesp é que atualmente mais de um terço de nossos alunos e professores utilizam ambientes virtuais de aprendizagem como apoio às aulas presenciais. Estamos investindo na construção de um acervo digital acadêmico para enriquecer as atividades didáticas, bem como, oferecer acesso público à informação e ao conhecimento produzido pela Unesp. A produção de material didático também é apoiada pela Pró-Reitoria de Graduação, entre tantos outros exemplos que são conduzidos e oferecidos em nossas Unidades Universitárias.

Os Núcleos de Ensino, outro significativo projeto da Pró-Reitoria de Graduação da Unesp, também colaboram de maneira direta na formação dos nossos futuros professores, além de manter uma estreita parceria com a capacitação dos professores em exercício na rede pública. São 14 Núcleos distribuídos em nossos Câmpus em todo o Estado de São Paulo com o objetivo de desenvolver pesquisas e ações de interesse do ensino básico e da formação de seus professores.

Este sucinto relato de nosso recente caminhar fez-se para contextualizar um pouco o desafio que apresentamos no início, ou seja, a oportunidade de oferecermos nosso primeiro curso de graduação a distância, criado por meio da Resolução Unesp no. 77/2009. A maturidade da Unesp para a concepção do curso de Pedagogia no âmbito da Univesp já se fez presente desde o início do projeto. Passamos muito tempo avaliando e discutindo-o, até chegarmos a uma proposta final que foi aprovada em todas as instâncias universitárias, possibilitando hoje implantarmos o curso de Pedagogia da Unesp cuja característica principal é a de oferecer todo o conhecimento acadêmico para a formação de professores, articulado ao uso das tecnologias digitais, como a Internet e a TV-Digital.

Sabemos que o pioneirismo sempre traz consigo as dificuldades na escolha dos caminhos a trilhar, entretanto, temos a plena convicção que estamos reunindo toda a experiência, competência e tradição da Unesp, juntamente com o apoio da Secretaria de Ensino Superior do Estado de São Paulo, para oferecermos um curso de qualidade, contribuindo para a capacitação do professor em serviço no Estado, sem a formação superior para o exercício da profissão docente.

O desafio é novo e de grande responsabilidade, porém necessário e importante para avançarmos como uma Universidade voltada para atender aos anseios da sociedade, para oportunizarmos a construção de novos ambientes de aprendizagem que utilizem as tecnologias contemporâneas para oferecer Educação a um país que precisa encontrar alternativas consolidadas para superar seus problemas sociais. A educação é, indubitavelmente, o caminho para o país que almejamos. A formação de bons professores é, sem dúvida, o primeiro passo para realizarmos esse sonho.

Bom trabalho a todos!!



Sheila Zambello de Pinho

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO - VOLUME 1

### AULA INAUGURAL E CAPACITAÇÃO

Vida de Professor.....	10
<i>Jay Parini</i>	
Conto de Escola.....	12
<i>Machado de Assis</i>	
Agenda e Atividades .....	19

### EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Relação Escola/Sociedade:	
Novas Respostas Para um Velho Problema.....	28
<i>Antônio Nóvoa</i>	
Agenda e Atividades.....	48

### MEMÓRIA DO PROFESSOR

Agenda e Atividades.....	58
--------------------------	----

### LEI DE DIRETRIZES E BASES - LDB

Síntese LDB.....	70
<i>João Cardoso Palma Filho</i>	
O Sistema de Organização e Gestão da Escola .....	91
<i>José Carlos Libâneo</i>	
Agenda e Atividades .....	99



professor  
educador  
amanhã  
ser



# AULA INAUGURAL

## *Professor*

*O professor disserta  
sobre um ponto difícil do programa.*

*Um aluno dorme,  
Cansado das canseiras desta vida.*

*O professor vai sacudi-lo?*

*Vai repreendê-lo?*

*Não.*

*O professor baixa a voz  
com medo de acordá-lo.*

Carlos Drummond de Andrade

PEDRO GERALDO TOSI

Doutor em História Econômica, membro do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, campus de Franca da Unesp onde exerce, adicionalmente, a função de Coordenador do Conselho de Curso de Graduação em História.

Bloco1

Formação Geral

Módulo 1

Introdução à Educação

Disciplina Introdutória

Inaugural

# VIDA DE PROFESSOR

Jay Parini<sup>1</sup>

1. Jay Parini é professor de língua inglesa no Middlebury College, em Vermont, nos Estados Unidos.

As páginas a seguir foram extraídas do livro de Jay Parini que leva o título de *A arte de ensinar*. A tradução do original em língua inglesa foi editada no Brasil pela Editora Civilização Brasileira, em 2007. O excerto a seguir é o início do segundo capítulo da obra denominado “Vida de Professor”. O texto começa com um poema de W.B. Yeats, “A Máscara”, e é acompanhado das seguintes considerações do autor às páginas 79 a 82 da obra: *A arte de ensinar*.

## **UMA VOZ QUE ENSINA**

*“Retire essa máscara de ouro abrasador  
Com olhos de esmeralda.”*

*“Oh não, meu querido, porque você se atreve  
a descobrir se os corações são rebeldes e sábios,  
E todavia não são frios.”*

*Nada encontraria senão o que há para encontrar,  
Amor ou falsidade.”*

*“Foi a máscara que capturou o seu espírito,  
E então fez o seu coração bater,  
Não o que estava atrás dela.”*

*“Mas, a não ser que você seja minha inimiga,  
Eu devo inquirir.”*

*“Oh, não, meu querido, deixe tudo como está;  
O que importa senão que nada haja a não ser fogo  
Dentro de você, dentro de mim?”*

**W.B. Yeats, “A Máscara”**

Ninguém simplesmente entra numa sala de aula e começa a ensinar sem alguma reflexão sobre como deve se apresentar, assim como ninguém se põe a escrever um poema, um ensaio ou um romance sem considerar a voz por trás das palavras, o seu tom e textura, e as tradições da escrita dentro de um gênero em particular. A voz é tudo na literatura, tocando no espírito do escritor, o ouvido do leitor; a procura pela autenticidade dessa voz é o trabalho do escritor de sua vida inteira. O que eu quero sugerir aqui é que professores, assim como escritores, também precisam inventar e cultivar uma voz, uma que sirva às suas necessidades pessoais tanto quanto à matéria com que está lidando, uma que pareça autêntica. Ela também deve levar em consideração a natureza dos estudantes a quem está sendo dirigida, seus antecedentes na matéria e sua disposição como uma classe, que nem sempre é fácil estimar. Toma um bom tempo, tanto quanto experimentação, para encontrar esta voz, seja ensinando seja escrevendo.

Em sua maior parte, a invenção de uma *persona* de professor é um ato razoavelmente consciente. Professores que não estão conscientes de seu “eu-professor” podem dar sorte; ou

seja, podem adotar ou adaptar alguma coisa familiar – uma postura, uma voz – que realmente funcione na sala já de início. Sorte, totalmente aleatória, às vezes acontece. No entanto, a maioria dos professores bem-sucedidos que conheci eram profundamente conscientes de que o modo como se apresentavam envolve, ou envolveu em certo momento, o domínio de uma máscara.

Essa apropriação de uma máscara, ou persona (palavra que vem do latim, implicando que uma voz é algo descoberto por “soar através” de uma máscara, com em *per/sona*), não é um processo fácil. Envolve artifícios, e a arte de ensinar não é menos complicada do que qualquer outra. Não é algo “natural”, isto é, “encontrada na natureza”. Um professor iniciante terá de experimentar um sem-número de máscaras antes de encontrar a que se adapte a ele, que pareça apropriada, que funcione para organizar e incorporar uma voz de quem ensina. Na maioria dos casos, um professor terá um armário abarrotado de máscaras para experimentar à procura de uma que lhe caia bem.

Deve acabar com a noção tola de que uma máscara não é “autêntica”, de que há algo vergonhoso em “não ser você mesmo”. Autenticidade é, em última instância, uma construção, algo inventado – tem muito a ver com um determinado conjunto de roupas que parecerá autêntico, ou não, conforme o contexto. A noção do “verdadeiro” eu é romântica, e absolutamente falsa. Não existe tal coisa. Sempre admirei o poema de Pablo Neruda que começa dizendo: “Tenho muitos eus.” É verdade. Um biógrafo, como Virginia Woolf certa vez observou, tem sorte quando consegue estabelecer meia dúzia de *eus* numa biografia. Na verdade, há milhares de *eus* em cada ser humano. Eis que se misturam e alteram-se, sofrem mutações, vinculam-se, fragmentam-se, reúnem-se de novo uma infinidade de vezes por dia. Esta é a realidade da identidade de todos nós. Um professor iniciante deve enfrentar essa realidade desde o começo, descartando a idéia de que há um profundo e verdadeiro eu que tenha uma existência independente, que pode ser alcançado nas profundezas do coração, que pode ser exposto facilmente, sem medo, com confiança em suas características.

Há sabedoria no poema citado como minha epígrafe, “A Mascara”, de Yeats, um poeta que refletiu profundamente sobre máscaras, desenvolvendo uma complexa doutrina que incluiu uma percepção da máscara como anti-eu. Ele considerou a identidade de uma pessoa como uma dialética que envolvia uma constante negociação entre o eu e o anti-eu. Em sua elegante embora de alguma maneira arcana formação, essa dialética assume a apropriação de vários eus antitéticos: um processo delicado no qual os eus (*personae*; máscaras) são testados, depois, descartados ou abarcados por outros eus. Estes eus existem ao longo de um *continuum* que inclui a visão da própria pessoa sobre seus *eus* e os dos outros. Não é justo, como Robert Browning certa vez sugeriu, que tenhamos “dois lados da alma, um para encarar o mundo” e outro para apresentar em particular ao bem-amado. Essa doutrina, pelo menos em Yeats, assume que a pessoa também encara o bem-amado com uma máscara, que não há nenhuma personificação de voz sem o uso de uma máscara, e que a voz que emerge pode tanto ser íntima ou pública, porém deve de alguma maneira “soar através” da figura da máscara. E estas máscaras são muitas.

# CONTO DE ESCOLA

Machado de Assis

A escola era na Rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. Naquele dia - uma segunda-feira, do mês de maio - deixei-me estar alguns instantes na Rua da Princesa a ver onde iria brincar a manhã. Hesitava entre o morro de S. Diogo e o Campo de Sant'Ana, que não era então esse parque atual, construção de *gentleman*, mas um espaço rústico, mais ou menos infinito, alastrado de lavadeiras, capim e burros soltos. Morro ou campo? Tal era o problema. De repente disse comigo que o melhor era a escola. E guiei para a escola. Aqui vai a razão.

Na semana anterior tinha feito dois suetos, e, descoberto o caso, recebi o pagamento das mãos de meu pai, que me deu uma sova de vara de marmeleiro. As sovas de meu pai doíam por muito tempo. Era um velho empregado do Arsenal de Guerra, ríspido e intolerante. Sonhava para mim uma grande posição comercial, e tinha ânsia de me ver com os elementos mercantis, ler, escrever e contar, para me meter de caixeiro. Citava-me nomes de capitalistas que tinham começado ao balcão. Ora, foi a lembrança do último castigo que me levou naquela manhã para o colégio. Não era um menino de virtudes.

Subi a escada com cautela, para não ser ouvido do mestre, e cheguei a tempo; ele entrou na sala três ou quatro minutos depois. Entrou com o andar manso do costume, em chinelas de cordovão, com a jaqueta de brim lavada e desbotada, calça branca e tesa e grande colarinho caído. Chamava-se Policarpo e tinha perto de cinqüenta anos ou mais. Uma vez sentado, extraiu da jaqueta a boceta de rapé e o lenço vermelho, pô-los na gaveta; depois relanceou os olhos pela sala. Os meninos, que se conservaram de pé durante a entrada dele, tornaram a sentar-se. Tudo estava em ordem; começaram os trabalhos.

- *Seu Pilar*, eu preciso falar com você, disse-me baixinho o filho do mestre.

Chamava-se Raimundo este pequeno, e era mole, aplicado, inteligência tarda. Raimundo gastava duas horas em reter aquilo que a outros levava apenas trinta ou cinqüenta minutos; vencia com o tempo o que não podia fazer logo com o cérebro. Reunia a isso um grande medo ao pai. Era uma criança fina, pálida, cara doente; raramente estava alegre. Entrava na escola depois do pai e retirava-se antes. O mestre era mais severo com ele do que conosco.

- O que é que você quer?

- Logo, respondeu ele com voz trêmula.

Começou a lição de escrita. Custa-me dizer que eu era dos mais adiantados da escola; mas era. Não digo também que era dos mais inteligentes, por um escrúpulo fácil de entender e de excelente efeito no estilo, mas não tenho outra convicção. Note-se que não era pálido nem mofino: tinha boas cores e músculos de ferro. Na lição de escrita, por exemplo, acabava sempre antes de todos, mas deixava-me estar a recortar narizes no papel ou na tábua, ocupação sem nobreza nem espiritualidade, mas em todo caso ingênua. Naquele dia foi a mesma coisa; tão depressa acabei, como entrei a reproduzir o nariz do mestre, dando-lhe cinco ou seis atitudes diferentes, das quais recordo a interrogativa, a admirativa, a dubitativa e a cogitativa. Não lhes punha esses nomes, pobre estudante de primeiras letras que era; mas, instintivamente, dava-lhes essas expressões. Os outros foram acabando; não tive remédio senão acabar também, entregar a escrita, e voltar para o meu lugar.

Com franqueza, estava arrependido de ter vindo. Agora que ficava preso, ardia por andar lá fora, e recapitulava o campo e o morro, pensava nos outros meninos vadios, o Chico Telha, o Américo, o Carlos das Escadinhas, a fina flor do bairro e do gênero humano. Para cúmulo de desespero, vi através das vidraças da escola, no claro azul do céu, por cima do morro do Livramento, um papagaio de papel, alto e largo, preso de uma corda imensa, que bojava no ar, uma coisa soberba. E eu na escola, sentado, pernas unidas, com o livro de leitura e a gramática nos joelhos.

- Fui um bobo em vir, disse eu ao Raimundo.

- Não diga isso, murmurou ele.

Olhei para ele; estava mais pálido. Então lembrou-me outra vez que queria pedir-me alguma coisa, e perguntei-lhe o que era. Raimundo estremeceu de novo, e, rápido, disse-me que esperasse um pouco; era uma coisa particular.

- *Seu Pilar...* murmurou ele daí a alguns minutos.

- Que é?

- Você...

- Você quê?

Ele deitou os olhos ao pai, e depois a alguns outros meninos. Um destes, o Curvelo, olhava para ele, desconfiado, e o Raimundo, notando-me essa circunstância, pediu alguns minutos mais de espera. Confesso que começava a arder de curiosidade. Olhei para o Curvelo, e vi que parecia atento; podia ser uma simples curiosidade vaga, natural indiscrição; mas podia ser também alguma coisa entre eles. Esse Curvelo era um pouco levado do diabo. Tinha onze anos, era mais velho que nós.

Que me queria o Raimundo? Continuei inquieto, remexendo-me muito, falando-lhe baixo, com instância, que me dissesse o que era, que ninguém cuidava dele nem de mim. Ou então, de tarde...

- De tarde, não, interrompeu-me ele; não pode ser de tarde.

- Então agora...

- Papai está olhando.

Na verdade, o mestre fitava-nos. Como era mais severo para o filho, buscava-o muitas vezes com os olhos, para trazê-lo mais aperreado. Mas nós também éramos finos; metemos o nariz no livro, e continuamos a ler. Afinal cansou e tomou as folhas do dia, três ou quatro, que ele lia devagar, mastigando as idéias e as paixões. Não esqueçam que estávamos então no fim da Regência, e que era grande a agitação pública. Policarpo tinha decerto algum partido, mas nunca pude averiguar esse ponto. O pior que ele podia ter, para nós, era a palmatória. E essa lá estava, pendurada do portal da janela, à direita, com os seus cinco olhos do diabo. Era só levantar a mão, despendurá-la e brandi-la, com a força do costume, que não era pouca. E daí, pode ser que alguma vez as paixões políticas dominassem nele a ponto de poupar-nos uma ou outra correção. Naquele dia, ao menos, pareceu-me que lia as folhas com muito interesse; levantava os olhos de quando em quando, ou tomava uma pitada, mas tornava logo aos jornais, e lia a valer.

No fim de algum tempo - dez ou doze minutos - Raimundo meteu a mão no bolso das calças e olhou para mim.

- Sabe o que tenho aqui?

- Não.

- Uma pratinha que mamãe me deu.

- Hoje?

- Não, no outro dia, quando fiz anos...

- Pratinha de verdade?

- De verdade.

Tirou-a vagarosamente, e mostrou-me de longe. Era uma moeda do tempo do rei, cuidado que doze vinténs ou dois tostões, não me lembro; mas era uma moeda, e tal moeda que me fez pular o sangue no coração. Raimundo revolveu em mim o olhar pálido; depois perguntou-me se a queria para mim. Respondi-lhe que estava caçoando, mas ele jurou que não.

- Mas então você fica sem ela?

- Mamãe depois me arranja outra. Ela tem muitas que vovô lhe deixou, numa caixinha; algumas são de ouro. Você quer esta?

Minha resposta foi estender-lhe a mão disfarçadamente, depois de olhar para a mesa do mestre. Raimundo recuou a mão dele e deu à boca um gesto amarelo, que queria sorrir. Em seguida propôs-me um negócio, uma troca de serviços; ele me daria a moeda, eu lhe explicaria um ponto da lição de sintaxe. Não conseguira reter nada do livro, e estava com medo do pai. E concluía a proposta esfregando a pratinha nos joelhos...

Tive uma sensação esquisita. Não é que eu possuísse da virtude uma idéia antes própria de homem; não é também que não fosse fácil em empregar uma ou outra mentira de criança. Sabíamos ambos enganar ao mestre. A novidade estava nos termos da proposta, na troca de lição e dinheiro, compra franca, positiva, toma lá, dá cá; tal foi a causa da sensação. Fiquei a olhar para ele, à toa, sem poder dizer nada.

Compreende-se que o ponto da lição era difícil, e que o Raimundo, não o tendo aprendido, recorria a um meio que lhe pareceu útil para escapar ao castigo do pai. Se me tem pedido a coisa por favor, alcançá-la-ia do mesmo modo, como de outras vezes, mas parece que era lembrança das outras vezes, o medo de achar a minha vontade frouxa ou cansada, e não aprender como queria, - e pode ser mesmo que em alguma ocasião lhe tivesse ensinado mal, - parece que tal foi a causa da proposta. O pobre-diabo contava com o favor, - mas queria assegurar-lhe a eficácia, e daí recorreu à moeda que a mãe lhe dera e que ele guardava como relíquia ou brinquedo; pegou dela e veio esfregá-la nos joelhos, à minha vista, como uma tentação... Realmente, era bonita, fina, branca, muito branca; e para mim, que só trazia cobre no bolso, quando trazia alguma coisa, um cobre feio, grosso, azinhavrado...

Não queria recebê-la, e custava-me recusá-la. Olhei para o mestre, que continuava a ler, com tal interesse, que lhe pingava o rapé do nariz. - Ande, tome, dizia-me baixinho o filho. E a pratinha fuzilava-lhe entre os dedos, como se fora diamante... Em verdade, se o mestre não visse nada, que mal havia? E ele não podia ver nada, estava agarrado aos jornais, lendo com fogo, com indignação...

- Tome, tome...

Relancei os olhos pela sala, e dei com os do Curvelo em nós; disse ao Raimundo que esperasse. Pareceu-me que o outro nos observava, então dissimulei; mas daí a pouco deitei-lhe outra vez o olho, e - tanto se ilude a vontade! - não lhe vi mais nada. Então cobreí ânimo.

- Dê cá...

Raimundo deu-me a pratinha, sorrateiramente; eu meti-a na algibeira das calças, com um alvoroço que não posso definir. Cá estava ela comigo, pegadinha à perna. Restava prestar o serviço, ensinar a lição e não me demorei em fazê-lo, nem o fiz mal, ao menos consciente-

mente; passava-lhe a explicação em um retalho de papel que ele recebeu com cautela e cheio de atenção. Sentia-se que despendia um esforço cinco ou seis vezes maior para aprender um nada; mas contanto que ele escapasse ao castigo, tudo iria bem.

De repente, olhei para o Curvelo e estremeci; tinha os olhos em nós, com um riso que me pareceu mau. Disfarcei; mas daí a pouco, voltando-me outra vez para ele, achei-o do mesmo modo, com o mesmo ar, acrescentando que entrava a remexer-se no banco, impaciente. Sorri para ele e ele não sorriu; ao contrário, franziu a testa, o que lhe deu um aspecto ameaçador. O coração bateu-me muito.

- Precisamos muito cuidado, disse eu ao Raimundo.

- Diga-me isto só, murmurou ele.

Fiz-lhe sinal que se calasse; mas ele instava, e a moeda, cá no bolso, lembrava-me o contrato feito. Ensinei-lhe o que era, disfarçando muito; depois, tornei a olhar para o Curvelo, que me pareceu ainda mais inquieto, e o riso, dantes mau, estava agora pior. Não é preciso dizer que também eu ficara em brasas, ansioso que a aula acabasse; mas nem o relógio andava como das outras vezes, nem o mestre fazia caso da escola; este lia os jornais, artigo por artigo, pontuando-os com exclamações, com gestos de ombros, com uma ou duas pancadinhas na mesa. E lá fora, no céu azul, por cima do morro, o mesmo eterno papagaio, guinando a um lado e outro, como se me chamasse a ir ter com ele. Imaginei-me ali, com os livros e a pedra embaixo da mangueira, e a pratinha no bolso das calças, que eu não daria a ninguém, nem que me serrassem; guardá-la-ia em casa, dizendo a mamãe que a tinha achado na rua. Para que me não fugisse, ia-a apalpando, roçando-lhe os dedos pelo cunho, quase lendo pelo tato a inscrição, com uma grande vontade de espiá-la.

- Oh! *seu* Pilar! bradou o mestre com voz de trovão.

Estremeci como se acordasse de um sonho, e levantei-me às pressas. Dei com o mestre, olhando para mim, cara fechada, jornais dispersos, e ao pé da mesa, em pé, o Curvelo. Pareceu-me adivinhar tudo.

- Venha cá! bradou o mestre.

Fui e parei diante dele. Ele enterrou-me pela consciência dentro um par de olhos pontudos; depois chamou o filho. Toda a escola tinha parado; ninguém mais lia, ninguém fazia um só movimento. Eu, conquanto não tirasse os olhos do mestre, sentia no ar a curiosidade e o pavor de todos.

- Então o senhor recebe dinheiro para ensinar as lições aos outros? disse-me o Policarpo.

- Eu...

- Dê cá a moeda que este seu colega lhe deu! clamou.

Não obedeci logo, mas não pude negar nada. Continuei a tremer muito. Policarpo bradou de novo que lhe desse a moeda, e eu não resisti mais, meti a mão no bolso, vagarosamente, saquei-a e entreguei-lha. Ele examinou-a de um e outro lado, bufando de raiva; depois estendeu o braço e atirou-a à rua. E então disse-nos uma porção de coisas duras, que tanto o filho como eu acabávamos de praticar uma ação feia, indigna, baixa, uma vilania, e para emenda e exemplo íamos ser castigados. Aqui pegou da palmatória.

- Perdão, seu mestre... soluzei eu.

- Não há perdão! Dê cá a mão! Dê cá! Vamos! Sem-vergonha! Dê cá a mão!

- Mas, *seu* mestre...

- Olhe que é pior!

Estendi-lhe a mão direita, depois a esquerda, e fui recebendo os bolos uns por cima dos outros, até completar doze, que me deixaram as palmas vermelhas e inchadas. Chegou a vez do filho, e foi a mesma coisa; não lhe poupou nada, dois, quatro, oito, doze bolos. Acabou, pregou-nos outro sermão. Chamou-nos sem-vergonhas, desaforados, e jurou que se repetíssemos o negócio apanharíamos tal castigo que nos havia de lembrar para todo o sempre. E exclamava: Porcalhões! tratantes! faltos de brio!

Eu, por mim, tinha a cara no chão. Não ousava fitar ninguém, sentia todos os olhos em nós. Recolhi-me ao banco, soluçando, fustigado pelos impropérios do mestre. Na sala arquejava o terror; posso dizer que naquele dia ninguém faria igual negócio. Creio que o próprio Curvelo enfiara de medo. Não olhei logo para ele, cá dentro de mim jurava quebrar-lhe a cara, na rua, logo que saíssemos, tão certo como três e dois serem cinco.

Daí a algum tempo olhei para ele; ele também olhava para mim, mas desviou a cara, e penso que empalideceu. Compôs-se e entrou a ler em voz alta; estava com medo. Começou a variar de atitude, agitando-se à toa, coçando os joelhos, o nariz. Pode ser até que se arrependesse de nos ter denunciado; e na verdade, por que denunciar-nos? Em que é que lhe tirávamos alguma coisa?

- Tu me pagas! tão duro como osso! dizia eu comigo.

Veio a hora de sair, e saímos; ele foi adiante, apressado, e eu não queria brigar ali mesmo, na Rua do Costa, perto do colégio; havia de ser na Rua larga São Joaquim. Quando, porém, cheguei à esquina, já o não vi; provavelmente escondera-se em algum corredor ou loja; entrei numa botica, espiei em outras casas, perguntei por ele a algumas pessoas, ninguém me deu notícia. De tarde faltou à escola.

Em casa não contei nada, é claro; mas para explicar as mãos inchadas, menti a minha mãe, disse-lhe que não tinha sabido a lição. Dormi nessa noite, mandando ao diabo os dois

meninos, tanto o da denúncia como o da moeda. E sonhei com a moeda; sonhei que, ao tornar à escola, no dia seguinte, dera com ela na rua, e a apanhara, sem medo nem escrúpulos...

De manhã, acordei cedo. A idéia de ir procurar a moeda fez-me vestir depressa. O dia estava esplêndido, um dia de maio, sol magnífico, ar brando, sem contar as calças novas que minha mãe me deu, por sinal que eram amarelas. Tudo isso, e a pratinha... Saí de casa, como se fosse trepar ao trono de Jerusalém. Piquei o passo para que ninguém chegasse antes de mim à escola; ainda assim não andei tão depressa que amarrotasse as calças. Não, que elas eram bonitas! Mirava-as, fugia aos encontros, ao lixo da rua...

Na rua encontrei uma companhia do batalhão de fuzileiros, tambor à frente, rufando. Não podia ouvir isto quieto. Os soldados vinham batendo o pé rápido, igual, direita, esquerda, ao som do rufo; vinham, passaram por mim, e foram andando. Eu senti uma comichão nos pés, e tive ímpeto de ir atrás deles. Já lhes disse: o dia estava lindo, e depois o tambor... Olhei para um e outro lado; afinal, não sei como foi, entrei a marchar também ao som do rufo, creio que cantarolando alguma coisa: *Rato na casaca*... Não fui à escola, acompanhei os fuzileiros, depois enfiei pela Saúde, e acabei a manhã na Praia da Gamboa. Voltei para casa com as calças enxovalhadas, sem pratinha no bolso nem ressentimento na alma. E contudo a pratinha era bonita e foram eles, Raimundo e Curvelo, que me deram o primeiro conhecimento, um da corrupção, outro da delação; mas o diabo do tambor...



## AGENDA DA PRIMEIRA SEMANA

### **Aula inaugural e Capacitação – Navegando e conhecendo o ambiente TelEduc “Bem-vindos ao curso de Pedagogia da UNESP/UNIVESP”**

Durante esta primeira Aula Presencial, e ao longo desta semana, faremos uma breve apresentação dos temas que serão tratados no decorrer do curso, de sua estrutura e dinâmica, além da apresentação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - TelEduc.

Nesta primeira aula, seu Professor Orientador de Disciplina fará as principais orientações e apresentações.

Também é importante que saibam: todos os materiais complementares, textos e vídeos, podem ser acessados por meio do *CD-ROM*. Depois, para conhecerem e navegarem pelo ambiente preparamos algumas atividades que vocês deverão realizar até Sábado dia **06/03/2010**. Entretanto, vocês devem respeitar a ordem das atividades e seus respectivos períodos de realização, para que não se percam.

Vejam abaixo as atividades propostas e em seguida a descrição de cada uma delas.



1ª Aula Presencial: 01/03/2010

**Atividade 1:** Configurar

**Atividade 2:** Preencher Perfil

**Atividade 3:** Enviar uma mensagem pelo Correio



1º Período Virtual: 02 e 03/03/2010

**Atividade 4:** Participar do Fórum de Discussão (F1)

**Atividade 5:** Responder a mensagem do correio

**Atividade 6:** Relato de seu caminhar pessoal e profissional

**Atividade 7:** Postagem do endereço de um Site Educativo



2ª Aula Presencial: 04/03/2010

**Atividade 8:** Introdução do Tema – “O Professor que Trago na Memória”

**Atividade 9:** Assistir ao Vídeo – “Educação e Sociedade”

**Atividade 10:** Redação de texto “O professor que trago na memória”



2º Período Virtual: 05 e 06/03/2010

**Atividade 11:** Leitura de Textos sobre o tema “O professor que trago na memória”

**Atividade 12:** Assistir aos Vídeos Complementares

**Atividade 13:** Fórum de Discussão F2 - “O professor que trago na memória”

*DICA: Como “O professor que trago na memória” é um tema, que será retomado e trabalhado ao longo dos Módulos 1 e 2, é importante que abram uma pasta “Memória do Professor” para salvarem e encontrarem seus arquivos facilmente. Bom trabalho!*

Em caso de dúvidas, por favor, esclareçam com seu Professor Orientador de Disciplina, presencialmente ou por meio da ferramenta **Correio**. Boa aula!!”

agenda

agenda

AULA INAUGURAL E CAPACITAÇÃO



## ATIVIDADES DA AULA INAUGURAL

1ª Aula Presencial: 01/03/2010



### Atividade 1: Configurar

Caros alunos!

Vocês já devem ter percebido que o acesso às salas de aula virtuais do Curso de Pedagogia deverá ser feito pelo Portal Acadêmico com o uso de um *login* que será sempre o seu RA, e uma senha que foi gerada automaticamente pelo portal, mas que poderá ser trocada em momento oportuno por vocês.

Para realizarem a troca da senha, é muito simples. Basta acessarem o Portal Acadêmico, seguirem para o Ambiente do Aluno, clicarem na opção “Meu Perfil”, preencherem os campos “Senha” e “Verificar Senha”, e, finalmente, clicarem em salvar.

Vamos agora iniciar nosso contato com o Ambiente Virtual de Aprendizagem da UNESP (AVA UNESP), que utiliza como plataforma gerenciadora o TelEduc. Será por meio deste ambiente que vocês poderão ter acesso às disciplinas do Curso de Pedagogia.

Logo que o acesso é realizado, vocês poderão verificar que o ambiente é dividido em duas partes:

- na parte esquerda, estão disponíveis as ferramentas que serão utilizadas durante o curso;
- na parte direita, é apresentado o conteúdo correspondente à ferramenta selecionada.

Todas as atividades propostas para esta aula inaugural terão como objetivo apresentar cada uma das ferramentas que vocês utilizarão no ambiente. Vejam a seguir uma das importantes ferramentas que o ambiente nos traz.

Vale lembrá-los de que este texto que estão lendo aqui também poderá ser encontrado na Ferramenta Atividades. Esta ferramenta sempre fará parte da rotina acadêmica que vocês seguirão daqui por diante.

#### **APRESENTANDO A FERRAMENTA CONFIGURAR:**

Esta ferramenta nos possibilita alterar algumas configurações pessoais no ambiente tais como: idioma e notificação de novidades.

Vejam a descrição de cada opção oferecida por ela abaixo:

- **Selecionar idioma:** O ambiente virtual pode ser apresentado nos seguintes idiomas: Português, Espanhol, Inglês ou Português de Portugal (Português PT). E você pode escolher o de sua preferência.

- **Notificar novidades:** Informa as novidades referentes à atualização das ferramentas do TelEduc, por meio de seu *e-mail* externo.

Agora que vocês foram apresentados à Ferramenta **Configurar**, vamos realizar uma atividade importante. É imprescindível que saibam sobre as atualizações ocorridas diariamente no ambiente. Estes dados os ajudarão em sua organização. Então, entrem na Ferramenta **Configurar**, cliquem em Notificar Novidades e, em seguida, em “Resumo geral de novidades no final do dia”, ou em “Resumo parcial de novidades duas vezes ao dia”, como preferirem.

Bom trabalho!

atividades

## Atividade 02: Preencher Perfil

### APRESENTANDO A FERRAMENTA PERFIL

Esta ferramenta fornece um mecanismo para que os participantes possam se conhecer e desencadear ações de interação entre si, facilitando a escolha de parceiros para o desenvolvimento das atividades do curso (formação de grupos de pessoas com interesses em comum).

Caros alunos!

Preencham agora o seu perfil. Se possível, disponibilizem fotos para que possamos nos conhecer melhor.

Para isso, cada um de vocês deverá:

- clicar em “Perfil”, no menu do lado esquerdo;
- clicar sobre seu nome;
- na janela que abrir, escolha a opção “Preencher Perfil”, digite seu texto e clique no botão “Enviar alterações”.

Para colocarem uma foto, escolham a opção “Enviar/Atualizar Foto”.

Caso queiram alterar o texto do seu perfil é só clicar em “Alterar Perfil”.

Conheçam seus colegas e formadores, clicando no nome de cada um deles.

Vamos lá!

## Atividade 03: Enviar uma mensagem pelo “Correio”

### APRESENTANDO A FERRAMENTA CORREIO

Esta é uma ferramenta interna do TelEduc, para troca de mensagens entre os participantes do curso.

Assim, vocês só terão acesso às mensagens do “**Correio**” quando estiverem conectados ao ambiente.

**ATENÇÃO:** Enviamos uma mensagem para vocês na ferramenta “**Correio**”. Acessem-na e confirmem!

**IMPORTANTE:** O retorno das mensagens de dúvidas enviadas a um dos formadores será mais eficiente se tiver como destino “o seu Orientador de Disciplina e o seu Orientador de Turma”, pois o primeiro da equipe que abrir a mensagem a retornará o mais rápido possível. Deste modo, no pior dos casos, as respostas retornarão em até 24 horas, nos dias úteis.

*DICA: Evite usar a opção “Todos”. Selecione apenas o(s) nome(s) da(s) pessoa(s) a(s) qual(is) deseja enviar a mensagem, assim evitamos sobrecarregar a caixa de entrada das outras pessoas.*

Como atividade, para verificarem a dinâmica dessa ferramenta, cada um de vocês deverá buscar na ferramenta “**Perfil**” a pessoa que vem logo abaixo do seu nome. Em seguida, deverá enviar para essa pessoa, e para seu Orientador de Disciplina e Orientador de Turma, uma mensagem (*e-mail* interno - Correio), fazendo uma rápida apresentação e dando boas-vindas ao colega, para descontraí-los com a ferramenta e iniciar a interação com a turma.

Então, usem e abusem disso!!!

Lembrem-se:

\* Toda vez que houver um asterisco amarelo ao lado de uma ferramenta, do menu à esquerda, haverá algo novo que vocês ainda não viram. Por exemplo, um asterisco na frente de “Correio” significa que existe uma mensagem para vocês que ainda não foi lida.

#### Atividade 04: Participar do Fórum de Discussão F1

### APRESENTANDO O FÓRUM DE DISCUSSÃO

Esta ferramenta permite a discussão de diversos temas, de forma assíncrona. Estes temas serão disponibilizados de forma a despertar a reflexão e a interação, de acordo com o andamento do curso.

Cada fórum de discussão propiciará um ambiente colaborativo de entrosamento, discussão e compartilhamento de ideias entre os participantes do curso. Então, participem!

**IMPORTANTE:** Vejam algumas orientações para participarem corretamente dos fóruns:

- Todo fórum é aberto com alguma pergunta ou comentário sobre um tema ou capítulo específico. Façam comentários sempre relacionados ao tema proposto. Este é um critério determinante para avaliação da participação do aluno na disciplina. (Vocês podem ver outros critérios avaliativos no Manual do Aluno).

- Façam seus comentários sempre pela opção RESPONDER. Esta opção aparece embaixo de todas as mensagens (de Orientadores ou colegas) que vocês abrirem. Desse modo, a discussão segue uma sequência lógica.

- NÃO utilizem a opção COMPOR NOVA MENSAGEM.

- Os fóruns propostos serão avaliados e permanecerão abertos para discussão durante alguns dias. Então, fiquem atentos aos prazos. Não deixem para participar na última hora. A qualidade e desenvolvimento de um fórum dependem de frequência. Quanto mais vezes vocês acessarem o fórum e participarem, fazendo considerações pertinentes e interagindo com os colegas, melhor ele será.

- Vale lembrar que, assim como em todas as atividades avaliativas, caso não consigam participar no período proposto, poderão participar e realizá-las no período de recuperação. Entretanto, a realização das atividades em período de recuperação implica em descontos na nota. Sugerimos que consultem o Manual do Aluno para maiores detalhes a respeito.

Bom, agora vamos interagir!!!

Para testarem a ferramenta e trocarem ideias com seus colegas, façam uma breve apresentação de seu caminhar pessoal e profissional.

Para acessarem o fórum, cliquem na ferramenta “**Fóruns de Discussão**” (no menu do lado esquerdo) e depois em F1 - “Fórum Inicial”.

Até lá!

#### Atividade 05: Responder a mensagem do Correio

Olá, queridos alunos!

O que estão achando do curso até agora?

Aproveitem esse período para navegarem pelo ambiente e descobrirem suas possibilidades.

Como atividade, vocês devem responder a mensagem enviada pelo seu colega, com cópia para seu Orientador de Disciplina e para seu Orientador de Turma.

Vamos lá!

Bom trabalho!

## Atividade 06: Relato de seu caminhar pessoal e profissional

**APRESENTANDO O PORTFÓLIO**

Esta ferramenta possibilita ao aluno disponibilizar seus trabalhos e informações. Seu objetivo é reservar um espaço para o aluno comunicar ao grupo e/ou ao formador o resultado de seu trabalho e receber comentários e sugestões.

Neste espaço, os alunos podem disponibilizar textos, respostas de atividades etc e escolherem o tipo de compartilhamento que desejam usar:

\* **Totalmente Compartilhado** - possibilita que todos os participantes do curso possam ter acesso e comentar seu trabalho.

\* **Compartilhado com Formadores** - permite acesso somente ao grupo de formadores do curso (Orientadores de Turma e Disciplina).

\* **Não Compartilhado** - não permite acesso. É usado quando o aluno ainda não conseguiu o resultado final do seu trabalho, isto é, trata-se ainda de um trabalho em andamento que apenas está usando o espaço para armazenamento durante sua fase de construção.

**IMPORTANTE:** O modo de compartilhamento a ser escolhido está indicado em todas as atividades propostas. Fiquem atentos!

Para postarem suas atividades nesta ferramenta, vocês deverão criar um arquivo em seus computadores com o nome solicitado na atividade, redigir a proposta da atividade, salvar, entrar na ferramenta e anexar o arquivo criado.

**Atenção:** NÃO utilizem o “**Portfólio**” para enviarem dúvidas aos formadores. A ferramenta correta para isto é o “Correio”.

Para realizarem a Atividade 06, cada um de vocês deverá incluir em seu Portfólio Individual um texto sobre seu caminhar pessoal e profissional. Escrevam sobre as escolhas feitas nesse percurso, sobre os acertos, erros, eventuais arrependimentos, sonhos, objetivos e metas a serem alcançados.

Para isso, sigam as orientações para a realização desta atividade:

1- Escrever o texto em um arquivo do Word, e salvá-lo em uma pasta denominada “Memória do Professor”, na versão 97-2003 (para a formatação do texto, sigam as orientações propostas no Manual do Aluno), com o título “Atividade 06 - Meu caminhar pessoal e profissional”;

2- clicar na Ferramenta “**Portfólio**” (no menu do lado esquerdo) e depois em seu nome, entrando assim em seu portfólio;

3- clicar em “Incluir novo item”;

4- colocar como título do item o mesmo nome do arquivo “Atividade 06 - Meu caminhar pessoal e profissional”, arquivo salvo em seu computador ou *pen drive*, e incluir o que foi solicitado na atividade, ou seja, o seu texto;

7- escolher a opção “Totalmente Compartilhado”;

8- clicar em “enviar” e pronto!

OBS.: Na ferramenta “Perguntas Frequentes”, vocês encontram alguns esclarecimentos sobre a utilização do “Portfólio”.

*DICA: Crie em seu computador, ou pen drive, uma pasta denominada Pedagogia UNESP/ UNIVESP; e dentro dela vá criando uma pasta para cada Disciplina e/ou Eixos Articuladores e nestas salvem os arquivos das respectivas atividades.*

Em caso de dúvidas entrem em contato com seus Orientadores pelo Correio!

Bom trabalho!!!

#### Atividade 07: Postagem do endereço de um site educativo

##### APRESENTANDO A FERRAMENTA MURAL

Os cursos na modalidade de Educação a Distância devem despertar no aluno a autonomia, para que cada um encontre o seu próprio ritmo de aprendizagem, para que busque informações e construa seus conhecimentos, além de incentivar a aprendizagem em grupo, promovendo o intercâmbio de ideias, a participação de projetos, a realização de pesquisas em conjunto etc.

Não há como falar de cursos via Web e de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) sem falar em aprendizagem colaborativa.

Esta ferramenta possibilita o envio de RECADOS gerais, como avisos de eventos, convites, *links* interessantes encontrados na internet e outras informações que podem ser anexadas por qualquer participante do curso.

Serve como um “quadro de aviso virtual”, como os quadros de aviso de uma escola presencial.

Acessem a Ferramenta **Mural**, e façam testes disponibilizando, pelo menos, um *link* interessante de um *Site Educativo* para os colegas!

OBS: Não utilizem o mural para disponibilizar perguntas para os Orientadores ou conversas com os colegas. Esta não é a finalidade da ferramenta, ok?

Vamos lá!

#### Atividade 08: Introdução do tema “O professor que trago na memória”

Olá, queridos alunos!

Agora seus Professores Orientadores de Disciplina farão uma breve apresentação do tema “O Professor que Trago na Memória”.

Aproveitem e participem, levantando questões e fazendo comentários pertinentes!

Boa Aula!

#### Atividade 09: Assistir ao vídeo “Educação e Sociedade”

Olá caríssimos!

Preparamos um vídeo muito interessante para vocês!

Acessem a Ferramenta **Material de Apoio** e cliquem em Pasta Vídeos - Vídeo Educação e Sociedade ou no *link* direto, para assisti-lo.

@ *Link: Educação e Sociedade* (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65>)

#### Atividade 10: Redação de texto “O professor que trago na memória”

Caríssimos!

A partir da vídeo-aula sobre a questão “O que é ser professor(a)?”, veiculada pela fundação UNIVESP/TV, desenvolvam um trabalho de redação denominado “O professor que trago na memória”. Trata-se de um eixo articulador e, durante o desenvolvimento do curso, o Tema será retomado com o objetivo de permitir reflexões sobre a busca da identidade de professor.

Quem foi e por que o(s) professor(es) indicado(s) permaneceu(ram) em sua memória?

Busquem enfatizar durante a elaboração da redação, os aspectos positivos a que vocês comumente recorrem, ou os aspectos negativos que vocês geralmente refutam quando refletem sobre a maneira pela qual vocês ensinam.

Salvem o texto final com o título Atividade\_10\_O Professor que trago na Memória, seguido de “\_” (underline) com o seu nome completo e também com o nome de sua turma, em sua pasta de mesmo nome. Vejam no exemplo: Atividade\_10\_O Professor que trago na Memória\_Maria José da Silva\_São Paulo2.

Insiram esse texto em seu Portfólio Individual, com o mesmo título. Não se esqueçam de deixar o arquivo “Totalmente Compartilhado” e de “Associá-lo à Avaliação”. Essa atividade deverá ser realizada durante esta aula presencial. Qualquer dúvida, por favor, esclareçam com o Orientador de Disciplina.

Bom trabalho!

**Valor:** 1.00

**Objetivos:** Início da identificação do Professor que traz na memória.

**Critérios:** Realização da tarefa dentro do prazo estabelecido; - Coerência e qualidade do texto desenvolvido; - Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno)

#### Atividade 11: Leitura de texto sobre o tema “O professor que trago na memória”

Caros alunos!

Agora apresentaremos dois textos que são muito diferentes, mas tratam sobre o mesmo assunto.

O texto “Conto de Escola” do mestre Machado de Assis, que é do século XIX, alterna falas de uma pessoa que rememora fatos de uma sala de aula que foram importantes na formação de seus valores. Muitas dessas falas são deliberadamente ponderações de uma pessoa adulta sobre sua própria infância. Retrata a vida de aluno. O professor tem um papel secundário, mas uma decisão importante no enredo. Revela a escola tradicional em que o professor era o centro do processo ensino-aprendizagem mesmo sem dizer nada em sala de aula.

O outro, “Vida de Professor” é de um professor estadunidense da atualidade: Jay Parini. Tem uma articulação da poética de J.B.Eayts com a noção de identidade formulada pelo antropólogo Ezra Park, baseada na ideia de persona, de máscara. Uma noção criada nos Estados Unidos, na segunda metade do Século XX. Diferentemente do outro texto, tem uma formulação teórica sobre como memorizar a respeito dos diferentes contextos do processo de formação de nós mesmos, enquanto professores. Portanto, trata da vida de professor.

Entrem na Ferramenta **Leituras**, cliquem em “Pasta Textos” e leiam os dois textos, ou cliquem no *link* direto.

- “Vida de Professor” de Jay Parini;
- “Conto de Escola” de Machado de Assis

Boa leitura!

@ *Link:* **Vida de Professor** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/19>)

@ *Link:* **Conto de escola** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/18>)

#### Atividade 12: Assistir aos vídeos complementares

Caríssimos!

Nesta atividade vocês deverão assistir a dois vídeos complementares.

Para acessá-los, vocês deverão clicar na devida sequencia em:

- “Material de Apoio” no menu do lado esquerdo;
- depois na pasta “Vídeos Complementares”;
- e finalmente em cada um dos *links* disponíveis:

- Sociedade sem Escola
- John Dewey

Ou se preferirem, podem acessá-los por meio do *link* direto.  
Assistam ao filme e depois realizem a próxima atividade de hoje.  
Bom filme!

@ *Link: Sociedade sem Escola* (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/66>)

@ *Link: John Dewey* (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/67>)

### Atividade 13: Fórum de Discussão F2: “O professor que trago na memória”

Agora que já refletiram um pouco sobre o tema “O professor que trago na memória”, vamos interagir com os colegas, trocando experiências, memórias e vivências.

Acessem a Ferramenta **Fórum de Discussão**, e façam suas contribuições no Fórum F2 - “O professor que trago na memória”.

**Obs.:** Este fórum será avaliado e o prazo para participação é de **04 a 06/03/2010**.

Participem!!!

Até lá!

IMPORTANTE:

Fiquem atentos às instruções abaixo:

**1.** Para participarem desta atividade, vocês deverão acessar a Ferramenta **Fórum de Discussão** e clicar em F2 - “O professor que trago na memória”. Quando fizerem a leitura dessa mensagem, verificarão o botão Responder logo abaixo dela. Cliquem nele para realizarem suas postagens adequadamente. Essa prática permitirá que suas mensagens sejam avaliadas pelos Orientadores de Disciplinas e, também, facilitará suas interações com os colegas, deixando o ambiente organizado.

**2.** Vocês não deverão clicar no *link* Compor nova mensagem. Ao clicarem nesse *link*, vocês criarão uma nova mensagem fora do tópico que já foi criado no ambiente, fazendo com que suas mensagens não sejam avaliadas. Por isso, fiquem atentos!

**3.** Caso isso aconteça por engano, postem a mesma mensagem no local certo, ou seja, seguindo a instrução do item 1.

**Valor:** 1.00

**Objetivos:** Reflexão sobre a importância do ambiente escolar na formação de seu perfil profissional

**Critérios:** Participação dentro do prazo estabelecido; Gerais de produção textual (Manual do Aluno)

dedicação

qualidade

despertar

amor

educação

# EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

*“Ensinar  
é um exercício  
de imortalidade.  
De alguma forma  
continuamos a viver  
naqueles cujos olhos  
aprendem a ver o mundo  
pela magia da nossa palavra.  
O professor, assim, não morre  
jamais...”*

Rubem Alves

PEDRO GERALDO TOSI

Doutor em História Econômica, membro do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, campus de Franca da Unesp onde exerce, adicionalmente, a função de Coordenador do Conselho de Curso de Graduação em História.

Bloco1

Formação Geral

Módulo 1

Introdução à Educação

Disciplina 1

Educação e Sociedade

# RELAÇÃO ESCOLA/SOCIEDADE: NOVAS RESPOSTAS PARA UM VELHO PROBLEMA<sup>1</sup>

1. Este texto transcreve a conferência que proferi na sessão de abertura do *III Congresso Estadual Paulista sobre a Formação de Educadores* (Águas de São Pedro, 22 de maio de 1994). Tendo em conta os objetivos da presente publicação, entendi não lhe introduzir grandes alterações, respeitando, no essencial, a sua oralidade.

2. Professor na Universidade de Lisboa – Portugal. [O texto conserva as grafias originais do autor, que emprega a língua tal como é utilizada em Portugal].

Antônio Nóvoa<sup>2</sup>

*Um quadro de Klee chamado Angelus Novus mostra um anjo olhando fixamente para qualquer coisa de que se está a afastar. Os seus olhos estão arregalados, a boca aberta, as asas estendidas. A sua face está virada para o passado. Onde nós vemos uma seqüência de acontecimentos, ele percebe apenas uma única catástrofe que vai amontoando escombros sobre escombros e os arremessa para a frente dos seus pés. [...] Mas um vendaval está a soprar do paraíso; e com tal violência que o anjo já não consegue fechar as suas asas. Ele tem as costas voltadas para o futuro, mas o vendaval apanha-o de frente e é para lá que o empurra irresistivelmente, enquanto atrás dele o monte de escombros vai crescendo em direcção ao céu. Este vendaval é o que nós chamamos progresso.*

**Walter Benjamin, 1940.**

A história da escola sempre foi contada como a história do *progresso*. Por aqui passariam os mais importantes esforços civilizacionais, a resolução de quase todos os problemas sociais. De pouco valeram os avisos de Ortega y Gasset – e de tantos outros – dizendo que esta análise parte de um erro fundamental, o de supor que as nações são grandes porque a sua escola é boa: certamente que não há grandes nações sem boas escolas, mas o mesmo deve dizer-se da sua política, da sua economia, da sua justiça, da sua saúde e de mil coisas mais.

A escola cresceu nesta crença. E os professores acreditaram que lhes estava cometida a missão de *arautos* do progresso. Contra tudo e contra todos, se preciso fosse. Para isso tiveram, num certo sentido, de se isolar: São bem conhecidos os conselhos para que os professores não se misturassem com o povo, mas também não participassem nas festas da burguesia, para que os professores se comportassem com isenção, não se vinculando a interesses de grupo. O reforço da ligação entre dois vértices do triângulo, os *professores* e o *Estado*, conduziu à marginalização do terceiro: *famílias/comunidades*.

Repensar a escola hoje é, antes de mais, trazer para o cenário educativo este “vértice perdido”, sublinhando a importância de uma participação que não se esgota no nível profissional, nem no plano do Estado. É procurar encontrar novas respostas para um velho problema.

A reflexão que vos proponho organiza-se em três tempos, procurando interrogar as relações entre a escola e a sociedade, sobretudo a partir de uma análise centrada nos caminhos (e descaminhos) da profissão docente.

Na primeira parte, procuro alertar contra os perigos das visões extremas da escola, ora como “salvadora”, ora como mera “reprodutora” da sociedade.

Na segunda parte, avanço algumas idéias sobre a crise de identidade dos professores, sublinhando a necessidade de um reforço da sua autonomia profissional.

Finalmente, na terceira parte tento juntar os dois argumentos anteriores, defendendo que qualquer mudança no terreno educativo tem de passar por um investimento positivo dos diversos poderes em acção na arena educativa.

Tal como Boaventura Sousa Santos<sup>3</sup> também eu me espanto (também eu me indigno) com o facto de o prodigioso desenvolvimento científico dos últimos séculos, de a acumulação de um tão grande conhecimento sobre o mundo, se terem traduzido numa tão pequena sabedoria do mundo, do homem consigo próprio, com os outros, com a natureza. Temos de mais *desta* ciência (leia-se também escola) que se quis sinónimo de progresso e acreditou ser o fim da História. Agora, precisamos de uma *outra* ciência (leia-se também escola): que não se baseie no *excesso do mesmo*, mas na aceitação do outro; que não reivindique uma explicação *singular*, mas que se reconheça na *pluralidade* dos sentidos; que compreenda os *limites* da sua interpretação e da sua acção no mundo.

3. SANTOS, Boaventura Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Edições Afrontamento, 1989.

## A ESCOLA E OS PROFESSORES COMO REGENERADORES DA SOCIEDADE

No livro-manifesto da Educação Nova, Adolphe Ferrière conta uma das mais célebres histórias da pedagogia: a história sobre *O diabo e a escola*.<sup>4</sup>

Conta o pedagogo suíço que um dia, deu o diabo uma saltada à terra e verificou, não sem despeito, que ainda cá se encontravam homens que acreditassem no bem, homens bons e felizes. O diabo concluiu, do seu ponto de vista, que as coisas não iam bem, e que se tornava necessário modificar isto. E disse consigo: “A infância é o porvir da raça; comecemos, pois, pela infância”. Mas mudar a infância, como?! De repente, teve uma idéia luminosa: *criar a escola*. E, seguindo o conselho do diabo, criou-se a escola.

4. A história é contada no livro *Transformons l'école*, publicado pela primeira vez em 1920. Sirvo-me da edição portuguesa, datada de 1928, a qual, segundo o tradutor, terá sido censurada em Portugal, obrigando a que a sua distribuição se fizesse essencialmente no Brasil.

A criança adora a natureza: encerram-na dentro de casa. A criança gosta de brincar: obrigam-na a trabalhar. A criança pretende saber se a sua actividade serve para qualquer coisa: fez-se com que a sua actividade não

tivesse nenhum fim. Gosta de mexer-se: condenam-na à imobilidade. Gosta de palpar objectos: ei-la em contacto com idéias. Quer servir-se das mãos: é o cérebro que lhe põem em jogo. Gosta de falar: impõe-lhe silêncio. Quer esmiuçar as coisas: constroem-na a exercícios de memória. Pretende buscar a ciência de *motu próprio*: é-lhe servida já feita. Desejaria seguir a sua fantasia: fazer-na vergar sob o jugo do adulto. Quereria entusiasmar-se: inventaram-se os castigos. Quereria servir livremente: ensinou-se-lhe a obedecer passivamente. O diabo ria pela calada!

Durante páginas a fio, Adolphe Ferrière continua o seu requisitório contra a invenção diabólica que é a escola. Diz ele que não tardou que o regime desse frutos. A criança aprendeu a adaptar-se a estas condições artificiais. Dir-se-ia, por um instante, que a escola levava a melhor. O diabo julgava-se vitorioso. Mas, de súbito, a história vira-se do avesso. O diabo calculara mal o negócio: esquecera-se de fechar a escola a sete chaves. “E viu-se a pequenada fugir para os bosques, trepar às árvores, e até fazer caretas ao pretense *homem de Deus*. Viram-nos correr à aventura, governarem a vida, tornarem-se fortes, práticos, engenhosos e perseverantes. [...] o diabo, então, deixando de rir à socapa, rangeu os dentes, ameaçou com o punho, berrou: *Maldita geringonça!* E eclipsou-se. E com ele desapareceu a *escola*, que tão sabiamente imaginara.

As palavras finais do pedagogo suíço representam a moral da história, desafiando todos os professores a acabarem com estas *gaiolas à moda antiga* e a edificarem *escolas novas*.

Escrita no final da Primeira Grande Guerra, esta história é exemplar, por muitas razões. Até esta altura, a escola sempre tinha sido vista como um progresso civilizacional, como uma instituição inequivocamente benéfica, consagrada à promoção da cultura e da educação dos homens. Agora, pela pena de um dos mais brilhantes pedagogos dos *anos vinte*, ela é apresentada como uma instituição maléfica, como uma criação diabólica mesmo.

Ao longo do século XIX, em paralelo com a emergência de novos modos de governo e afirmação dos Estados-Nação, a escola transforma-se num elemento central do processo de homogeneização cultural e de invenção de uma cidadania nacional. Através da atribuição a um dado arbitrário cultural de todas as aparências do *natural*, a escola desempenha um papel central na concessão ao Estado do monopólio da violência simbólica (que se quer *legítima*). O desenvolvimento da escola de massas faz parte de uma dinâmica transnacional que inscreve nos diversos contextos nacionais racionalidades e tecnologias de progresso difundidas a nível mundial. Fixa-se então uma espécie de *gramática do ensino*, que marca – uma vez que constrói e que organiza – a nossa forma de ver a escola: alunos agrupados em classe graduadas, com

uma composição homogênea e um número de efectivos pouco agradável; professores actuando sempre a título individual, com perfil de generalistas (ensino primário) ou de especialistas (ensino secundário); espaços estruturados de acção escolar, induzindo uma pedagogia centrada essencialmente na sala de aula; horários escolares rigidamente estabelecidos, que põem em prática um controlo social do tempo escolar; saberes organizados em disciplinas escolares, que são as referências estruturantes do ensino e do trabalho pedagógico. Inventado muito tempo antes, este *modelo escolar* impõe-se, doravante, como a via única de fazer escola, excluindo todos os outros possíveis. A força deste modelo mede-se pela sua capacidade de se definir, não como o melhor sistema, mas como o único aceitável ou mesmo imaginável. É esta *escola* que a história de Adolphe Ferrière quer esconjur.

Mas atenção à segunda mensagem da história: não é a escola enquanto instituição que está em causa, mas sim a escola antiga, pois a escola nova, essa, é fundamentalmente libertadora, é “uma nova etapa na marcha ascensional do Homem para a perfeição”, é a condição essencial para que se forme um Homem novo incapaz de se lançar uma e outra vez nos horrores da Guerra. A crítica da Educação Nova à instituição escolar termina, assim, algo paradoxalmente, por uma crença quase ilimitada nas potencialidades regeneradoras da escola. Nunca se acreditou tanto nos benefícios da escola como nestes tempos loucos da pedagogia. E esta crença ajudou a consolidar uma imagem dos professores como *sacerdotes da religião educativa* e como *missionários do ABC*, ao mesmo tempo que criou as condições para uma melhoria da sua formação e do seu estatuto socioprofissional e para o desenvolvimento de uma reflexão científica na área da pedagogia.

## PROFISSIONALIZAÇÃO DO PROFESSORADO E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

A profissionalização do professorado acompanha-se de uma política de normalização e de controle estatal. As escolas normais constituem o lugar certo para disciplinar os professores, transformando-os em agentes do projecto social e político da modernidade: os discursos aqui produzidos e difundidos – bem como as práticas que lhes dão corpo – edificam um novo modelo de professor no qual as “antigas” referências religiosas se cruzam com o “novo” papel de servidores do Estado e da sua razão. Este processo é parte integrante de um discurso que tende a redefinir a questão do ensino em paralelo com as novas modalidades de intervenção do Estado na vida social. As racionalidades emergentes realocizam os professores como profissionais – ao mesmo tempo que categorizam as crianças como alunos –, passando a encará-los como uma população que tem de ser gerida segundo padrões institucionais próprios. A imposição de um raciocínio populacional (tornado possível, em grande medida, pela evolução do pensamento e das técnicas estatísticas) é uma das características fundamentais dos Estados centrais, que teve consequências maiores na produção da escola de massas. É um processo incorporado nos diversos contextos nacionais a partir de modelos (e de dinâmicas) que se difundem a nível mundial.

A afirmação da cientificidade da pedagogia deve ser equacionada à luz do processo histórico de construção das ciências sociais modernas, o qual não é compreensível sem uma referência à crise de autoridade intelectual e moral do final do século XIX: a especialização do conhecimento concede aos novos profissionais uma função de autoridade no interior do seu campo disciplinar, para além de os legitimar num discurso de normalização social. A formação das ciências da educação faz parte de uma dinâmica mais vasta de expansão do Estado e de profissionalização do conhecimento. A eficácia da nova ideologia profissional implica a defesa da objectividade e a rejeição da história: a evidência científica tem de aparecer como um fenómeno natural e não como uma construção social, como uma realidade atemporal e não como um processo histórico, como a busca da “verdade pela verdade” e não como um jogo de forças e de poderes. A invenção do *caleidoscópico ciências da educação*, nas primeiras décadas do século XX, corresponde a um esforço da “nova” geração de educadores para valorizar o seu papel social e o seu prestígio científico:

Paradoxalmente, a Educação Nova representa a consagração e a morte da pedagogia: a consagração porque se assiste a uma verdadeira explosão das práticas inovadoras; a morte porque a referência à ciência provoca a passagem para as ciências da educação. Os inovadores (no terreno) acabarão por ser enterrados e renegados em nome das ciências da educação, da exclusão da prática.<sup>5</sup>

5. HOUSSAYE, Jean. “L’esclave pédagogue et ses dialogues”. *Éducation et Recherche*, n.1/1984, p.47.

Este conjunto de processos (*estatização, profissionalização e cientificação*) define uma estrutura do ensino que ajuda a perceber as teses da Educação Nova. Ao criticarem a escola antiga, estes pedagogos traçam uma caricatura que pretende tornar mais nítidos os contornos da novidade de que se sentem portadores. Mas estes homens não põem em causa a *gramática* da escola, antes a aprofundam no contexto de uma crença total nas suas potencialidades regeneradoras. A vários títulos, somos herdeiros, ainda hoje, de uma imagem da escola e da profissão docente que se fixou nessa altura. Quantos de nós não sentimos, no mais íntimo do nosso ser, que nos está reservado um papel de “reparação” ou de “regeneração” da sociedade?

Em muitos países, a desmedida da crença nas potencialidades da escola conduziu, por vezes, a exageros nefastos. Nos anos vinte, os “novos” profissionais do ensino tinham cada vez mais dificuldade em aceitar um destino de *Penélope*: tecendo durante algumas horas o fio educativo que a sociedade tantas vezes desfazia nas restantes horas do dia e da noite. Diziam eles que os ambientes familiares, sobretudo dos meios populares, deitavam por terra todos os seus esforços educativos. E, por isso, muitas vezes reclamaram: “Para que o professor, o *corpo docente*, cumpra com a sua missão e se lhe possa exigir toda a responsabilidade da educação que dá aos seus alunos, é indispensável que a criança lhe seja entregue *por completo*, sem intermitências, só tirando-a da sua influência e acção quando ele a der por pronta”.<sup>6</sup>

Hoje, esta citação causa-nos um grande desconforto e uma reação de desagrado. Mas, no princípio do século, ela faz parte de um projecto de afirmação profissional de homens (e, cada vez mais, de mulheres) que acreditaram piamente na função civilizadora e moralizadora da escola. As intenções são generosas, mas hoje sabemos que nenhum grupo de profissionais tem o direito de se impor ao resto da sociedade, mesmo que seja por uma “boa causa”.

Num certo sentido, é esta perspectiva que será severamente criticada algumas décadas mais tarde, nos debates dos anos 60. Pela segunda vez na história da educação, a escola é posta sob acusação. Mas, desta vez, a proposta vai mais longe: edificar uma sociedade sem escolas. Sob o efeito conjugado de movimentos tão diferentes como a descolarização, a *não-directividade* ou a sociologia crítica da educação, a escola e os professores vão sentar-se no bando dos réus, acusados a torto e a direito de não terem cumprido as suas promessas, de ajudarem a manter uma ordem social injusta, de continuarem a contribuir para a reprodução das desigualdades sociais. A expansão do ensino não tinha conduzido à sua democratização; bem pelo contrário, a escola criara novas formas de discriminação e de exclusão social. Outrora *apóstolos das luzes*, os professores viam-se agora olhados e acusados como meros agentes de reprodução. Não espanta que, desde então, a profissão docente tenha mergulhado numa crise de identidade que dura até aos dias de hoje.

A saída desta crise obriga a repensar, em termos radicais, as relações entre a escola e a sociedade. É preciso abandonar sonhos antigos de uma escola que seria capaz, por si só, de transformar a sociedade. Mas é preciso também fazer a crítica das teses que procuram erigir os professores em bodes expiatórios de todos os males sociais. A nova inserção da escola na sociedade tem de fazer-se em termos mais medidos, mais comedidos, num certo sentido mais modestos. A escola faz parte de uma rede institucional onde se joga parte do futuro das nossas sociedades: o que aqui conseguirmos ganhar é importante, mas as visões extremas de um *professor-salvador-da-humanidade* ou, no pólo oposto, de um *professor-que-se-limita-a-reproduzir-o-que-já-existe* não nos servem para tentarmos compreender o nosso papel.

Os professores têm de afirmar a sua profissionalidade num universo complexo de poderes e de relações sociais, não abdicando de uma definição ética – e, num certo sentido, militante – da sua profissão, mas não alimentando utopias excessivas, que se viram contra eles, obrigando-os a carregar aos ombros o peso de grande parte das injustiças sociais. A causa do mal-estar dos professores prende-se, sem dúvida, à defasagem que existe nos dias de hoje entre uma imagem *idílica* da profissão docente e as realidades concretas com que os professores se deparam no seu dia-a-dia. Sem uma compreensão exacta desta crise é impossível encontrar novos caminhos para a educação e para os professores. Na segunda parte deste texto proponho-me, justamente, reflectir sobre a crise de identidade dos professores, sugerindo a necessidade de definir uma nova profissionalidade docente.

6. Utilizo esta citação propositadamente, pois Adolfo Lima era o representante da Educação Nova em Portugal e, para além disso, um dos mais influentes pedagogos anarquistas (*Educação e Ensino – Educação Integral*, Lisboa, Guimarães e C<sup>a</sup> Editores, 1914, p. 135).

## OS PROFESSORES EM CRISE: UM MAL-ESTAR QUE SE PROLONGA

Numa sistematização algo simplista, é possível constatar a existência de duas grandes tendências na forma de encarar a crise de identidade dos professores:

- A primeira, externa à profissão docente, tem procurado multiplicar as instâncias de controlo dos professores, por via de uma racionalização do ensino ou de práticas administrativas de avaliação, sublinhando as dimensões técnicas do trabalho docente.

- A segunda, interna à profissão docente, tem procurado reencontrar novos sentidos profissionais, reconstruindo identidades a partir de dinâmicas de desenvolvimento pessoal e de valorização profissional, sublinhando as dimensões reflexivas do trabalho docente.

A primeira tendência corresponde aos esforços de racionalização do ensino, levados a cabo desde os *anos setenta*, que têm como objectivo controlar *a priori* os factores aleatórios e imprevisíveis do acto educativo, expurgando o quotidiano pedagógico de todas as práticas, de todos os tempos, que não contribuam para o trabalho escolar propriamente dito. A introdução de modelos racionalistas de ensino procura separar o trabalho de concepção das tarefas de realização; ou, dito de outro modo, procura separar a elaboração dos currículos e dos programas da sua concretização pedagógica. Os professores são vistos como técnicos cuja tarefa consiste, essencialmente, na aplicação rigorosa de idéias e procedimentos elaborados por outros grupos sociais ou profissionais. A expansão dos especialistas pedagógicos (ou em ciências da educação) não é alheia a este projecto de racionalização do ensino, que põe obviamente em causa a autonomia profissional dos professores.

Simultaneamente, é importante referir uma outra componente deste processo, que alguns autores têm designado por **proletarização** do professorado, relacionada com a intensificação do trabalho docente (inflação de tarefas diárias e sobrecarga permanente de actividades) e com a introdução de práticas administrativas de avaliação:

A intensificação leva os professores a seguirem por atalhos, a economizarem esforços, a realizarem apenas o essencial para cumprirem a tarefa que têm entre mãos; obriga os professores a apoiarem-se cada vez mais nos especialistas, a esperarem que lhes digam o que fazer, iniciando-se um processo de depreciação da experiência e das capacidades adquiridas ao longo dos anos. A qualidade cede o lugar à quantidade. Finalmente, é a estima profissional que está em jogo, quando o próprio trabalho se encontra dominado por outros actores.<sup>7</sup>

7. APPLE, Michael & JUNGCK, Susan. "No hay que ser maestro para enseñar esta unidad: la enseñanza, la tecnología y el control en el aula". *Revista de Educación*, n.291, 1990, p.156.

A racionalização do ensino e a proletarização do professorado são dois momentos de um mesmo processo de controlo externo da profissão docente, de um processo que tem na

retórica da privatização do ensino – que implica um controlo dos professores pelos “clientes” – a sua face mais visível nos dias de hoje.

*Racionalização, proletarização e privatização* do ensino são aspectos diferentes de uma mesma agenda política que tende a olhar para a educação segundo uma lógica economicista e a definir a profissão docente segundo critérios essencialmente técnicos. Segundo essa tendência, a saída da crise de identidade dos professores far-se-ia através de uma espécie de nivelamento por baixo, de um esvaziamento das aspirações teóricas e intelectuais do professorado, de um controlo mais apertado da profissão docente. Hoje em dia, esta perspectiva está presente em grande parte dos programas de formação inicial e de formação contínua dos professores, bem como em muitas das medidas de política educativa tomadas no contexto da vaga reformadora dos anos 80/90.

A segunda tendência acima evocada, interna à profissão docente, tem procurado vias distintas de saída da crise, baseados em projectos de afirmação da autonomia dos professores e das bases intelectuais do trabalho pedagógico. Nos últimos dez anos, a literatura pedagógica foi literalmente invadida por obras e estudos sobre a vida dos professores, o stress e o mal-estar docente, as carreiras e os percursos profissionais, o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores, etc.<sup>8</sup> Trata-se de uma literatura muito heterogénea, inspirada pelos mais diversos objectivos, mas que tem tido um mérito indiscutível: trazer de novo os professores para o centro dos debates educativos.

8. Procurei dar conta desta literatura nalgumas obras que editei em Portugal: *Profissão: Professor* (Porto, Porto Editora, 1991); *Reformas educativas e formação de professores* (Lisboa, Educa, 1992); *Os professores e a sua formação* (Lisboa, Publicações D. Quixote, 1992); e *Vidas de professores* (Porto, Porto Editora, 1992).

O debate pode ser travado pelo lado corporativo, acentuando as semelhanças entre os professores, derivadas de uma assimilação integradora da cultura profissional dominante. É o que Albert Shanker, um dos mais influentes líderes sindicais dos professores norte-americanos, sublinha num discurso pronunciado em 1974:

Dez mil novos professores entraram todos os anos no sistema escolar na cidade de New York, devido à morte ou à mudança de emprego dos seus colegas. Estes novos professores vêm um pouco de todo o lado, representam todo o tipo de religiões, de raças, de opiniões políticas e de formações profissionais. É espantoso que, após três semanas na sala de aula, já ninguém seja capaz de os distinguir dos professores que vieram substituir.<sup>9</sup>

9. Cf. CUBAN, Larry. “How did teachers teach, 1890-1980”. *Theory into Practice*, v.22, n.3, 1983, p.159.

No entanto, parece-me mais estimulante enfrentar esta questão pelo lado da diversidade, sem pôr em causa a adesão a um conjunto de valores, de normas de princípios de acção que são elementos constituintes da profissão docente. A atenção exclusiva às práticas de ensino e à gestão do sistema educativo tem vindo a ser acompanhada por um olhar sobre a vida

e a pessoa do professor. A afirmação seguinte não prima pela originalidade, mas merece ser repetida: *O professor é a pessoa. E uma parte importante da pessoa é o professor.*

A forma como cada um de nós constrói a sua identidade profissional define modos distintos de ser professor, marcados pela definição de ideais educativos próprios, pela adopção de métodos e práticas que colam melhor com a nossa maneira de ser, pela escolha de estilos pessoais de reflexão sobre a acção. É por isso que, em vez de identidade, prefiro falar de processo identitário<sup>10</sup>, um processo único e complexo graças ao qual cada um de nós se apropria do sentido da sua história pessoal e profissional.

10. Ou processo de construção e reconstrução constante da identidade profissional do docente.

Porque é que fazemos o que fazemos na sala de aula? Que saber mobilizamos na nossa acção pedagógica? Através da resposta a estas duas perguntas espero ser capaz de explicar melhor as minhas idéias.

## POR QUE É QUE FAZEMOS O QUE FAZEMOS NA SALA DE AULA?

A resposta à pergunta, *Por que é que fazemos o que fazemos na sala de aula?* leva-me a evocar a mistura de vontades, de gostos, de experiências, de acasos até, que foram consolidando gestos, rotinas, comportamentos com os quais nos identificamos como professores. Cada um tem a sua maneira própria de organizar as aulas, de se movimentar na sala, de se dirigir aos alunos, de utilizar os meios pedagógicos, uma maneira que constitui quase uma segunda pele profissional.

Há aqui um *efeito de rigidez* que nos torna a todos, num certo sentido, indisponíveis para a mudança. E é verdade que os professores são por vezes profissionais muito rígidos, que têm dificuldade em abandonar certas práticas, nomeadamente quando elas foram empregues com sucesso em momentos difíceis da sua carreira profissional. Muitas vezes nos interrogamos sobre as reformas educativas e o modo como elas mudaram as escolas e os professores; e, no entanto, esquecemo-nos de referir que foram quase sempre os professores que mudaram as reformas, seleccionando, alterando ou ignorando as instruções emanadas “de cima”.

Mas, simultaneamente, os professores são desde sempre um grupo profissional muito sensível aos *efeitos de moda*. Hoje, mais do que nunca, as modas invadem o terreno educativo. Em grande parte, devido à impressionante circulação de idéias e à velocidade quase delirante das inovações tecnológicas. A adesão pela moda é a pior maneira de enfrentar os debates educativos, porque traduz uma “fuga para a frente”, um opção preguiçosa, porque falar de moda dispensa-nos de tentar compreender.

A moda é a não-directividade; vamos todos praticar a não-directividade. A moda é o trabalho de grupo; todos a organizar grupos, e mais grupos, e mais grupos. A moda é a pe-

dagogia por objectivos; cumpra-se a pedagogia por objectivos. A moda é o ensino reflexivo; vamos todos reflectir já, rapidamente e em força. A moda são os audiovisuais, ou os computadores, ou as histórias de vida, ou o construtivismo, ou o pensamento crítico do professor, ou qualquer outra virá, e outra ainda, sem que para tal sejamos tidos ou achados.

Em pedagogia, a moda significa quase sempre... a vontade de mudar para que tudo fique na mesma! Ora, neste mundo marcado pela velocidade das comunicações e da disseminação das idéias, neste mundo invadido por uma inflação tecnológica sem precedentes, é preciso que os professores aprendam a cultivar um ceticismo saudável, um ceticismo que não é feito de descrença ou de desencanto, mas antes de uma vigilância crítica em relação a tudo quanto lhes é sugerido ou proposto. A inovação só tem sentido se passar por dentro de cada um, se for objecto de um processo de reflexão e de apropriação pessoal.

## QUE SABER MOBILIZAMOS NA NOSSA ACÇÃO PEDAGÓGICA?

A segunda pergunta, *Que saber mobilizamos na nossa acção pedagógica?*, tem uma resposta mais difícil. Durante muito tempo os professores limitaram-se a mobilizar um saber disciplinar, assumindo-se fundamentalmente como transmissores de um conhecimento científico em História, em Biologia ou em Matemática. Não espanta que então, pela boca de Bernard Shaw<sup>11</sup>, se lhes tenha lançado o insulto, de que ainda hoje se fala: *Quem sabe, faz; quem não sabe, ensina.*

11. George Bernard Shaw (1856-1950), dramaturgo e escritor irlandês de expressão inglesa, nascido na cidade de Dublin. É considerado, depois de Shakespeare, uma das maiores personalidades da dramaturgia inglesa. Também foi um excelente crítico teatral, contado entre os melhores de sua geração.

É um insulto originado numa incompreensão fundamental: a idéia de que o ensino é a mera transposição do conhecimento do plano científico para o domínio escolar. Como se tal fosse possível sem submeter o conhecimento a uma alquimia complexa que transforma as disciplinas científicas (integradas nos seus espaços próprios) em currículo escolar. A tentativa para banalizar este processo não é inocente; bem pelo contrário ela é parte integrante de uma ideologia que tende a relacionar a entrada do professorado com o insucesso nas áreas disciplinares de base. Para o ensino iriam apenas os medíocres, os incompetentes, os falhados.

Vários autores criticaram duramente esta idéia. Lee Shulman, por exemplo, demonstrou que o professor necessita não só de conhecer a matéria que ensina, mas também de compreender a forma como este conhecimento se constituiu historicamente. E sugeriu um novo aforismo: *Quem sabe, faz; quem compreende, ensina.*<sup>12</sup> Punha assim a tónica na compreensão dos conteúdos, momento prévio da sua reformulação e da

12. Ver o artigo de Lee Shulman ("Knowledge Growth in Teaching". *Educational Researcher*, v.15, n.2, p.4-14). Um autor português do princípio do século, Eusébio Tamagnini, atribui o dito à sabedoria popular: "Também o povo, cujo poder de intuição é surpreendente, com fina ironia comenta: quem sabe faz; quem não sabe fazer, ensina" ("A extinção das escolas normais superiores". *Arquivo Pedagógico*, v. IV, n.1-4, 1930, p.109).

sua transformação em produtos de ensino: o teste definitivo para confirmar a compreensão de um assunto é a capacidade para o ensinar, transformando o conhecimento em ensino.

Os estudos produzidos pelos autores que trabalham nesta tradição intelectual sublinham a importância de investir a pessoa do professor e de dar um estatuto ao saber emergente da sua experiência profissional, fazendo com que os professores se apropriem dos saberes de que são portadores e os trabalhem do ponto de vista teórico e conceptual. Os professores não são apenas consumidores, mas são também produtores de saber. Os professores não são apenas executores, mas são também criadores de instrumentos pedagógicos. Os professores não são apenas técnicos, mas são também profissionais críticos e reflexivos. Assim sendo, é preciso rejeitar as tendências que apontam no sentido de separar a concepção da execução, tendências que põem nas mãos dos professores pacotes curriculares pré-desenhados prontos a serem aplicados, que procuram sobrecarregar o quotidiano dos professores com actividades que lhes tiram o tempo necessário à reflexão e à produção de práticas inovadoras.

Estou convencido de que só é possível enfrentar a crise de identidade dos professores a partir destas bases, isto é, a partir de uma dinâmica de valorização intelectual, de uma consolidação da autonomia profissional, de um reforço do sentimento de que somos nós que controlamos o nosso próprio trabalho. É esta segurança profissional que pode levar os professores a saírem do desconforto e do mal-estar em que têm vivido.

## ESCOLA E SOCIEDADE: INVESTIR POSITIVAMENTE TODOS OS PODERES

Na primeira parte, procurei alertar contra os perigos da ideia de uma escola-toda-poderosa, uma escola-justiceira, cujos professores estariam investidos de uma missão de moralização da sociedade. Na segunda parte, discuti alguns aspectos da crise de identidade dos professores, defendendo que a saída desta crise não passa pela multiplicação de controlos externos, mas antes por um trabalho de reflexão interno à própria profissão docente. Gostaria, para terminar, de juntar estas duas ideias, insistindo em que uma nova relação entre a escola e a sociedade tem de basear-se, simultaneamente, num respeito pelo direito das famílias e das comunidades a participarem na acção educativa e num respeito pela autonomia e pelas competências profissionais dos professores.

Ao longo da história, estes dois *direitos* – melhor dizendo, estes dois *poderes* – foram quase sempre considerados antagónicos. Pessoalmente, estou convencido de que não é possível qualquer mudança na arena educativa sem um investimento positivo destes dois *poderes*. Encontrar as estratégias mais adequadas para o fazer parece-me, pois, uma das tarefas essenciais de qualquer esforço de inovação educacional.

Para que este investimento positivo tenha lugar é preciso assegurar, pelo menos, duas condições: a primeira é que não seja negado às famílias, sobretudo às famílias dos meios

populares, o direito de decidirem e de participarem na educação dos seus filhos; a segunda é que os esforços de reforma educativa não tomem os professores como culpados da crise actual dos sistemas de ensino.

## O PODER DAS FAMÍLIAS E DAS COMUNIDADES

A idéia de que “todos os cidadãos mais pertencem à Pátria do que a seus próprios pais”, para utilizar uma idéia corrente no tempo da Revolução Francesa<sup>13</sup>, foi muitas vezes mobilizada pelos corpos docentes para afastarem as famílias dos processos educativos. Sobretudo, para afastarem as famílias provenientes dos meios mais pobres e desfavorecidos. 13. Em 1789.

No decurso da história, a escola foi-se impondo como o meio privilegiado para educar as crianças, olhadas cada vez mais como futuro, e não como presente. *Monopólio* é a palavra certa para descrever a forma como a igreja (séculos XVI a XVIII) e depois o Estado (séculos XVIII a XX) ocuparam o campo educativo, tornando ilegítima a intervenção dos outros actores sociais. A pouco e pouco, as famílias e as comunidades viram-se afastadas da *coisa educativa*; todas as razões serviram para justificar este afastamento: a ignorância dos pais, os maus costumes das famílias, a influência nefasta do meio social, etc. os discursos foram assumidos, em primeira linha, pelos professores, que demarcaram a sua condição de especialistas *contra* os agentes educativos “naturais”.

Refira-se a este propósito, a forma como tradicionalmente se procurou negar aos analfabetos o direito de intervirem na escolaridade dos seus filhos. Muitas vezes lhes foi mostrado o engano desta pretensão, com o argumento de que não tinham capacidade para se debruçarem sobre um assunto que desconheciam. Pior ainda: quando foram chamados à escola tratou-se, quase sempre, não de os ouvir, mas de os criticar por certos hábitos ou comportamentos caseiros.

Outra estratégia para afastar as famílias dos meios populares das decisões em matéria escolar prende-se com a adopção acrítica das teses do *fatalismo sociológico ou cultural*, que serviram muitas vezes como uma espécie de discurso de legitimação de certos professores para continuarem a levar a cabo práticas pedagógicas socialmente discriminatórias... pois se os investigadores e os sociólogos já tinham demonstrado, “cientificamente”, que *as crianças dos meios desfavorecidos estão condenadas ao fracasso!!!* Sabemos que não foi isto que os investigadores demonstraram, mas sabemos também de que forma estas teses foram utilizadas como discurso de auto-justificação dos professores.

Philippe Perrenoud critica, numa curiosa analogia com a justiça, as correlações causais que se estabelecem freqüentemente entre a origem social dos alunos e o insucesso escolar. Diz ele:<sup>14</sup>

A justiça, tal como a escola, também fabrica julgamentos. Tomemos como variável a

14. Esta passagem é a adaptação de uma reflexão apresentada num texto de Philippe Perrenoud: "De quoi la réussite scolaire est-elle faite?", *Éducation et Recherche*, n.1, 1986, p.133-160.

explicar, o roubo. A partir das estatísticas penais é relativamente fácil estabelecer uma forte correlação entre a condenação por roubo e os níveis salariais dos condenados. Muito bem, mas o que é que podemos daqui concluir? Que os pobres têm uma maior propensão para o roubo? É a interpretação mais imediata. Mas podemos imaginar muitas outras. É provável que a polícia encontre e prenda mais facilmente os ladrões com poucas *posses*. É provável também que se consigam mais facilmente provas ou confissões. É provável ainda que as pessoas com mais posses tenham mais facilidade em obter acordos extra-judiciais. Além de que os pobres não têm dinheiro para contratar bons advogados. Ou para recorrer das decisões proferidas nos tribunais de 1ª instância.

Esta analogia põe-nos de sobreaviso quanto às conclusões demasiado rápidas sobre o fenómeno do insucesso. E obriga a escola a repensar a sua própria acção e a forma como pode contribuir para aumentar ou para diminuir as desigualdades sociais.

Estes são apenas dois exemplos, entre muitas outras estratégias que procuram pôr em causa o direito legítimo das comunidades a participarem na educação dos seus filhos. Hoje em dia, é impossível imaginar qualquer projecto de inovação e de mudança que não passe pelo investimento positivo dos poderes das famílias e das comunidades, por uma democratização do sucesso (e não apenas do acesso à escola), por uma participação efectiva de todos os actores sociais na vida das escolas.

## O PODER DOS PROFESSORES

Para que as relações entre a escola e a sociedade se estabeleçam em novos moldes é preciso, simultaneamente, investir positivamente os poderes dos professores. Não estou a defender um novo monopólio sobre a arena educativa (desta vez uma "monopólio profissional"), que conduz quase sempre a práticas totalitárias. Quero dizer, sim, que não é possível conceber a mudança com base numa espécie de culpabilização e de desvalorização dos professores, tal como aconteceu em muitas das reformas educativas dos *anos oitenta*.

Os professores encontram-se, hoje, perante vários paradoxos. Por um lado, são olhados com desconfiança, acusados de serem profissionais medíocres e de terem uma formação deficiente; por outro lado, são bombardeados com uma retórica cada vez mais abundante que os considera elementos essenciais para a melhoria da qualidade do ensino e para o progresso social e cultural. *Pede-se-lhes quase tudo. Dá-se-lhes quase nada*. O desabafo de um professor português do princípio do século, farto já naquela época da retórica dos professores-missionários, tem ainda hoje algum sentido:

[Ser professor] não é um sacerdócio: é um suicídio. Não é uma vocação; é uma abdicação dos direitos mais rudimentares da existência. E, pelo vis-

to, chegam a espantar que o Estado misericordioso não pensasse ainda em exigir ao professor primário o voto de castidade perpétua, para que ele seja, em tudo, o monge moderno. Já o é na obediência; já o é na pobreza voluntária.<sup>15</sup>

15. Artigo publicado na revista *Educação Nacional*, n.381, de 10 de janeiro de 1904.

Por outro lado - e este é um novo paradoxo – a segunda metade do século XX assistiu ao desenvolvimento de uma atenção sem precedentes em relação às crianças. Mas, simultaneamente, as condições de vida social, sobretudo a expansão do trabalho feminino, levaram a que os pais tenham cada vez menos tempo para cuidarem dos seus filhos, projectando na escola desejos e ansiedades de todo o tipo. *Pede-se quase tudo aos professores. Dá-se-lhes quase nada.*

É pelo meio destas várias contradições que os professores têm de refazer uma identidade profissional, ao nível individual e colectivo. Uma identidade que se diz por novas imagens, e que já não se satisfaz com o simplismo das antigas metáforas: do *professor-escultor*, que “molda a matéria preñhe de todas as possibilidades que é a criança”; do *professor-piloto*, “conduzindo a barca da educação pelo meio das tormentas sociais”; ou do *professor-espelho*, “pondo diante dos olhos dos meninos bons originais, que eles possam imitar”. Que já não se satisfaz sequer com a metáfora mais célebre da pedagogia, da qual somos todos, de um ou de outro modo, herdeiros: o *professor-jardineiro*.

Concebo a *faina* do professor à semelhança da do jardineiro. [...] Em que consiste, em última análise, o trabalho característico do jardineiro? Preparar para a pessoa um ambiente benéfico e rodeá-la do necessário para que suba ao Espírito, educando-se a si pela força própria, pela autodisciplina da actividade espontânea, em comunidades fraternas. Por outras palavras: dispor o ambiente de tal maneira que ele ajude o formando a educar-se a si mesmo. Ninguém diz à roseira que ela deve florir; ninguém a manda florir; se lhe derem as condições que lhes são favoráveis, os botões virão, hão-de abrir-se à luz.<sup>16</sup>

16. Retiro a citação de um texto do ensaísta português António Sérgio (“Paidéia”. In *Ensaaios VII*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1954), Todavia, seria possível apresentar exemplos da mesma metáfora em quase todas as línguas do mundo.

Quantas vezes utilizamos esta imagem para nos dizermos professores. Esquecendo-nos, no entanto, de mencionar os instrumentos utilizados pelo jardineiro: as tesouras, as enxadas, os alicates, os ancinhos, os *sachos*, as forquilhas,... Ou esquecendo-nos de olhar para os seus gestos: cortar, podar, enxertar, torcer, atar, arrancar,... É preciso confessar que a metáfora perde grande parte da sua beleza original. E põe-nos perante o outro lado de todo e qualquer projecto educativo. E obriga-nos a opções: as opções que cada um de nós tem de fazer, e que cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar, e que desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser.

Actualmente, a literatura pedagógica tem tendências para utilizar metáforas mais conceptuais e menos simbólicas: os professores como investigadores; os professores como profissionais reflexivos; os professores como experimentadores; os professores como decididores; os professores como construtores do currículo; etc. apesar das suas diferenças, é possível encontrar nestas imagens três linhas de consenso, delineadas em torno: da valorização das dimensões teóricas e intelectuais do trabalho docente; da vontade de construir o saber de referência da profissão docente e a partir de uma reflexão dos próprios professores sobre as suas práticas; da certeza de que o professorado não pode continuar submetido a controlos técnicos e burocráticos, e tem de gozar de uma efectiva autonomia profissional.

Durante muito tempo, os poderes das comunidades e dos professores estiveram em conflito. A tese principal que gostaria de sublinhar é que o entendimento em novos moldes dessa relação implica uma compreensão exacta do que se exige hoje na escola, e a afirmação radical de que estes dois poderes não se excluem, mas antes se *incluem* (se articulam) em torno de um mesmo projecto de democratização da escola.

O debate deve ser travado frente a frente. E admitir todas as hipóteses. Começando por questionar o papel do Estado na gestão dos assuntos educativos e, obviamente, o estatuto tradicional dos professores. É possível que, após os ciclos da Igreja e do Estado, estejamos agora a assistir a uma nova reconfiguração do campo educativo. A agenda da *privatização* do ensino é um sintoma claro deste fenómeno, encarada pela perspectiva da eficácia e da competitividade económica. Pela minha parte prefiro equacionar a questão pelo lado da participação e da solidariedade social. Uma coisa é certa: o fim previsível do *Estado educador* obriga-nos a pensar em novos moldes as relações entre a escola e a sociedade, privilegiando no triângulo o lado que une os vértices *professores e famílias/comunidades*.

A sociedade de comunicação, a sociedade tecnológica em que vivemos tem ajudado a emergência de uma consciência planetária. Mas tem criado também novas exclusões sociais, mantendo largas camadas sociais à margem dos benefícios científicos e culturais. Talvez, como diz **Pierre Bourdieu**, a grande miséria do mundo tenha retrocedido (menos, no entanto, do que se costuma apregoar), mas é importante compreender que temos assistido a um desenvolvimento sem precedentes de todas as formas da pequena miséria.<sup>17</sup>

17. Refiro-me a um dos últimos trabalhos de Pierre Bourdieu: *La misère du monde*, Paris, Seuil, 1993.

É por isso que a escola e os professores não se podem limitar a reproduzir um discurso tecnocrático, *socialmente asséptico*, culturalmente descomprometido. Todo o silêncio é cúmplice, e não podemos calar a voz das injustiças que se reproduzem também através da escola. Na verdade, o que distingue a profissão docente de muitas outras profissões é que ela não se pode definir apenas por critérios técnicos ou por competências científicas. Ser professor implica a adesão a princípios e a valores, e a crença na possibilidade de todas as crianças terem sucesso na escola.

A educação não pode, portanto, ser encarada unicamente segundo uma lógica económica ou tecnológica, segundo uma perspectiva de eficácia ou de racionalização. Nos dias que ocorrem, o fim das *grandes ideologias* convida-nos a uma redescoberta da função social da utopia, das *pequenas utopias* que dão sentido ao nosso trabalho quotidiano como educadores.

Exercer o ofício e reflectir sobre o ofício que se exerce, por um lado; esforçar-se por seguir uma conduta de cidadão e reflectir sobre o significado e as condições da cidadania, por outro lado: eis talvez os dois pólos em volta dos quais roda hoje o filosofar, essa insatisfeita actividade que assume as perplexidades para tentar superá-las criticamente sem excluir outras rotas além daquelas que julga dever traçar. (Vitorino Magalhães Godinho, 1971)

É tempo de acabar. Em tudo que ficou dito, peço-vos que vejam apenas a vontade de pensar convosco alguns problemas que afectam os professores, de reflectir sobre o ofício que exerço e sobre as condições actuais da cidadania, que passam também pelas escolas.

Enquanto historiador interrogo-me muitas vezes sobre os actores e os grupos que pensam o futuro, que têm uma visão ampla das mudanças sociais e das suas implicações para a educação. E deparo-me com uma situação, no mínimo, problemática.<sup>18</sup>

18. Esta passagem do texto é inspirada num escrito de Philippe Perrenoud: *L'école doit-elle suivre ou anticiper les changements de société?*, Genève, Service de la Recherche Sociologique, 1991.

Durante muito tempo a *classe política* produziu um pensamento *prospectivo* sobre o futuro das sociedades e sobre as melhores estratégias para o antecipar. Hoje em dia, os aparelhos de Estado estão demasiado ocupados na gestão das diversas crises nacionais e internacionais, e os partidos políticos deixaram de ser lugares de doutrina e transformaram-se em máquinas eleitorais orientadas para a participação no poder e nas instituições. Os políticos visionários são cada vez mais raros e a maior parte limita-se a gerir o curto prazo.

Em termos gerais, os *sindicatos* deixaram de ser forças utópicas, dinamizadas pela idéia de um futuro diferente; as incertezas e as crises económicas mobilizam mais um discurso de aparelho e de lógica negocial do que uma acção em prol de uma sociedade diferente.

Os *meios de comunicação social* desempenharam, no passado, um importante papel doutrinário, sobretudo a imprensa escrita. Hoje, a lógica dominante é a competição pelo mercado publicitário e a imprensa deixou de ter um papel decisivo na tarefa de pensar o futuro e de avançar novos projectos de sociedade.

Os próprios *intelectuais* estão cada vez mais enredados nas teias da sociedade do espectáculo, que compra as idéias na moda, e que evita uma reflexão coerente e sistemática; o seu trabalho é vendido no mercado mediático e é avaliado pelo sucesso imediato.

Os *investigadores* e os *cientistas* são cada vez mais numerosos, mas rareiam os verdadeiros sábios, munidos de uma cultura filosófica e conhecedores de várias disciplinas. O

trabalho científico está fragmentado e especializado; é enorme a falta de sábios capazes de produzirem sínteses do conhecimento que ajudem as sociedades a pensarem e a pensarem-se.

Algumas *fundações e organizações* têm realizado uma importante acção prospectiva; mas, pela sua própria natureza, estas organizações estão dependentes de equilíbrios políticos frágeis ou de patrocínios económicos que neutralizam os aspectos críticos e inovadores do seu trabalho.

Nas *multinacionais* e nas *grandes empresas* encontram-se forças coerentes de previsão do futuro e existe, por vezes, uma definição clara das necessidades em matéria de educação; mas estas organizações não são instâncias democráticas e podemos rezear um mundo no qual as forças visionárias estariam totalmente dependentes de estratégias de lucro, de crescimento e de conquista de mercados.

O inventário poderia continuar, encaminhando-nos pouco a pouco para a constatação de que a escola é, talvez, o lugar onde se concentra hoje em dia o maior número de pessoas altamente qualificadas, que se encontram relativamente protegidas dos confrontos políticos, das competições comerciais e das tentações gestionárias. Será que pertence à escola um papel primordial na tarefa de pensar no futuro? Provavelmente, sim.

Para os professores o desafio é enorme. Eles constituem não só um dos mais numerosos grupos profissionais, mas também um dos mais qualificados do ponto de vista académico. Grande parte do potencial cultural (e mesmo técnico e científico) das sociedades contemporâneas está concentrada nas escolas. Não podemos continuar a desprezá-lo e a minorizar as capacidades dos professores.

Para muitos, o heroísmo consiste apenas em sobreviver, em não se deixar arrastar pela descrença e pelo desânimo. Não se pode sonhar à força. E ninguém sonha unicamente para agradar aos outros. Mas quantos dentre nós nos mantemos aqui de corpo inteiro, de sentimento inteiro, com a consciência de que na profissão docente é impossível separar o eu profissional do eu pessoal, sem ilusões que os tempos presentes não estão para tal, mas na certeza de que ser professor é uma profissão que só assim vale a pena ser vivida.

## REFERÊNCIAS .....



APPLE, M. & JUNGCK, S. No hay que ser maestro para enseñar esta unidad: la enseñanza, la tecnología y el control en el aula. In: *Revista de Educación*, n.291, 1990.

CUBAN, L. "How did teachers teach, 1890-1980". *Theory into Practice*, v.22, n.3, 1983.

HOUSSAYE, J. "L'esclave pédagogue et ses dialogues". *Éducation et Recherche*, n.1/1984.

LIMA, A.. *Educação e Ensino – Educação Integral*, Lisboa, Guimarães e C<sup>a</sup> Editores, 1914.

Perrenoud. P. De quoi la réussite scolaire est-elle faite? In: *Éducation et Recherche*, n.1, 1986

\_\_\_\_\_ *L'école doit-elle suivre ou anticiper les changements de société?*, Genève, Service de la Recherche Sociologique, 1991.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto, Edições Afrontamento, 1989.

SHULMAN, L. Knowledge Growth in Teaching. In: *Educational Researcher*, v.15, n.2.



## GLOSSÁRIO

**Apóstolos das luzes.** Esta expressão está ligada à concepção defendida pelo *Iluminismo* (ou filosofia das luzes) que teve seu berço na França no século XVIII. Em linhas gerais, esta corrente de pensamento entendia que a luz do conhecimento ou da razão deveria iluminar com o fulgor do saber todos os seres humanos. Os professores, então, seriam os portadores dessa luz que viriam a partilhar com seus alunos ao iluminar-lhes o espírito pelo saber.

**Arauto.** [Do francês *\*herald*, 'chefe do exército', pelo fr. *héraut*.] S. m. 1. Nas monarquias da Idade Média, oficial que fazia as proclamações solenes, conferia títulos de nobreza, transmitia mensagens, anunciava a guerra e proclamava a paz (...) 4. P. ext. Defensor, lutador, propugnador (Aurélio Eletrônico).

**BOURDIEU, Pierre (1930-2002)** É considerado o maior nome da Sociologia na França contemporânea, responsável por uma renovação das Ciências Sociais que alcançou universidades de todo o mundo. Titular desde 1982 da cadeira de Sociologia do Collège de France, Bourdieu seguiu, a partir dos anos 90, uma tradição da vida cultural francesa - que vai de Émile Zola a Jean-Paul Sartre - ao projetar-se cada vez mais como um intelectual público, protagonista de

polêmicas na imprensa e engajado em causas políticas. "Não há democracia efetiva sem um verdadeiro contra-poder crítico. O intelectual é um deles - e de primeira grandeza".

(<http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/mort/jdb25012.html>)

**Caleidoscópio ciências da educação:** Com esta expressão metafórica, o autor refere-se às inúmeras diferenças e peculiaridades de cada área do conhecimento que compõe as chamadas "ciências da educação": a Filosofia da Educação, a História da Educação, a Psicologia da Educação, dentre outras, sendo que cada uma delas tem seus próprios objetos de investigação e seus procedimentos metodológicos específicos.

**Ceticismo.** [De *céptico* + *-ismo*.] S. m. 1. Filo. Atitude ou doutrina segundo a qual o homem não pode chegar a qualquer conhecimento indubitável, quer nos domínios das verdades de ordem geral, quer no de algum determinado domínio do conhecimento (Aurélio Eletrônico).

**Faina.** [Do cat. ant. *faena*, com hiperbissmo.] S. f. 1. Mar. Atividade ou trabalho a que concorre ponderável parcela da tripulação de

um navio (...) 2. P. ext. Qualquer trabalho atuado; lida, azáfama (Aurélio Eletrônico)

**Fatalismo** . [De *fatal* + *-ismo*.] S. m. 1. Filos. Atitude ou doutrina que admite que o curso dos acontecimentos está previamente fixado, nada podendo alterá-lo (Aurélio Eletrônico).

O fatalismo sociológico ou cultural citado pelo autor é uma perspectiva teórica, a mais das vezes não explicitada, que entende as condições sociais e culturais em que nasce um indivíduo como determinantes absolutos de seu destino social.

**FERRIÈRE**, Adolphe (1879-1960). Um dos educadores franceses que fez parte do Movimento da Escola Nova. Este Movimento é de renovação do ensino foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. “Escola Ativa” ou “Escola Progressiva” são termos mais apropriados para descrever esse movimento que, apesar de muito criticado, ainda pode ter muitas idéias interessantes a nos oferecer. Os primeiros grandes inspiradores da Escola Nova foram o escritor Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e os pedagogos Heinrich Pestalozzi (1746-1827) e Freidrich Fröebel (1782-1852). O grande nome do movimento na América foi o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952). O psicólogo Edouard Claparède (1873-1940) e o educador Adolphe Ferrière, entre muitos outros, foram os expoentes na Europa. No Brasil, as idéias da Escola Nova foram introduzidas já em 1882 por Rui Barbosa (1849-1923). No século XX, vários educadores se destacaram, especialmente após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Podemos mencionar Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Teixeira (1900-1971), grandes humanistas e nomes importantes de nossa história pedagógica. Estudaremos detalhadamente este movimento e seus principais representantes nos *Cadernos de Formação em História da Educação* e de *Filosofia da Educação*.

([http://www.educacional.com.br/pais/glossario\\_pedagogico/escola\\_nova.asp](http://www.educacional.com.br/pais/glossario_pedagogico/escola_nova.asp))

**Gramática do ensino**. Esta expressão desig-

na, para o autor, a criação de normas e estruturas de regras simbólicas que ordenam/regulam o ensino e a própria caracterização da escola e suas funções sociais aceita pelos educadores.

**Idílico** . [De *idílio* + *-ico*<sup>2</sup>.] Adj. 1. Relativo a idílio. 2. Que lembra o idílio, pelo ambiente campestre e pelo amor suave e terno; próprio de idílio: um cenário idílico (Aurélio Eletrônico).

**Monopólio** . [Do gr. *monopólion*, pelo lat. *monopolium*.] S. m. (...) 2. Controle exclusivo de uma atividade, atribuído a determinada empresa ou entidade. 3. A atividade da qual se atribui controle exclusivo (Aurélio Eletrônico).

**Motu próprio. moto I**. [Do lat. *motu*.] S. m. 1. Movimento, giro. De moto próprio. 1. De vontade própria; espontaneamente (Aurélio Eletrônico).

**Não-diretivas (escolas)**. A concepção de uma escola não-diretiva basicamente consiste em entender que a escola e, por extensão, os alunos devem criar mecanismo de auto-regulação de modo a formar os alunos numa perspectiva libertária. Esta concepção, porém, embora positiva em princípio, choca-se com todo um contexto social que não convive positivamente com esse tipo de orientação.

**ORTEGA Y GASSET, José**. (1883-1955). Filósofo e reconhecido intelectual espanhol. Depois de estudar com os jesuítas e de doutorar-se em 1904 na universidade de sua cidade natal, prosseguiu os estudos filosóficos na Alemanha. De regresso à Espanha, com apenas 27 anos, foi nomeado catedrático de metafísica da Universidade de Madri. Sob seu magistério formaram-se várias gerações de intelectuais espanhóis, entre os quais Xavier Zubiri, Julián Marías e Manuel García Morente. Criador de revistas como *España* (1915) e do jornal *El Sol* (1917), em 1923 fundou a conceituada *Revista de Occidente* que, por meio de suas páginas e da editora do mesmo nome, divulgou na Espanha o pensamento europeu e a obra dos principais pensadores e literatos nacionais. A obra de Ortega y Gasset, sempre sintonizada com a realidade de seu tempo, apareceu com frequ-

ência em colaborações e ensaios jornalísticos, depois reunidos em livros. A primeira fase, de estudos como *Meditaciones del Quijote* (1914) e *El tema de nuestro tiempo* (1923), levou à elaboração da filosofia da “razão vital”, que se sintetiza em sua famosa sentença: “Yo soy yo y mis circunstancias”, afirmação cabal de que a realidade é interação entre o eu e tudo o que o rodeia ou condiciona. A vida, assim, é a autêntica realidade, dinâmica e mutável, e a razão só se concebe com base nesse dinamismo. Em *La rebelión de las masas* (1929), um de seus livros mais polêmicos, Ortega y Gasset postula que, dada a progressiva massificação da sociedade contemporânea, a liderança social deve caber a uma minoria intelectual aceita pelos demais cidadãos.

(<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/ortega/>)

**Penélope.** Personagem mítica grega, esposa de Ulisses (ou Odisseu), rei de Ítaca por volta do século VII a.C., cuja estória é narrada na *Odisséia* de Homero. Depois de ter participado da Guerra de Tróia, e já na volta a sua ilha natal, Ítaca, Ulisses é castigado por ofensa dirigida aos deuses e perde-se em sua viagem, demorando dez anos no mar. Durante esse tempo, Penélope era assediada por candidatos ao trono de Ítaca que queriam desposá-la. Fiel a Ulisses (ou talvez desencantada dos candidatos), Penélope lhes disse um dia que só se decidiria a escolher um novo marido no dia em que terminasse a obra de tecido que estava fazendo. Encantados com a perspectiva de uma decisão rápida, os aspirantes a rei se conformam a esperar. Ocorre que Penélope, à noite, desmanchava todo o trabalho que fizera durante o dia, dando, assim, tempo a Ulisses de retornar. A metáfora utilizada pelo autor diz respeito à escola como uma nova Penélope que educa durante umas horas do dia para seu trabalho ser desmanchado em seguida.

**Proletarização** . [De *proletarizar* + *-ção*.] S. f. Sociol. 1. Processo social pelo qual indivíduos de camadas superiores perdem seu *status* social, ou tornando-se proletários ou adquirindo uma consciência específica, própria do

proletariado. **Proletariado** . [De *proletário* + *-ado*<sup>2</sup>.] S. m. 1. A classe dos proletários. 2. Estado ou condição de proletário. 3. Camada social formada de indivíduos que se caracterizam por sua qualidade permanente de assalariados e por seus modos de vida, atitudes e reações decorrentes de tal situação (Aurélio Eletrônico).

**Prospectivo** . [Do lat. tard. *prospectivu*.] Adj. 1. Que faz ver adiante, ou ao longe. 2. Concerne ao futuro (Aurélio Eletrônico).

**Sacho** . [Do lat. *sarculu*, pela f. *\*sarclu*.] S. m. 1. Pequena enxada, estreita e longa, em geral com uma orelha (3) pontiaguda ou bifurcada na parte superior, acima do olho (Aurélio Eletrônico).

**Socialmente asséptico.** O autor aponta, com esta expressão, um tipo de discurso, que, segundo ele, os educadores devem evitar: limpo (asséptico) dos fatores sociais e culturais.

**SOUSA SANTOS**, Boaventura. Doutor em sociologia do direito pela Universidade Yale - EUA, professor titular da Universidade de Coimbra, é hoje conhecido como um dos principais, senão o principal intelectual da língua portuguesa na área de ciências sociais. Entre seus diversos livros, dois deles, publicados recentemente no Brasil, merecem destaque: *Pela Mão de Alice* e *A Crítica da Razão Indolente*. Nascido em Portugal, Boaventura teve a sua trajetória intelectual intimamente ligada ao Brasil. Desde a pesquisa sobre pluralismo legal feita nas favelas do Rio de Janeiro nos anos 70 às suas constantes visitas a Porto Alegre para estudar o orçamento participativo, o país sempre esteve associado às preocupações do autor. Atualmente, o professor Boaventura está envolvido em uma pesquisa sobre a reinvenção da emancipação social. Para ele, existe no mundo atual uma enorme dissociação entre a experiência e a expectativa.

([http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura\\_td.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_td.html))



## AGENDA DA PRIMEIRA SEMANA

08 a 13/03/2010

Caros alunos, sejam bem-vindos à nossa primeira Disciplina (D01) Educação e Sociedade.

Nesta semana, trabalharemos dois temas principais: “Ensino-aprendizagem”, em nosso primeiro encontro presencial, na segunda-feira, dia **08/03/2010**; e “Projeto Político Pedagógico”, na quinta-feira, dia **11/03/2010**. Preparamos também atividades virtuais interessantes, relacionadas aos temas discutidos. Não se esqueçam que todos os materiais, vídeos, textos e outros arquivos complementares, estão disponíveis, também, em seu *CD-ROM*.

Fiquem atentos! As atividades desenvolvidas nesta disciplina, durante a primeira semana, poderão ser entregues, sem descontos em nota, até o sábado (**13/03/2010, as 23:55hs**), com exceção daquelas que forem avisadas de prazos diferentes. Atividades entregues fora do prazo estabelecido, entrarão no período de recuperação de prazos (**14 a 17/03/2010, as 23:55hs**), e terão suas notas avaliadas com descontos. Por isso, aconselhamos que não deixem para postar suas atividades de última hora.

Então vamos lá!

Acessem a Ferramenta **Atividades**, no menu do lado esquerdo, e mãos à obra!

Vejam como será o esquema das aulas:

### 1° Aula Presencial: 08/03/2010



**Atividade 1:** Apresentação do tema: “Ensino e Aprendizagem”;

**Atividade 2:** Apresentação do Vídeo “Ensino e Aprendizagem”;

**Atividade 3:** “É o professor que ensina ou o aluno que aprende?”



### 1° Período Virtual: 09 e 10/03/2010

**Atividade 4:** Apresentação dos Vídeos “Nova Escola” e “Escola Tradicional”

**Atividade 5:** Bate-Papo - “É o professor que ensina ou é o aluno que aprende?”



### 2° Aula Presencial: 11/03/2010

**Atividade 6:** Apresentação do tema “O Projeto Político Pedagógico”

**Atividade 7:** Apresentação do Vídeo “O Projeto Político Pedagógico”;

**Atividade 8:** Questionário sobre o Projeto Político Pedagógico.



### 2° Período Virtual: 12 e 13/03/2010

**Atividade 9:** Apresentação dos Vídeos “Capital Cultural”

**Atividade 10:** Memorial Reflexivo

agenda



## ATIVIDADES DA PRIMEIRA SEMANA

1ª Aula Presencial: 08/03/2010



### Atividade 1: Apresentação do tema “Ensino e Aprendizagem”

Caros alunos!

Seu Orientador de Disciplina fará uma breve apresentação do tema “Ensino e Aprendizagem”, que será mais detalhado e trabalhado nas atividades seguintes.

Aproveitem para levantar questões, colocarem seus pontos de vista e para interagirem com os colegas.

Depois acessem a segunda atividade dessa aula: Atividade 2 - Apresentação de Vídeo.

Boa aula!

#### Atenção aos prazos de entrega das atividades!

As atividades desenvolvidas nesta disciplina, durante a primeira semana, poderão ser entregues, sem descontos em nota, até o sábado, com exceção daquelas que forem avisadas de prazos diferentes. Atividades entregues fora do prazo estabelecido, entrarão no período de recuperação de prazos, e terão suas notas avaliadas com descontos. Por isso, aconselhamos que não deixem para postar suas atividades de última hora.

**Início da entrega:** 08 de março de 2010

**Término da entrega:** 13 de março de 2010 (23:55hs)

**Período de recuperação de prazos:** 14 a 17 de março de 2010 (23:55hs)

### Atividade 2: Apresentação do Vídeo “Ensino e Aprendizagem”

Caros alunos!

Vocês sabiam que podem acessar todos os vídeos vistos em sala de aula, por meio da Ferramenta [Material de Apoio?](#)

É verdade!!!!

Por exemplo, o vídeo da aula de hoje, pode ser acessado assim:

- Cliquem em Material de Apoio;
- Pasta Vídeos;
- Depois cliquem no *link* Vídeo “Ensino e Aprendizagem”.

Pode ser acessado também digitando o endereço abaixo em seu *browser* ou clicando no *link* que estará disponível na plataforma.

Confirmam...

E bom filme!

@ **Link: Ensino e Aprendizagem** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/68>)

### Atividade 3: É o professor que ensina ou o aluno que aprende?

Caros alunos!

A partir do tema apresentado, do vídeo assistido e das discussões com os colegas, escrevam um texto individual, sobre o tema “É o professor que ensina ou é o aluno que aprende?”.

Para ajudá-los na orientação dessa composição, disponibilizamos no endereço abaixo um roteiro de perguntas, que deverão seguir.

Então:

- Digitem em seu *browser* o endereço abaixo ou cliquem no *link* que estará disponível na plataforma;
- Sigam o roteiro para escrever o texto;
- Salvem seu arquivo, como o nome D01\_Atividade 3\_seu nome completo, em sua pasta “Educação e Sociedade” (em seu computador, ou *pen drive*), não esquecendo de seguirem a formatação indicada pelo Manual do Aluno;
- Entrem no [Portfólio Individual](#) e postem este arquivo com o nome “Atividade 3 – Ensino e Aprendizagem”.

Não se esqueçam de deixar o arquivo “Totalmente Compartilhado” e de “Associá-lo à Avaliação”.

**Obs:** Para associarem atividades à avaliação, basta antes de enviá-las, clicarem em “Associar item à Avaliação”. Uma nova janela se abrirá. Cliquem na atividade correspondente, e pronto. Depois, não se esqueçam de clicar em enviar.

Bom trabalho!

@ **Link: Roteiro de atividades: “É o professor que ensina ou o aluno que aprende?”** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/41>)

**Valor:** 10

**Tipo da Atividade:** Individual

**Objetivos:** Discutir limites e possibilidades da autonomia do professor. Refletir sobre como o professor domina um saber e como seus alunos aprendem.

**Critérios:** Máximo de 5 linhas para cada pergunta. O texto será avaliado pela clareza e pela concisão na demonstração de: •Apresentação de pelo menos um aspecto relevante de sua prática pedagógica; •Pela menção de pelo menos uma categoria de saber: o Saber Disciplinar, o Saber Educativo, o Saber Pedagógico, o Saber sobre a necessidade do aluno; •Pela referência a pelo menos uma situação problema enfrentada; • Pela descrição de pelo menos uma experiência de fracasso enfrentada. - Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno) - Entrega dentro do prazo estabelecido.

1º Período Virtual: 09 e 10/03/2010



#### Atividade 4: Apresentação dos Vídeos “Nova Escola” e “Escola Tradicional”

Caríssimos!

Disponibilizamos mais dois vídeos interessantes, que falam sobre aspectos relevantes das escolas de hoje e de ontem.

Então vamos lá!

Entrem na Ferramenta [Material de Apoio - Pasta Vídeos](#) e acessem os vídeos “Nova Escola” e “Escola Tradicional”; ou por meio dos endereços abaixo ou pelos *links* que estarão disponíveis na plataforma.

Depois não esqueçam de realizar a Atividade 5.

Bom vídeo!

@ **Link: Nova Escola** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/69>)

@ **Link: Escola tradicional** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/70>)

### Atividade 5: Bate-Papo “O Professor que ensina ou o aluno que aprende?”

Queridos alunos!

Agora que já refletimos bastante sobre Ensino-aprendizagem, vamos trocar experiências com a turma toda?

Acessem a Ferramenta **Bate-Papo** para descobrirem o horário em que podem encontrar a turma para uma discussão sobre o tema.

Esta não é uma atividade obrigatória e avaliativa, mas se puderem comparecer terão a oportunidade de aperfeiçoarem seus conhecimentos dentro de um contexto coletivo e colaborativo.

Participem!

2ª Aula Presencial: 11/03/2010



### Atividade 6: Apresentação do Tema “Projeto Político Pedagógico”

Caríssimos!

Hoje trabalharemos com o Projeto Político Pedagógico.

Primeiro seu Orientador de Disciplina fará a apresentação do tema, que será discutido e trabalhado posteriormente, por meio das próximas atividades.

Boa aula!

### Atividade 7: Apresentação do Vídeo - “O Projeto Político Pedagógico”.

Caros alunos!

Como vocês já viram, o Projeto Político Pedagógico tem como objetivo traduzir a filosofia de trabalho empregada em cada escola, e busca viabilizar um trabalho colaborativo, no sentido de promover as aprendizagens necessárias.

Vamos, então, refletir um pouco mais sobre este assunto, apreciando o vídeo: “O Projeto Político Pedagógico”, desenvolvido pela UNIVESP/TV.

Então já sabem... acessem a Ferramenta **Material de Apoio** - Pasta Vídeos – Atividade 7 - Vídeo: O projeto político pedagógico, e cliquem no *link* correspondente. Ou se preferirem, por meio do endereço abaixo.

Bom vídeo!



**Link: O projeto político pedagógico (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/72>)**

### Atividade 8: Questionário sobre o Projeto Político Pedagógico

Caros alunos!

Agora que vocês já trabalharam um pouco sobre o Projeto Político Pedagógico, vamos nos remeter ao seu contexto profissional e refletir como o Projeto Político Pedagógico é elaborado e efetivado na(s) escola(s) em que atua(m).

Então, digitem o endereço abaixo no seu *browser* ou cliquem no *link* que estará disponível na plataforma, respondam e salvem o arquivo no seu computador ou *pen drive*, com o título “Atividade 8 - Questionário - Projeto Político Pedagógico”; salvem em sua pasta Educação e Sociedade com o mesmo nome, e publiquem em seus respectivos Portfólios Individuais, deixando “Compartilhado com Formadores” e associando à avaliação.

**IMPORTANTE:** Esta é uma atividade avaliativa, por isso, não esqueçam depois de respondê-la, clicar em entregar, para que possamos avaliá-la.

Bom trabalho!

@ **Link: Questionário - Projeto Político Pedagógico** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/43>)

Valor: 10

Tipo da Atividade: Individual

Objetivos: Fazer com que o aluno reflita sobre o Projeto Político Pedagógico da(s) escola(s) em que atua(m).

Critérios: Preenchimento completo do questionário; - Acertos; - Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno); - Entrega no prazo determinado.

2º Período Virtual: 12 e 13/03/2010



### Atividade 9: Apresentação do Vídeo “Capital Cultural”

Prezados alunos!

Hoje assistiremos ao vídeo “Capital Cultural” sobre Pierre Bourdieu, que a UNIVESP/ TV preparou para vocês.

Acessem a Ferramenta Material de Apoio - Pasta Vídeos, cliquem no *link* correspondente e bom filme! Ou se preferirem, acessem por meio do *link* direto que estará disponível na plataforma.

ATENÇÃO: Depois de assisti-lo, não se esqueçam de acessar a Atividade 10.

Bom vídeo!

@ **Link: Capital cultural** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/73>)

### Atividade 10: Memorial Reflexivo

Olá queridos!

Agora, vocês devem refletir sobre seu contexto Profissional.

Acessem o *link* direto. Salvem o arquivo em seu computador com o título D1\_ Atividade 10\_ Memorial Reflexivo\_ Seu nome completo. E depois de respondê-lo postem no **Portfólio Individual** com o título “Atividade 10\_ Memorial Reflexivo”.

Esta é uma atividade avaliativa, então não se esqueçam de associá-la à avaliação, e de deixá-la “Totalmente Compartilhada”.

Bom trabalho!

@ **Link: Memorial Reflexivo: educação e sociedade** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/42>)

Valor: 10

Tipo da Atividade: Individual

Objetivos: Fazer com que o aluno trace paralelos entre sua prática didática e a teoria abordada.

Critérios: Máximo de 5 linhas para cada item sugerido; - O texto do memorial será avaliado pela clareza e pela concisão na demonstração de: • Atividades realizadas; • Resolução das dificuldades; • Influências indicadas; • Colaboração nas atividades coletivas; • Críticas e sugestões apontadas. - Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno) - Entrega no prazo determinado.



## AGENDA DA SEGUNDA SEMANA

15 a 20/03/2010

Caros alunos, nesta segunda semana, nós reservamos um período de reflexão sobre os assuntos tratados até aqui – “Ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico”.

Dessa forma, desfrutem desse tempo para discutirem, e trocarem experiências com seus pares e para colocarem as atividades em dia.

Aproveitem e não deixem de ver os Materiais Complementares que preparamos para vocês. Lembrem-se que todos eles podem ser acessados por meio do *CD-ROM*. Entrem em “Atividades” e vejam as atividades complementares que disponibilizamos para vocês.

Teremos também nossa Prova Presencial e o encerramento da Disciplina com a realização das anotações sobre suas reflexões no Diário de Bordo (atividade obrigatória).

Vejam como ficou o esquema da semana:

3° Aula Presencial: 15/03/2010



**Atividade 11:** Retomada de conceitos - Revisão

**Atividade 12:** Vídeo Complementar “Breve História da Educação no Brasil”

**Atividade 13:** Leitura complementar sobre o Censo Escolar da Educação Brasileira

3° Período Virtual: 16 e 17/03/2010



**Atividade 14:** Pesquisa na Web.

4° Aula Presencial: 18/03/2010



**Atividade 15:** Assistir vídeo: “Leitura do Texto do Nóvoa - “Relação Escola/Sociedade: novas respostas para um velho problema”

**Atividade 16:** Prova Presencial

4° Período Virtual: 19 e 20/03/2010



**Atividade 17:** Reflexão no Diário de Bordo sobre Educação e Sociedade.

agenda



## ATIVIDADES DA SEGUNDA SEMANA

3ª Aula Presencial: 15/03/2010



### Atividade 11: Retomada de Conceitos - Revisão

Prezados alunos!

O espaço da aula de hoje é reservado para a retomada dos conceitos abordados até o momento. Assim, discutam com os colegas levantando os principais pontos de “Ensino e Aprendizagem” e de “Projeto Político Pedagógico”.

Tirem eventuais dúvidas com seu Orientador de Disciplina e aproveitem para colocar as atividades em dia.

Depois vejam as outras atividades desenvolvidas para hoje: Atividades 12 e 13.

Boa aula!

### Atividade 12: Vídeo Complementar “Breve História da Educação no Brasil”

Queridos alunos!

Para aqueles que já estão com as atividades em dia, e para aqueles que logo estarão, disponibilizamos um vídeo complementar, que versa brevemente sobre a História da Educação Brasileira.

Então não percam!

Acessem a Ferramenta [Material de Apoio](#) – Pasta Vídeos e assistam ao vídeo “Breve História da Educação no Brasil”. Ou se preferirem, por meio do *link* direto.

Bom vídeo!

@ *Link: Breve história da educação no Brasil* (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/74>)

### Atividade 13: Leitura Complementar sobre o Censo Escolar da Educação Básica

Queridos!

O Censo Escolar da Educação Básica é editado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e tem por objetivo organizar uma base de dados que inclui alunos, professores e escolas que atuam nas etapas e nas diversas modalidades de ensino da educação básica do país.

Saibam um pouco mais sobre o perfil da educação básica e seus personagens, lendo o texto “Estudo exploratório sobre o professor brasileiro”.

Para acessá-lo entrem na Ferramenta [Leituras](#) e cliquem no *link* correspondente, ou por meio do *link* direto.

Boa leitura!

@ *Link: “Estudo exploratório sobre o Professor Brasileiro”* (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/40>)

3º Período Virtual: 16 a 17/03/2010



### Atividade 14: Pesquisa na Web

Olá, queridos alunos!

Agora que suas atividades já estão em ordem, e os estudos em dia, gostaríamos de convi-

dá-los a navegar na Web e pesquisar sites interessantes sobre os temas tratados até agora: Ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico!

Compartilhe suas descobertas com seus colegas! Coloquem um título e escrevam uma pequena síntese sobre o tema abordado, no site encontrado.

Façam suas contribuições na Ferramenta **Mural** clicando no menu ao lado esquerdo do ambiente e sigam as orientações a seguir:

- Cliquem em “Nova Mensagem”;
- Escrevam o título, e em “Anotação” escrevam sua síntese;
- Não se esqueçam de copiar e colar o endereço do site;
- Por fim, cliquem em “Enviar”.

Vamos lá!

4ª Aula Presencial: 18/03/2010



#### Atividade 15: Assistir vídeo: Leitura de Texto do Nóvoa - “Relação Escola/Sociedade: novas respostas para um velho problema

Olá queridos alunos!

Parabéns pelas conquistas e realizações desta primeira disciplina! Vocês caminharam bem até aqui!

Neste último encontro presencial da Disciplina Educação e Sociedade, preparamos para vocês um vídeo muito IMPORTANTE “Leitura de Texto Relação Escola/Sociedade: novas respostas para um velho problema”, de Antonio Nóvoa.

Aproveitem este momento para aprimorarem seus conhecimentos e reflexões, e para relaxarem antes da prova.

IMPORTANTE: Não se esqueçam que todos os vídeos podem ser acessados por meio da Ferramenta **Material de Apoio** - Pasta Vídeos; ou pelo *link* direto.

O texto de Antonio Nóvoa pode ser encontrado na íntegra na Ferramenta Leituras – Texto Relação Escola/Sociedade: novas respostas para um velho problema, ou pelo *link* direto.

Bom vídeo e boa prova!

@ **Link: Vídeo Relação escola/sociedade: novas propostas para um velho problema** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/75>)

@ **Link: Texto Relação escola/sociedade: novas propostas para um velho problema** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/24>)

#### Atividade 16: Prova Presencial

Olá, queridos alunos!

Agora chegou a hora de verificarmos o que vocês aprenderam daquilo que discutimos até aqui.

Uma boa prova!

Obs. Vejam os critérios avaliativos na Ferramenta Avaliação, no menu do lado esquerdo.

4º Período Virtual: 19 e 20/03/2010



#### Atividade 17: Reflexões no Diário de Bordo sobre Educação e Sociedade

Caríssimos!

Concluimos hoje nossa reflexão sobre Educação e Sociedade. Vocês, certamente, já se

defrontaram com essa questão em sua trajetória pessoal e profissional de educador. Sugerimos que vocês busquem evocar e sistematizar suas lembranças, registrando-as em seu Diário de Bordo. Deste modo, vocês poderão retomá-las mais à frente, como parte das referências de sua história de vida profissional.

Criem então, na pasta “Memória do Professor”, que está em seus computadores ou no *pen drive*, um arquivo com o nome “Reflexões sobre Educação e Sociedade” e façam suas reflexões sobre o tema. Em seguida, acessem o [Diário de Bordo](#) da plataforma, cliquem em “Incluir nova anotação”, deem o mesmo nome que vocês salvaram o arquivo, e copiem e cole suas considerações para o campo de edição do diário. Ao terminarem, selecionem “Compartilhado com Formadores” e cliquem em “Enviar”.

IMPORTANTE: Esta é uma atividade obrigatória e será avaliada quanto à sua participação nela. Parabéns a todos que chegaram até aqui!

*Equipe EaD*  
UNESP/UNIVESP

**Valor da nota:** 1.00

**Objetivos:** Ajudar o aluno a desenvolver material para ser usado posteriormente na elaboração do TCC.

**Critérios de avaliação:** Participação

ATENÇÃO! Segunda-feira, dia [22/03/2010](#), daremos início ao Eixo-Articulador “Memória do Professor”. Vocês podem fazer o acesso a ele pelo [Portal Acadêmico](#) no endereço <http://www.edutec.unesp.br>.

Até lá!



professor

lembranças

vida

# MEMÓRIA DO PROFESSOR

ANA CLARA BORTOLETO NERY  
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (1999); Pós-Doutorado pela Universidade de Lisboa (2005) e Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2008). Atualmente é professor adjunto (livre-docente) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

*Qual o objetivo da educação de um jovem?  
É o de torná-lo feliz.*

Jean Jacques Rousseau



## AGENDA DO EIXO ARTICULADOR MEMÓRIA DO PROFESSOR

### 1ª SEMANA DE MEMÓRIA DO PROFESSOR (PARTE I)

22/03 a 27/03/2010

Caros alunos!

Começamos hoje o Eixo Articulador Memória do Professor. Como o nome mesmo já diz, trabalharemos a Memória do Professor, ao longo dos Módulos 1 e 2, intercaladamente a outras disciplinas. Esta primeira parte do Eixo se desenvolverá no período entre 22 e 27/03/2010, tendo a possibilidade de entregarem suas atividades, sem desconto de nota, até o dia 03/04/2010, as 23:55hs\*.

Faz-se necessário ressaltar a importância do empenho na realização das atividades desse Eixo, que mesmo sendo avaliadas apenas pelo seu cumprimento, são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho final do curso – o TCC.

(\*). Aconselhamos que entreguem suas atividades conforme elas forem sendo solicitadas para que não haja acúmulos. Não esperem para entregarem no último prazo. Estas atividades serão avaliadas somente pela participação, pois não há como avaliar reflexões de outra forma, por serem pessoais. Para cada atividade entregue vocês receberão nota 1,0 e ao final do módulo terão uma média de participação. Essa média será levada em consideração durante a avaliação de seu TCC.

agenda

1ª Aula Presencial: 22/03/2010



**Atividade 1:** Apresentação Geral da Disciplina.

**Atividade 2:** Assistir ao Vídeo “Autobiografia na Formação de Professores”

**Atividade 3:** Correspondência entre quadro e autobiografia de seu autor.

**Atividade 4:** Discussão geral sobre os pontos levantados por cada grupo



1º Período Virtual: 23 e 24/03/2010

**Atividade 5:** Leitura dos textos “A ‘escrita de si’ como estratégia de formação continuada para docentes” e/ou “Abordagem experiencial: pesquisa educacional, formação e histórias de vida”.

**Atividade 6:** Reflexão sobre os textos – “A ‘escrita de si’ como estratégia de formação continuada para docentes” e “Abordagem experiencial: pesquisa educacional, formação e histórias de vida”.

**Atividade 7:** Levantar dados de memórias.



2ª Aula Presencial: 25/03/2010

**Atividade 8:** Introdução do tema “Minha infância antes da escola – primeiros contatos com a escrita”.

**Atividade 9:** Assistir ao Vídeo “Memórias da Infância”

**Atividade 10:** Registro das Memórias da Infância

**Atividade 11:** Discussão em pequenos grupos

agenda



2º Período Virtual: 26 e 27/03/2010

**Atividade 12:** Pesquisa na Internet sobre a pré-escola no Brasil e sobre a cidade onde passou sua infância

**Atividade 13:** Reflexões e registros sobre a entrada na escola.

Os vídeos podem ser acessados por meio do *CD-ROM*.

Boa Aula!



## ATIVIDADES DA PRIMEIRA SEMANA

### ATIVIDADES PARA O AMBIENTE DO EIXO ARTICULADOR MEMÓRIA DE PROFESSOR.

Parte I – 1ª Semana

1ª Aula Presencial: 22/03/2010



#### Atividade 1: Apresentação Geral da Disciplina.

Caros alunos!

Sejam bem-vindos ao Eixo Articulador Memória do Professor.

Seu Orientador de Disciplina fará a apresentação do Eixo, mas em linhas gerais, “Memória do Professor” é o primeiro Eixo Articulador do curso. Ele tem dois objetivos:

- Articular os saberes das disciplinas do primeiro bloco estabelecendo elos entre a sua história de vida (autobiografia de formação) e esta formação;
- Iniciar um processo de elaboração de reflexões em torno de sua formação e prática docente que é o primeiro passo que, junto ao estágio curricular e ao trabalho de conclusão de curso (TCC), resultarão num ensaio monográfico.

Cada um de nós, professores, vivencia uma experiência cheia de significados que foram construídos ao longo de nossas vidas. Ao contrário das demais profissões, começamos desde cedo a vivenciar nosso futuro ambiente de trabalho, a escola, e vamos construindo ao longo desta vivência nossa relação com este ambiente.

Os significados que construímos para a escola que, de nosso local de socialização – quer do saber, quer da vivência com outros indivíduos – passa a ser nosso local de trabalho, estão intimamente ligados ao nosso fazer pedagógico. Também vamos construindo a ideia do que é ser professor, ser aluno e ser diretor de escola.

No vídeo que assistirão a seguir, terão algumas noções de como a autobiografia de formação, ou melhor dizendo, como a história de vida tem se tornado uma importante atividade nos cursos de formação de professores.

Antes, porém, gostaríamos de fazer uma observação importante. Durante este Eixo Articulador, trabalharemos intensamente com a Ferramenta Diário de Bordo. Mas como os temas tratados e os textos que vocês irão desenvolver durante o Eixo serão usados posteriormente, vocês devem abrir uma pasta chamada “Memória do Professor” em seu computador ou *pen-drive* e salvar todas as composições feitas durante as atividades desse Eixo. Salvem-nas sempre com o título indicado em cada atividade.

atividades

**Outra dica importante:** Prefiram desenvolver seus textos em um arquivo de seu editor de textos, e depois de pronto e salvo em sua pasta ou *pen-drive*, copie-o (ctrl + c), e cole-o (ctrl + v), no campo de texto do Diário de Bordo. Assim vocês não correm o risco de perder o texto desenvolvido, se a página expirar enquanto escrevem.

Acessem então a Atividade 2, e vejam as instruções.

**ATENÇÃO** aos prazos de entrega das atividades!

As atividades desenvolvidas nesta primeira semana terão datas de início e término estabelecidas a seguir. É aconselhável que não deixem para postar suas atividades de última hora. Para se organizarem, façam as atividades conforme elas forem sendo propostas. Estas atividades serão avaliadas somente pela participação, pois não há como avaliar reflexões de outra forma, por serem pessoais. Para cada atividade entregue vocês receberão nota 1,0 e ao final do módulo terão uma média de participação. Essa média, será levada em consideração durante a avaliação de seu TCC.

Período de desenvolvimento das atividades: 22 a 27/03/2010

Início da entrega: 22 de março de 2010

Término da entrega: 03 de abril de 2010 (23:55hs)

### Atividade 2: Assistir ao Vídeo Autobiografia na Formação de Professores

Caros alunos!

Assistam agora ao vídeo Autobiografia na Formação de Professores que a UNIVESP/TV preparou para vocês.

Além da apresentação na TV Digital, esse vídeo pode ser acessado por meio da Ferramenta Material de Apoio – Pasta Vídeos – Atividade 2 - Vídeo Autobiografia na Formação de Professores; ou por meio do *link* direto.

Bom vídeo!

@ **Link: Autobiografia na formação de professores (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/86>)**

### Atividade 3: Correspondência entre quadro e autobiografia de seu autor.

No vídeo que acabamos de assistir “Autobiografia na Formação de Professores”, a Professora Raquel Lazzari comentou o quadro As Meninas, do pintor espanhol Diego Velasquez, pintado no século XVII.

Agora, em grupos de cinco alunos vamos observá-lo. Para tanto, acessem os *links* abaixo. Vejam as características do quadro; observem a imagem e estabeleçam as possíveis relações desta com a autobiografia de formação:

- Quem está no centro do quadro e a quem corresponderia na autobiografia?
- Quem é a figura à esquerda que aparece pintando um quadro? Qual a relação deste com o autor da autobiografia?
- O que está no espelho atrás das meninas e o que podem representar para nossa autobiografia?

Publiquem as considerações do Grupo na Ferramenta **Portfólio do Grupo**, com o título “Atividade 3 – Correspondência entre quadro e autobiografia de seu autor” e deixem “Totalmente Compartilhado”.

Bom trabalho!

**IMPORTANTE:** Publiquem atividade nos respectivos Portfólios de Grupos, primeiro os grupos deverão ser criados. Então, entrem na Ferramenta **Grupos**, no menu do lado esquerdo,

e cliquem em “Novo Grupo”. Escolham um nome (Grupo A, Grupo B...); selecionem os integrantes e cliquem em “Criar”. Pronto! Agora os Portfólios de Grupo já estarão à disposição. Cliquem na Ferramenta Portfólio; selecionem “Portfólios de Grupos” e façam suas postagens!

**Valor:** 1

**Tipo da Atividade:** Individual

**Objetivos:** Ajudar o aluno a desenvolver material que será usado posteriormente na elaboração de seu TCC.

**Critérios:** Participação dentro do prazo estabelecido.

#### Atividade 4: Discussão geral sobre os pontos levantados por cada grupo

Caros alunos!

Vamos agora, sob a orientação do Orientador de Disciplina, discutir os principais pontos levantados por cada grupo.

Se vocês acharem pertinente, reescrevam as considerações feitas pelo grupo e publiquem-nas em seus respectivos Portfólios Individuais, com o título “Atividade 4 – Reescrita da autobiografia de formação”. Deixem o arquivo anexado “Totalmente Compartilhado”.

Não se esqueçam de utilizar as orientações de formatação propostas no Manual do Aluno para elaborarem seus textos.

Lembrem-se! Esta não é uma atividade obrigatória, mas todos os dados tratados ao longo desse Eixo serão aproveitados posteriormente, no desenvolvimento de seu TCC.

Bom trabalho!

**Valor:** 1

**Tipo da Atividade:** Individual

**Objetivos:** Ajudar o aluno no desenvolvimento de material para ser usado posteriormente na elaboração de seu TCC

**Critérios:** Participação dentro do prazo.

1º Período Virtual: 23 e 24/03/2010



Atividade 5: Leitura de textos - “A ‘escrita de si’ como estratégia de formação continuada para docentes” e/ou “Abordagem experiencial: pesquisa educacional, formação e histórias de vida”.

Caríssimos!

Para a realização das próximas atividades, vocês devem ler, pelo menos, um dos textos sugeridos: “A ‘escrita de si’ como estratégia de formação continuada para docentes” e/ou “Abordagem experiencial: pesquisa educacional, formação e histórias de vida”.

Para acessá-los, cliquem nos *links* diretos. Ou acessem a Ferramenta Leituras – Pasta Textos e cliquem nos respectivos títulos.

Boa leitura!

**IMPORTANTE:** Quando vocês clicarem no *link* do texto “A ‘escrita de si’ como estratégia de formação continuada para docentes”, ele se abrirá automaticamente. Entretanto para acessarem o texto “Abordagem experiencial: pesquisa educacional, formação e histórias de vida”, vocês deverão seguir os seguintes passos:

- Cliquem no *link* correspondente;

- Uma página da TV Brasil – TV Escola se abrirá com várias publicações eletrônicas;
- Cliquem em “História de Vida e Formação de Professores” (último item da página);
- Procurem pela página 14 e leiam o texto Abordagem experiencial: pesquisa educacional, formação e histórias de vida, de Elizeu Clementino de Sousa.

@ **Link: A ‘escrita de si’ como estratégia de formação continuada para docentes** ([http://www.espacoacademico.com.br/050/50pc\\_cunhanunes.htm](http://www.espacoacademico.com.br/050/50pc_cunhanunes.htm))

@ **Link: “Abordagem experiencial: pesquisa educacional, formação e histórias de vida”** (<http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/boletins.asp?ano=2007>)

**Atividade 6: Reflexão sobre os textos “A ‘escrita de si’ como estratégia de formação continuada para docentes” e “Abordagem experiencial: pesquisa educacional, formação e histórias de vida”.**

Nos textos citados, os autores falam sobre o uso da autobiografia na formação continuada de professores.

Vocês já pararam para pensar sobre suas trajetórias na escola, desde sua infância até o momento? Já haviam pensado em ser autores(as) da sua biografia? Qual sua expectativa inicial sobre esta atividade?

Escrevam suas reflexões em seus “Diários de Bordo”, com o título “Atividade 6 - Reflexões sobre autobiografia”, deixando o texto “Compartilhado com Formadores”.

**OBSERVAÇÃO:** Não esqueçam que a página do Diário de Bordo pode expirar enquanto vocês escrevem. Então, prefiram escrever em seu editor de texto, salvem em sua pasta “Memória de Professor” e depois copiem e coleem, no campo de texto do Diário de Bordo (“Ctrl +C” para copiar; e “Ctrl +V” para colar).

Bom trabalho!

**Valor:** 1

**Tipo da Atividade:** Individual

**Objetivos:** Ajudar o aluno a refletir e desenvolver material, que poderá ser usado posteriormente na elaboração de seu TCC.

**Critérios:** Participação dentro do prazo estabelecido.

**Atividade 7: Levantar dados de memórias.**

Olá a todos!

Hoje vocês vão começar a pensar em sua autobiografia. Para tanto, vocês podem começar a revirar seu Baú da Memória!

Sugiro que procurem em sua casa, com seus familiares e/ou amigos, resquícios de sua vida escolar. Comecem por conversar sobre sua infância no momento que antecede sua entrada na escola. O que vocês faziam em seu tempo livre? Quais eram as brincadeiras preferidas? Procurem saber se há materiais deste período (peteca, boneca, fotografias etc). Anotem para não esquecer. Levem um ou dois objetos para a aula presencial de amanhã.

Façam também uma pesquisa na internet sobre o período (anos de sua infância antes da escola), buscando notícias, fatos marcantes da história e brincadeiras de infância. Arquivem os sites, ou seja, copiem o endereço dos sites encontrados, para usar posteriormente.

Estes elementos serão essenciais para a atividade que se inicia amanhã, na aula presencial.

Façam suas anotações e coleem os endereços eletrônicos dos sites que encontraram, em seu Diário de Bordo, com o título “Atividade 7 – Dados de Memória”. Não se esqueçam de “Compartilhar com Formadores”.

*DICA: Prefiram escrever em um arquivo de seu editor de textos. Salvem em sua pasta “Memória de Professor” e depois copiem em seu Diário de Bordo.*

Boa pesquisa!

**Valor:** 1

**Tipo da Atividade:** Individual

**Objetivos:** Ajudar o aluno a refletir e desenvolver material, que poderá ser usado posteriormente na elaboração de seu TCC

**Crítérios:** Participação dentro do prazo estabelecido

2ª Aula Presencial: 25/03/2010



Atividade 8: Introdução do tema “Minha infância antes da escola – primeiros contatos com a escrita”.

Caríssimos!

Vamos, a partir de agora, com a orientação e apresentação de seu Orientador de Disciplina, iniciar a atividade de escrita do Memorial. Cada um de nós tem uma relação particular com a escrita. Ela se manifesta das mais variadas formas quando nos vemos diante desta atividade de escrever nossas próprias memórias.

Vejamos como um convite desta natureza provoca várias reações:

“Ao iniciar a escrita do meu primeiro relato, relacionado ao período anterior à entrada na escola, fiquei desesperada. Não me lembrava de nada. Nada! Procurei ajuda entre os meus familiares e somente consegui algumas informações com minha irmã mais velha. Minha mãe não se lembrava sequer porque escolheu o meu nome. Imagine as outras coisas!” (BRANDÃO, 1998, p. 72).

“A vivência de escrever relatos autobiográficos motivou-me de forma inusitada a escrever. Afloraram-me sentimentos por vezes contraditórios, porém na maioria extremamente elucidativos. Acabei por sentir na pele o quanto não paramos para pensar no que vivemos, como vivemos e porque vivemos” (PERES, 1998, p. 85).

Nossa relação com a escrita se inicia no momento em que descobrimos que há algo presente nos mais variados ambientes que chama a atenção. Parece, de início, um segredo carregado por algumas pessoas, segredo este que nos será revelado ou que teremos que descobrir. São sinais peculiares que não fazem sentido algum. Recordar as formas pelas quais fomos lentamente decifrando estes códigos e a relação que fomos estabelecendo com eles ajuda-nos a buscar uma melhor compreensão da nossa relação com a escrita e, por consequência, com a escola.

Cada um de nós foi percebendo de forma peculiar a existência da escrita:

Começo lembrando os fatos mais remotos sobre os primeiros contatos com a escrita.

“Como uma criança do interior paulista – Piracicaba-, nascida em 7 de agosto de 1966, a proximidade com os primos e primas, além das amizades com as crianças da redondeza, uma das atividades que mais gostava e desenvolvia com freqüência era a “escolinha”. Dessa forma fui aprendendo a conhecer os nomes das letras, a escrever meu nome, a conhecer palavras. Lembro-me que os luminosos das lojas do centro da cidade me chamavam a atenção. Meus pais me diziam o que estava escrito neles e eu gravava com facilidade.” (NERY, 2009, p. 3-4)

Para Elias Canetti, o contato com as letras se deu de forma bem interessante, ao observar seu pai que diariamente lia o jornal.

“Assim que ele se punha a lê-lo, já não tinha olhos para mim, e eu sabia que, de forma alguma, me responderia; minha mãe também nada lhe perguntava, nem mesmo em alemão. Eu tentava descobrir o que tanto o prendia ao jornal; no começo eu pensava que fosse o cheiro, e quando ficava só e ninguém me via, trepava na cadeira e avidamente cheirava o periódico. Mas depois notei como ele movia a cabeça ao longo da folha, e o imitei sem ter diante dos olhos o jornal que ele segurava sobre a mesa com ambas as mãos, enquanto eu brincava no chão, às suas costas. Certa vez um visitante que entrara o chamou; ele se voltou e me flagrou em meus imaginários movimentos de leitura. Então se dirigiu a mim, ainda antes de atender o visitante, e me explicou que o que importava eram as letras, muito pequenas letras, nas quais ele bateu com o dedo.” (CANETTI, 1993, p. 37)

Estes dois exemplos são de crianças que foram para a escola após os seis anos de idade. Ambas não frequentaram o que hoje chamamos de pré-escola e assim a descoberta da escrita se deu antes mesmo da entrada na escola.

Tentem se lembrar de como foi o seu primeiro contato com a escrita, e se acharem pertinente façam pequenas anotações em seu Diário de Bordo, antes de acessarem a próxima atividade.

Coloquem o título “Atividade 8 – Primeiro contato com a escrita”. Não se esqueçam de “Compartilhar com Formadores”.

**Valor:** 1

**Tipo da Atividade:** Individual

**Objetivos:** Ajudar o aluno a refletir e desenvolver material, que poderá ser usado posteriormente na elaboração de seu TCC

**Crítérios:** Participação dentro do prazo estabelecido

#### Atividade 9: Assistir ao Vídeo “Memórias da Infância”

Queridos!

Assistam, a seguir, ao vídeo que a UNIVESP/TV preparou com imagens da infância. Mergulhem nele e deixem as lembranças de sua infância fluírem.

Vocês já sabem, o vídeo pode ser acessado por meio do *link* direto, ou por meio da Ferramenta **Material de Apoio** – Pasta Vídeos – Atividade 9 – Vídeo Memórias da Infância.

Bom vídeo!

@ **Link: Memória de infância** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/87>)

#### Atividade 10: Registro das Memórias da Infância

Caros alunos!

Agora chegou o momento de registrarem todas essas recordações. Escrevam em seu editor de textos e depois copiem para seu **Diário de Bordo**, as lembranças que se relacionam com a escrita e as expectativas sobre a escola. Aproveitem para relacionar o que se recordaram agora com as narrativas das pessoas que conviveram com vocês durante a infância, bem como com objetos que conseguiram resgatar.

Esta atividade deverá ser “Compartilhada com Formadores”, pois seu Orientador de Disciplina e seu Orientador de Turma os ajudarão a refletir sobre suas experiências.

Então, já sabem! Escrevam em seu editor de texto, salvem e cole no campo de texto do Diário de Bordo, depois de colocarem o título “Atividade 10 - Registro das Memórias da Infância”.

Bom trabalho!!

**Valor:** 1

**Tipo da Atividade:** Individual

**Objetivos:** Ajudar o aluno a refletir e desenvolver material, que poderá ser usado posteriormente na elaboração de seu TCC

**Critérios:** Participação dentro do prazo estabelecido

#### Atividade 11: Discussão em pequenos grupos

Formem grupos de cinco integrantes. Mostrem os objetos que trouxeram para esta aula e falem sobre os significados que eles tiveram na sua infância. Contem aos seus amigos sobre as lembranças que tem dos seus primeiros contatos com a escrita. Tentem se lembrar com detalhes como começaram a perceber as letras e o que sentiram quando descobriram que conseguiam ler. Ouçam as várias narrativas e tentem estabelecer relações entre as experiências individuais.

Anotem o que julgar mais importante. Se quiserem anotar em seus respectivos Diários de Bordo, coloquem o título “Atividade 11 - Discussão em grupo, sobre memória de Infância”, deixando “Compartilhado com Formadores”.

Recordar, lembrar, rememorar tem aqui a função de possibilitar refletir sobre sua formação e atuação. Segundo Souza (2007),

Através da narrativa (auto)biográfica, torna-se possível desvendar modelos e princípios que estruturam discursos pedagógicos que compõem o agir e o pensar do professor em formação. Isto porque o ato de lembrar e narrar possibilita ao ator reconstruir experiências, refletir sobre dispositivos formativos e criar espaço para uma compreensão da sua própria prática (p: 19).

Lembrem-se! Esta não é uma atividade obrigatória, mas todos os dados tratados ao longo desse Eixo serão aproveitados posteriormente, no desenvolvimento de seu TCC.

Boa discussão!

**Valor:** 1

**Tipo da Atividade:** Individual

**Objetivos:** Ajudar o aluno a refletir e desenvolver material, que poderá ser usado posteriormente na elaboração de seu TCC

**Critérios:** Participação dentro do prazo estabelecido

2º Período Virtual: 26 e 27/03/2010



Atividade 12: Pesquisa na Internet sobre a pré-escola no Brasil e sobre a cidade onde passou sua infância

Caríssimos!

Tão importante quanto nossas lembranças, são os nossos esquecimentos. Mais nos esquecemos do que lembramos, e como nos lembramos das mesmas experiências várias vezes na vida; a cada lembrança construímos uma nova versão dos fatos. Isto porque não experimentamos mais da mesma forma quando da primeira vez. A cada recordação fazemos uma interpretação dos fatos e passamos a lembrar com um novo elemento. Um exemplo bastante atual é o que se refere aos presos políticos da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). A

cada debate que ocorre com as vítimas ou com as pessoas próximas a elas, ou a cada nova documentação descoberta, novos elementos surgem e colaboram com a reconstituição da época. É que as memórias são apenas recortes do passado. Por isso, considera-se que a memória individual é parte imprescindível da memória coletiva. Em outras palavras,

“...a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras recordações feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada” (HALBWACHS, 1990, p. 71)

Por isso, temos insistido tanto para que procurem auxílio para poderem ter condições de ampliarem suas lembranças. Estamos trabalhando com um tipo específico de memória que diz respeito a nossa trajetória de formação. Assim, mais do que de nós mesmos, lembramos do espaço em que nos formamos: a escola.

Façam uma pesquisa, em sites da Internet, sobre a pré-escola no Brasil e, em especial, na cidade onde passaram a infância e procurem saber por que vocês tiveram (ou não) acesso a este nível de escolarização. Busquem saber qual a legislação referente ao momento que ordenava a Educação Infantil e nela encontrem as características desta.

Sugerimos um site, chamado “A pré-escola no Brasil”, que pode ser acessado por meio do *link* direto.

Enquanto pesquisam, anotem em um arquivo de seu editor de textos, os elementos da sua pesquisa sobre a pré-escola e sobre a cidade - onde passaram a infância - que colaboraram com a reflexão sobre as suas lembranças de infância.

Salvem suas anotações em sua Pasta “Memória do Professor”, no seu computador ou no *pen drive*, e cole no Diário de Bordo dando o título “Atividade 12 – Pesquisa sobre Pré-Escola no Brasil”; e “Compartilhem com Formadores”.

Bom trabalho!

📄 **Link: A pré-escola no Brasil** ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_infantil#A\\_evolu.C3.A7.C3.A3o\\_da\\_Educa.C3.A7.C3.A3o\\_Infantil\\_no\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_infantil#A_evolu.C3.A7.C3.A3o_da_Educa.C3.A7.C3.A3o_Infantil_no_Brasil))

### Atividade 13: Reflexões e registros sobre a entrada na escola.

Dos primeiros contatos com a escrita passando pelas expectativas quanto ao ingresso na escola, chega o momento mais marcante das nossas vidas: a entrada na escola. Vejam como foi esta passagem para Nery:

Como minha irmã era um ano mais velha que eu, quando completou 6 anos começou a freqüentar a escola. Aí começou minha agonia. Todos os dias, na hora que ela saía para ir à escola, eu chorava sem parar, tamanha era minha vontade de ir com ela. Naquela época, ter uma filha na Pré-escola era impossível para um comerciante. O salário era baixo e meu pai estava pagando o financiamento da casa. Minha mãe era costureira, mas vivia muito doente. Assim ela me pedia todos os dias para que eu tivesse calma, que logo chegaria minha vez. Findo aquele ano, outro problema despontou. A lei 5.692/71 – que criava o ensino de 1º e 2º graus, ampliando a escolarização obrigatória para 8 anos - determinava que somente quem completasse 7 anos até julho poderia se matricular na 1ª série. E eu só faria 7 anos em agosto. Não pude ser matriculada na escola freqüentada pela minha irmã e, então, minha mãe conseguiu uma vaga numa escola da zona rural. Porém, eu vomitava no caminho de ida e no de volta. Assim, não fui à escola naquele ano também, o que foi muito frustrante, mas serviu para que eu alimentasse ainda mais minha vontade de estudar.

Em 1973 ingressei na 1ª série do 1º grau na Escola Estadual de 1º grau “Profº Benedito Ferreira da Costa”. Por uma modificação na rede física feita na rede estadual em 1975 fui transferida para a EE de 1º grau “Profª Jaçanã Altair Pereira Guerrini”. Lá cursei até a 8ª série, recebi vários prêmios por ser uma excelente aluna, a ponto de ser convidada a escrever minhas memórias de aluna da UE para as festividades de 30 anos de fundação ocorridas em 2001. Fiz ainda bons amigos e guardo excelente impressão dos anos em que lá estive. Nesses tempos minha mãe foi adquirindo muitos livros e enciclopédias que ficavam na estante da sala. Eu li cada um deles tamanha minha motivação para tal. (NERY, 2009, p. 4).

E para vocês? Em qual momento de sua vida começaram a frequentar a escola? De que forma esta entrada marcou sua vida? Quais lembranças são mais fortes deste momento? Como foram para a escola no primeiro dia de aula? Estavam acompanhados? O que mais chamou sua atenção quando chegou à escola?

Escrevam todas estas lembranças e também sobre os fatos que não conseguem se lembrar, em um arquivo de seu editor de textos. Depois de terem salvo em sua pasta ou *pen-drive*, copiem e coleem no **Diário de Bordo** com o título “Atividade 13 – Reflexões e registros sobre a entrada na escola” e deixem “Compartilhado com Formadores”.

Bom trabalho!

**Valor:** 1

**Tipo da Atividade:** Individual

**Objetivos:** Ajudar o aluno a refletir e desenvolver material, que poderá ser usado posteriormente na elaboração de seu TCC

**Critérios:** Participação dentro do prazo estabelecido

## REFERÊNCIAS



BRANDÃO, M. M. Em busca da formação do outro: caminhos alternativos. In: BUENO, B. O.; CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. de (Org.). **A vida e o ofício dos professores**. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 71-82.

BUENO, B.; CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. **A vida e o ofício dos professores**. São Paulo: Escrituras, 1998.

CANETTI, E. **A língua absolvida**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

NERY, A. C. B. **Memorial**. Marília: UNESP, 2009. p. 3-4.

NÓVOA, A. **Vida de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

PERES, S. A. B. C.; BUENO, B. O.; CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. de (Org.). **A vida e o ofício dos professores**. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 83-100.

crescimento

objetivos

curiosidade

# LEI DE DIRETRIZES E BASES - LDB

JOÃO CARDOSO PALMA FILHO  
Professor Titular da disciplina Sociedade,  
Estado e Educação no Instituto de Artes da  
UNESP. Presidente da Câmara de Educação  
Superior do Conselho Estadual de Educa-  
ção. Doutor em Educação (Currículo e  
Supervisão) pela PUC/SP; Pós-Doutor em  
Política Educacional pela FE/USP.

*“A principal tarefa do ser humano nesta vida é dar a luz à si mesmo.”*

Erich Fromm

Bloco1

Formação Geral

Módulo 1

Introdução à Educação

Disciplina 2

Lei de Diretrizes e Bases

# SÍNTESE LDB

1. Professor Titular da disciplina Sociedade, Estado e Educação no Instituto de Artes da UNESP. Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. Doutor em Educação (Currículo e Supervisão) pela PUC/SP ; Pós-Doutor em Política Educacional pela FE/USP.

João Cardoso Palma Filho<sup>1</sup>

## FINALIDADE DO TEXTO

Apresentar de forma sucinta alguns aspectos da LDB que interessam diretamente aos profissionais que militam na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Por ocasião do estudo da disciplina “Legislação Educacional Brasileira” que integra o Bloco 3 – Gestão Escolar, você terá condições de se aprofundar um pouco mais no estudo, não só da LDB, como também da Constituição Federal e do Plano Nacional de Educação.

Neste texto síntese desenvolveremos os seguintes tópicos:

1. Rápido retrospecto do processo de tramitação da LDB no Congresso Nacional (Câmara Federal e Senado Federal);
2. Os princípios gerais da Educação Brasileira;
3. Os níveis da educação no Brasil: Educação Básica e Educação Superior;
4. Da Educação Básica;
5. A formação dos profissionais da educação básica.

Importante esclarecer que neste texto apenas abordamos alguns artigos da LDB, uma vez que haverá um estudo mais aprofundado por ocasião das disciplinas Legislação Educacional presente no terceiro bloco do curso.

## 1. O PROCESSO DE DISCUSSÃO DA LDB NO CONGRESSO NACIONAL

**Objetivo:** Permitir que o estudante tenha uma visão, ainda que muito geral, dos principais momentos da discussão do anteprojeto de LDB no Congresso Nacional.

Logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (05.10.1998), deu entrada no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL. 1258/88), de autoria do Deputado mineiro Octávio Elísio, (ex-Secretário da Educação no Governo Tancredo Neves), que à época integrava a bancada do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Este projeto refletia as mais diferentes discussões havidas desde o início dos anos 1980, em diferentes congressos de educação (CBE, ANPED, CNTE, entre outras).

Já em agosto de 1989 surgia o primeiro substitutivo de autoria do Deputado Jorge Hage (PDT/Bahia) que incorporava num só texto, 13 outros projetos. A partir de então foram realizados vários simpósios temáticos com a finalidade de aprofundar a discussão em torno da nova lei da educação.

Em fevereiro de 1990 aparece o 2º substitutivo Jorge Hage, que aproveitou nada mais nada menos, que 978 emendas e mais de 2.000 sugestões originárias de diferentes instâncias da sociedade civil organizada. No Plenário da Câmara, o substitutivo Jorge Hage, em 1991 recebeu 1.263 emendas e em consequência retornou às Comissões da Câmara Federal (Educação, Constituição e Justiça e Finanças).

Em 1992, parlamentares ligados ao Governo Collor de Melo, com apoio do Ministério da Educação, iniciam um processo de obstrução do projeto na Câmara Federal; paralelamente, os Senadores Darcy Ribeiro (PDT/RJ), Marco Maciel (PFL/PE) e Maurício Correia (PDT/DF) dão entrada no Senado Federal de um novo projeto de LDB.

Com a renúncia de Fernando Collor de Mello, o Vice-Presidente Itamar Franco assume a Presidência da República e nomeia para o Ministério da Educação, Murílio Avelar Hingel, que se declara favoravelmente ao projeto da Câmara Federal, que agora tendo como relatora a Deputada Angela Amin (PFL/SC), é aprovado naquela Casa, em 13 de maio de 1993, sendo em seguida encaminhado ao Senado Federal, como determina o ritual processual de uma lei no Congresso Nacional.

No Senado, o projeto será relatado pelo Senador Cid Sabóia, que terá seu Parecer de nº 250, aprovado na Comissão de Educação, em novembro de 1994, portanto, já no final do ano legislativo e do fim do Governo Itamar Franco, que em 1ª de janeiro de 1995, dará posse ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em 17/03/95, por meio de manobra regimental, o Substitutivo Cid Sabóia é considerado inconstitucional por Parecer de autoria do Senador Darcy Ribeiro.

A partir desse momento passa a tramitar no Senado Federal, o projeto de autoria dos Senadores Darcy Ribeiro, Maurício Correia e Marco Maciel, que ambos haviam apresentado em 1992, que em quase dois anos de discussão irá resultar na Lei Federal nº 9.394, atual LDB, que até o momento (novembro de 2009) já foi emendada e alterada por 24 Leis, resultando em mais de 30 alterações do texto original aprovado em 20 de dezembro de 1996, sancionada pelo Presidente da República sem nenhum veto, fato inusitado no histórico da legislação educacional brasileira.

## 2. OS PRINCÍPIOS GERAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**Objetivo:** Conhecer e discutir os princípios que regem a educação no Brasil, bem como sua aplicação no contexto das escolas.

Os princípios gerais que regem a educação brasileira estão dispostos no texto da Constituição Federal (art. 206) e também no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996). Esse artigo acrescenta dois novos princípios aos que já estão previstos na Constituição Federal. São eles: Inciso X “*valorização da experiência extra-escolar*” e no Inciso XI “*vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais*”.

O dever do Estado para com a educação é tratado no art. 4º da LDB,<sup>2</sup> que em adição ao que já estava disposto no art. 206 da CF, dispõe:

2. A partir de 1º/01/2010, o inciso II do art. 4º da LDB passa a ter a seguinte redação: “universalização do ensino médio gratuito” (alteração feita pela lei nº 12.061, de 27/10/2009).

Inciso VII: oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que foram trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Inciso IX: “padrões mínimos de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. Foi ainda acrescentado um inciso de nº X, com a seguinte redação: “*vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade*” (Inclusão feita pela Lei nº 11.700 de 2008).

O art. 5º regulamenta o direito subjetivo à educação previsto no § 1º do art. 208 da CF, especificando quem poderá exercê-lo (qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público). O § 4º desse mesmo artigo responsabiliza a autoridade competente indicada para garantir o oferecimento do ensino obrigatório por crime de responsabilidade, nos casos de comprovada negligência. O § 1º ainda desse artigo atribui competências aos Estados e Municípios para:

I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso na idade própria; II – fazer-lhes a chamada pública; III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

O art. 6º, alterado pela Lei Federal 11.114/2005, estabelece que a matrícula no ensino fundamental se dê a partir dos seis anos de idade e não mais aos sete anos de idade como constava na redação original de 1996. Este mesmo dispositivo afirma ser dos pais ou responsáveis o dever de providenciar a matrícula dos menores.

### 3. DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

**Objetivo:** Apresentar de modo geral a estrutura da organização educacional brasileira, bem como as normas que regem o seu funcionamento. Neste tópico o estudante poderá avaliar se a estrutura e o funcionamento estão de acordo com os princípios gerais anteriormente apresentados.

Do artigo 8º ao artigo 20 estão estabelecidas disposições que tratam da organização da Educação Nacional.

O art. 8º afirma que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizam em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Todavia, o § 1º atribui à União a responsabilidade pela coordenação da política nacional de educação, devendo neste caso, articular os diferentes níveis e sistemas, exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. O § 2º do mesmo artigo estabelece que *“os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta lei”*. Sobre este dispositivo, sempre é bom lembrar que nenhuma liberdade é absoluta ou sem restrições. Há sempre limites a serem observados. A liberdade existe, desde que observados os preceitos constitucionais e o que está contido nos princípios gerais da própria LDB e, nem poderia ser diferente!

O art. 9º estabelece as competências da União em matéria de educação. São incumbências que reforçam o papel de coordenação que a União deve exercer em relação à política nacional de educação. Dentre as várias incumbências, cabe destacar aquela que afirma ser responsabilidade desse ente federativo *“elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”*.

O art. 10 trata das incumbências dos Estados em matéria educacional. Neste caso, cabe destacar duas incumbências, entre outras, a saber: *“V – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; VI – assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio”*<sup>3</sup>.

3. A partir de 1º/01/2010, o inciso VI do art. 10 passa a ter a seguinte redação: *“assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 32 da LDB”*.

O art. 11 – Estabelece as incumbências dos Municípios. Neste caso, cabe destaque ao Inciso V:

*oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino so-*

mente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Este dispositivo deixa claro que o Município só poderá manter ensino superior, caso a educação infantil e o ensino fundamental estejam plenamente atendidos na área geográfica abrangida por ele e, ainda com recursos acima dos 25,0% previstos pela Constituição Federal.

Os artigos 12 e 13 tratam diretamente da responsabilidade da escola e dos professores na condução do processo ensino e aprendizagem.

O art. 12 estabelece sete ações a serem desenvolvidas pela escola. A principal delas diz respeito à autonomia que a escola tem na elaboração e execução de sua proposta pedagógica, comumente denominada de projeto político pedagógico ou simplesmente, projeto pedagógico. Esta sem dúvida é uma inovação estabelecida pela LDB de grande importância e que se constitui num aspecto descentralizador.

Deve-se também considerar o fato de que o inciso VII desse artigo recebeu nova redação e desse modo, nos termos da nova redação, a escola deve “informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola” (Redação dada pela Lei 12.013 de 2009).

O art. 13 cuida das responsabilidades dos docentes com o processo ensino e aprendizagem. Ao todo são seis incumbências, algumas óbvias, como a que afirma que o professor deve ministrar os dias letivos e as horas aulas estabelecido, além de estar obrigado a participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional. Também assegura que o professor participe da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Os dois artigos que estamos comentando, também expressam a necessidade de a escola e os professores desenvolverem esforços no sentido de uma maior integração da escola com as famílias e com a comunidade em geral.

O envolvimento com a comunidade escolar e local, bem como a participação dos docentes na elaboração do projeto pedagógico da escola são reforçados pelo art. 14 da LDB, que trata das normas gerais que deverão ser elaboradas pelos sistemas de ensino sobre o princípio da gestão democrática do ensino público. Este também é uma inovação que aparece pela primeira vez na legislação educacional brasileira que infelizmente, até o momento não tem sido uma preocupação por parte dos responsáveis pela condução administrativa do setor educacional nos diferentes níveis de ensino. Importante também ressaltar que o art. 14 condiciona às normas a serem estabelecidas às peculiaridades de cada sistema de ensino. Para melhor entendimento do que está sendo dito, transcrevemos o texto do citado artigo:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação básica na elaboração projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O art. 15 novamente trata da questão da autonomia da unidade escolar e desse modo, complementa o que foi estabelecido no art. 14, quando dispõe que:

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais do direito financeiro público.

É forçoso reconhecer, que decorridos mais de dez anos da promulgação da LDB, pouco se fez no sentido de conferir às escolas a autonomia posta pelo art. 15.

Na sequência, os artigos 16, 17 e 18 tratam respectivamente da composição do sistema federal, estadual e municipal de ensino, tema que dispensa maiores comentários, uma vez que uma simples leitura desses artigos esclarece suficiente o que neles está contido. Todavia é relevante esclarecer que os cursos superiores municipais integram o sistema estadual de ensino e, portanto, além da legislação geral devem se reger também por normas editadas pelo Conselho Estadual de Educação.

Por fim, concluindo a discussão que estamos fazendo em torno do Título IV da LDB (do art. 8º ao art. 20), cabe apenas mencionar que os artigos 19 e 20 tratam de matéria que tem pouco interesse para os profissionais do magistério que atuam na educação básica.

## 4. DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

De acordo com o que dispõe o art. 21 da LDB, a educação escolar compõe-se de dois níveis escolares: “I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. II – educação superior.”

Por sua vez a educação infantil desdobra-se em creches e pré-escolas. As primeiras destinam-se ao atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, enquanto que as pré-escolas deverão atender crianças de 4 e 5 anos de idade. Como vimos anteriormente, alteração recente da Constituição Federal e da LDB determinaram que as crianças com seis anos de idade, passem a freqüentar obrigatoriamente o ensino fundamental. Não vou, por

falta de espaço, entrar no mérito dessa mudança. Todavia, a medida adotada é discutível, principalmente, quando se sabe, que em alguns estados do Brasil, as crianças estão sendo encaminhadas para o ensino fundamental com cinco anos e meio de idade e até com cinco anos, como vem ocorrendo nos estados do Paraná e do Rio de Janeiro, entre outros.

No Estado de São Paulo, o Conselho Estadual de Educação, inicialmente, autorizou a entrada com cinco anos, posteriormente fixou o ingresso com cinco anos e meio. Esses acontecimentos vêm provocando fortes reações de diferentes segmentos da sociedade. Entendo que se permanecer o atendimento de que a criança pode ir para o ensino fundamental com menos de seis anos de idade, torna-se necessário rever a proposta curricular das séries iniciais do ensino fundamental, uma vez que não se recomenda que a criança comece a ser alfabetizada com menos de seis ou até sete anos de idade.

De acordo com o artigo 22, a educação básica (EB) visa desenvolver o educando, de modo a assegurar-lhe a formação comum necessária para o exercício da cidadania e ao mesmo tempo, fornecer-lhe meios adequados para avançar nos estudos e iniciar-se no trabalho.

Quanto à organização da EB, a lei adota uma posição flexível, quando oferece várias opções para a estruturação do ensino, pelo menos, é o que se depreende do que está escrito no artigo 23:

**Art. 23 - A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.**

Deve-se considerar ainda que o § 2º do artigo 32 prevê a possibilidade de se adotar o chamado regime de progressão continuada, claro, que sem prejuízo da avaliação do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com as normas estabelecidas para cada sistema de ensino.

No Estado de São Paulo, o regime de progressão continuada foi adotado na rede estadual de ensino e na rede municipal da capital, a partir de deliberação aprovada pelo Conselho Estadual de Educação (Del. 09/97). Neste caso, os alunos eram avaliados para efeito de promoção ou retenção na 4ª série (final do primeiro ciclo de estudos) e 8ª série do EF (final do segundo ciclo de estudos). A partir do ano de 2007, os ciclos passaram a ser de dois em dois anos.

De modo geral, o senso comum atribui ao regime de progressão continuada, o baixo rendimento escolar apresentado pelos alunos. De fato, o que acontece é que o sistema público de ensino não consegue se organizar de modo adequado para atender o conjunto da população que a ele ocorre. No sistema seriado com a possibilidade de reprovação todo ano, a escola

se exime de responsabilidades e transforma o aluno de vítima em réu, ou seja, apenas ele responde pelo fracasso do aprendizado. Nos estados brasileiros que não adotaram o regime de progressão continuada, aliás, diga-se de passagem, apenas os estados de São Paulo e Minas Gerais adotaram integralmente esse regime de estudos. Mas como, vinha dizendo, nos estados que permaneceram no sistema seriado, os índices de fracasso escolar (evasão e repetência) são altíssimos e o desempenho dos estudantes fica abaixo do verificado no Estado de São Paulo e no Estado de Minas Gerais, como atestam as avaliações do rendimento escolar feita pelo SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), realizado a cada dois anos pelo Ministério da Educação, por meio do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos).

Ainda em relação ao artigo 23, o mesmo dispõe por meio de dois parágrafos, em primeiro lugar, que a escola poderá reclassificar os alunos (§ 1º) e o § 2º propõe algo que já constava na legislação educacional desde o ano de 1971, que é a possibilidade de a escola adequar o calendário escolar às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino. Essa adequação não implica na redução do número de horas letivas previstas pela própria LDB, que no caso estabelece o mínimo de 800 horas anuais e 200 dias letivos por ano. Infelizmente, essa possibilidade de adequar o calendário escolar não tem sido usada pelos sistemas educacionais.

O artigo 24 estabelece regras que deverão ser observadas na organização do ensino fundamental e do ensino médio. A carga horária, já mencionada anteriormente, será de 800 horas a serem distribuídas num mínimo de 200 dias letivos. Esta disposição indica que no caso de escolas que funcionem em turno de menos de quatro horas por dia, deverão cumprir um maior número de dias letivos. Caso a carga horária diária seja maior, prevalece o número de dias letivos, que nunca deverá ser menos de 200.

O inciso II do mesmo artigo trata dos critérios para a classificação dos alunos nas séries, menos na primeira, ou etapas, da seguinte forma:

- a) por promoção para os alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
- b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;
- c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Das três situações citadas, apenas a última apresenta algum grau de novidade, embora já fosse um critério utilizado em escolas do Estado de São Paulo, principalmente naquelas situações em que o estudante não possui documentação que comprove o seu grau de escolaridade.

O inciso III permite às escolas que adotam o sistema seriado, a progressão parcial, desde que seja preservada a sequência curricular e sempre de acordo com as normas do sistema de ensino.

O inciso IV permite a organização de classes ou turmas, com alunos de séries distintas, entretanto com níveis equivalentes de conhecimento, no caso do ensino de línguas estrangeiras, artes ou outros componentes curriculares.

É óbvio, pelo menos para mim, que ao mencionar “outros componentes curriculares”, poderia simplesmente ter escrito “em todos os componentes curriculares” e, dessa forma, não precisaria destacar “línguas estrangeiras e artes”, uma vez que a regra vale para todos os componentes curriculares.

O inciso V estabelece critérios para aferição do rendimento escolar, que, aliás, não são muito diferentes daqueles que constam do art. 14 da Lei 5.692/71, ou seja, 1) a avaliação do desempenho do estudante deve ser contínua e cumulativa, com predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados obtidos ao longo do ano letivo sobre eventuais provas de final de ano ou de semestre, quando for o caso; 2) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar, ou seja, quando a idade não coincide com a série; 3) avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; 4) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; 5) obrigatoriedade de realização de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo (na realidade deveriam os estudos de recuperação serem obrigatoriamente paralelos ao longo do ano letivo e não no final do ano ou do semestre). Neste caso, a matéria deverá estar disposta no regimento escolar da instituição de ensino.

O inciso VI disciplina a verificação da frequência escolar que fica sob a responsabilidade do estabelecimento de ensino, conforme o disposto no seu regimento, respeitada a exigência de frequência mínima de 75,0% (setenta e cinco por cento).

Finalmente, o inciso VII responsabiliza o estabelecimento de ensino pelo fornecimento da documentação escolar (históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos).

O art. 25, ainda não regulamentado no Estado de São Paulo, afirma ser objetivo permanente das autoridades de ensino, procurar alcançar uma relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento. O parágrafo único do mesmo artigo remete para o sistema de ensino estabelecer os parâmetros para cumprimento do que dispõe o artigo em questão.

Os artigos 26 e 27, significativamente alterados por leis promulgadas posteriormente à edição da LDB de 1996, tratam da doutrina curricular para o ensino fundamental e o ensino médio<sup>4</sup>.

4. Refiro-me as seguintes leis: 10.793, de 1º.12.2003; 11.769, de 18.08.2008; 11.645, de 10.3.2008; 11.274, de 06.02.2006; 11.525, de 25.09.2007; 9.475, de 22.7.1997; 11.684, de 02.06.2008

O art. 26 afirma no caput (cabeça do artigo), que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. De fato, a doutrina curricular adotada pela LDB atual é a mesma que já estava contida na legislação revogada (Reforma do Ensino de 1º e 2º graus)<sup>5</sup>, com uma diferença importante, a favor da lei revogada: “estudante ou aluno não é cliente da escola”. O § 1º enfatiza a obrigatoriedade do estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. O § 2º torna obrigatório também o ensino da arte, com a finalidade de promover o desenvolvimento cultural dos alunos. Entendo que essa é uma tarefa de todos os professores, em todos os componentes curriculares e não apenas do ensino de arte. O § 3º, que passou por várias alterações, finalmente ganhou a seguinte redação: “*A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica*”. Entretanto, dispensa o aluno nas seguintes hipóteses: 1) quando cumprir jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; 2) maior de trinta anos de idade; 3) quando estiver prestando o serviço militar inicial ou que, em situação simular, estiver obrigado à prática de educação física; 4) se encontrar na situação prevista no Decreto-Lei nº 1.044/69 (Gestante); 5) que tenha prole.

O ensino de História merece menção especial no § 4º, para afirmar que o mesmo levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, com destaque especial para matrizes, indígena, africana e européia.

O § 5º determina a inclusão de pelo menos uma língua estrangeira, a partir da 5ª série, cuja escolha fica a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. Na prática quem escolhe é a escola; não conheço nenhum caso em que a comunidade escolar tenha sido consultada, uma vez que sempre prevalecem as possibilidades da instituição.

O § 6º foi acrescentado recentemente (2008) para tornar obrigatório, mas não exclusivo o ensino de música, como componente curricular do ensino de arte (art. 26, § 2º).

São tantas as mudanças no artigo 26, que o mesmo ganhou um artigo 26-A, para dizer que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio será obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena<sup>6</sup>. Trata-se de disposição redundante, pois já está previsto no artigo 26, § 4º.

5. O art. 4º da Lei 5.692, de 11.08.1971 dispõe o seguinte: “Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos”.

6. Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena (Redação dada pela Lei 11.645, de 2008. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

O artigo 27 estabelece diretrizes para o desenvolvimento dos conteúdos curriculares, com as seguintes recomendações:

I – difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III – orientação para o trabalho;

IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

O artigo 28 trata da educação na zona rural. Nesse sentido, os conteúdos curriculares e metodologias apropriadas deverão ser adotados, para atender às peculiaridades da vida rural, de modo a atender às reais necessidades e interesses dos alunos dessas regiões. O mesmo deverá ser feito em relação ao calendário escolar que deverá respeitar as fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e por último, mas não menos importante, é a atenção que deverá ser dada à natureza do trabalho na agricultura e por extensão na zona rural.

## 4.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Os artigos 29, 30 e 31 cuidam da educação infantil.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Inicialmente abrangia a faixa etária de zero a seis anos de idade, subdividida em duas fases: a) creche (zero a três anos) e pré-escola (quatro a seis anos). Com a alteração feita pela lei nº 11.274/2006, passa a atender a faixa etária de zero a cinco anos de idade, uma vez que o último ano da pré-escola passa a fazer parte do ensino fundamental, que passa de oito para nove anos de duração.

A finalidade principal da educação infantil é fornecer à criança uma educação integral, ou seja, criar condições para que a criança possa se desenvolver em todas as dimensões do ser humano, a saber: físico, psicológico, intelectual e social, e, dessa forma, a escola completa a ação da família e da comunidade.

Quanto à avaliação nessa etapa da escolaridade básica, a mesma deverá ser feita mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem a preocupação com a promoção, mesmo para acesso ao ensino fundamental (art. 31).

Apesar das dificuldades que vem enfrentando, foi um grande avanço a inclusão na LDB desses três artigos sobre a educação infantil, uma vez que tanto a LDB de 1961 quanto a reforma do ensino de 1º e 2º graus de 1971, editada durante o regime militar praticamente ignoraram a existência da criança pequena.

Entretanto, o grande desafio é enfrentar a baixa qualificação dos profissionais que atuam nessa etapa da educação básica, bem como *“um quadro de pais e mães oprimidos, pouco participativos na dinâmica das instituições e que, antes de tudo, necessitam da creche como um equipamento, não podendo ‘reconhecê-la’ como um direito, mas aceitando-a como um favor”*<sup>7</sup>.

7. PALHARES, Marina Silveira; MARTINEZ, Cláudia Maria Simões. A educação infantil - uma questão para o debate. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; PALHARES, Maria Silveira (orgs.) *Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios*. Col. Polêmicas do nosso tempo. Campinas (SP): Autores Associados/Faculdade de Educação/Editora da UFSC/Editora da UFSCar, 1999; p. 9.

## 4.2 ENSINO FUNDAMENTAL

Do artigo 32 ao artigo 34 são apresentadas disposições que abrangem todo o ensino fundamental. Tratam das finalidades, da organização e também do currículo dessa etapa da educação básica.

O artigo 32 afirma que o principal objetivo do ensino fundamental é *“a formação básica do cidadão mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”*, ou seja, ler, escrever e contar. O inciso II acrescenta também ser necessária para o exercício pleno da cidadania: *“a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”*. Tarefa nada fácil essa de saber em que valores se fundamentam a sociedade brasileira!

O inciso III assinala o: *“desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores, também como um meio para que se alcance o objetivo central que é a formação do cidadão.”* Por sua vez, o inciso IV entende que a formação do cidadão pela escola passa pelo fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O mesmo artigo é integrado por mais cinco parágrafos, sendo que o quinto foi acrescentado ao texto original, pela lei nº11. 525/2007 e dispõe que o *“currículo do ensino fundamental incluirá obrigatoriamente, conteúdo que trata dos direitos das crianças e adolescentes”* nos termos do que dispõe a lei nº 8.069, de 1990, devendo, inclusive, a escola cuidar da produção e distribuição de material adequado para as crianças e adolescentes. O § 2º, já comentado anteriormente, cria a possibilidade de a escola organizar os estudos no regime de progressão continuada, que, diga-se de passagem, não se confunde com “promoção automática”. O § 3º torna obrigatório o uso da língua portuguesa no ensino fundamental regular, ressaltando, entretanto, o direito às comunidades indígenas de usarem suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Por fim, o § 5º assinala: *“O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”* Entretanto, não se sabe muito bem o que venha a ser “situações emergenciais” e quem as define!

Importante observar que o artigo 32, objeto desses comentários muito rápidos que fizemos, repete muito do que já foi dito anteriormente em outras passagens da lei.

O artigo 33 trata de matéria polêmica que é do ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental. O texto original foi alterado em 1997<sup>8</sup>.

8. Lei nº 9.475, de 22.7.1997.

No texto publicado em 20.12.1996, o ensino religioso seria ministrado sem ônus para os “cofres públicos”, ou seja, os professores não seriam remunerados pelo poder público. Pressões feitas principalmente pela cúpula da igreja católica fizeram com que o Congresso Nacional alterasse o texto original que ficou com a seguinte redação:

**Art. 33 O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela lei nº 9.475/97).**

Antes de entrarmos na discussão dos dois parágrafos que integram o texto do artigo 33, faço uma observação: se o ensino religioso “*é parte integrante da formação básica do cidadão*”, como torná-lo de “*matrícula facultativa*”; não que esteja com essa afirmação defendendo a obrigatoriedade para todos, pois seria um desrespeito às famílias que não praticam nenhuma religião, ao contrário, estou apenas apontando a contradição apresentada pela redação desse artigo. De resto, como conciliar o ensino de religião nas escolas públicas com a natureza laica do estado brasileiro?

Os parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo atribuem aos sistemas de ensino, a responsabilidade pela regulamentação dos “*procedimentos para a definição dos conteúdos de ensino religioso*”, bem como deverão estabelecer as normas para habilitação e admissão dos professores. Por sua vez, deverá ser criada uma entidade civil, integrada pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos religiosos.

Não tenho conhecimento sobre a criação de tal entidade no Estado de São Paulo.

O artigo 34 propugna à ampliação da jornada escolar de forma progressiva, ressalvado, como não poderia deixar de ser o ensino noturno e as escolas que funcionarem em regime especial. Atualmente, há em vários estados brasileiros “escolas de tempo integral”, que no fundo repetem experiências como as do tipo “CIEPs” (Centros Integrados de Educação Popular)<sup>9</sup>.

9. Os CIEPs foram criados no Estado do Rio de Janeiro durante os dois governos de Leonel Brizola (1983-1987; 1991-1994) e contaram com a Coordenação do antropólogo Darcy Ribeiro. Na prática inspiraram-se na Escola Parque criada em Salvador no ano de 1950 pelo educador Anísio Teixeira.

### 4.3 ENSINO MÉDIO

A LDB de 1996 introduziu mudanças radicais na estrutura, organização e funcionamento do ensino médio, que de lá para cá, já passou por outras tantas alterações. A configuração dada ao último segmento da educação básica é, talvez, a mais polêmica das mudanças estabelecidas no antigo ensino de 2º grau.

As principais discordâncias se deram em torno da relação do ensino médio geral a educação profissional de nível médio e quanto aos aspectos curriculares do ensino de Filosofia e Sociologia. Em relação a estes dois campos de conhecimento, o Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 15/98 atribuía a eles um caráter interdisciplinar, fato que foi interpretado como a não obrigatoriedade dos mesmos figurarem no currículo escolar do ensino médio como disciplinas individualizadas, a exemplo do que ocorre com os demais componentes curriculares, que tradicionalmente compõem o quadro de disciplinas do ensino médio.

A questão acabou resolvida, inicialmente, com modificações no entendimento do que foi expresso no Parecer CEB/CNE nº 15/98. Entretanto, a nova interpretação não surtiu efeito. Todavia, com a promulgação da Lei nº 11.684, de 2.6.2008, as dúvidas quanto ao caráter disciplinar desses dois componentes curriculares foram afastadas.

Assim é que a referida lei altera o art. 36 da LDB para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio, ao acrescentar um inciso de nº IV com a seguinte redação: “*serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio*”. Ao mesmo tempo, revogou o inciso III do § 1º do art. 36 da LDB, originariamente aprovada em 1996.

No que diz respeito aos aspectos curriculares do EM essa foi a única alteração, uma vez que o art. 35 permaneceu com a redação original:

**Art. 35.** O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Quanto à polêmica em torno da relação do ensino médio geral com a educação profissional técnica de nível médio, a Lei nº 11.741, de 2008 resolveu a questão pelo acréscimo de três novos artigos (36-A; 36-B e 36-C e 36-D).

De fato são quatro novos artigos de lei.

A questão da articulação entre as duas modalidades de ensino é resolvida pelo que dispõe o artigo 36-B, que ficou com a seguinte redação<sup>10</sup>:

10. Num dos depoimentos que você vai assistir pela UNIVESP/TV, o professor Francisco Aparecido Cordão, um dos maiores especialistas nesse assunto, esclarece muito bem como fica a articulação entre o ensino médio geral e a educação profissional técnica de nível médio.

**Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:**

**I - articulada com o ensino médio;**

**II – subseqüente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.**

**Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:**

**I – os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;**

**II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;**

**III – as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.**

Trata-se de uma conceituação muito feliz, pois respeita a articulação necessária entre o nível nacional, o estadual e o da escola e, com isso, reforça a necessidade de cada escola construir o seu projeto pedagógico.

O art. 36-C também cuida da articulação:

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta lei será desenvolvida de forma:

**I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se a matrícula única para cada aluno;**

**II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:**

**a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;**

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de inter complementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

O artigo 36-D dispõe sobre a validade nacional dos diplomas de cursos de educação profissional, quando registrados e ao mesmo tempo assegura o prosseguimento de estudos (esta já era uma situação prevista na lei 5.692/71).

Há ainda, outra possibilidade que está prevista no parágrafo único desse artigo, ou seja:

Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho.

Entendo que as mudanças realizadas por meio da Lei nº 11.741 adotaram um dos princípios fundamentais da LDB de 1996, que é o da flexibilidade, além de serem muito mais favoráveis ao estudante trabalhador, que além de buscar uma educação geral, também deseja uma boa qualificação técnica para o trabalho. Para formar o cidadão, ambas são necessárias; no mundo de hoje, não faz mais sentido um ensino de nível médio que apenas trabalhe com os conteúdos da educação geral.

Ao concluir a análise dessa parte da LDB, considero importante destacar que a polêmica em torno do ensino médio e da educação profissional não foi tanto pela redação dos artigos 39 a 42 do texto original, mas muito mais pela regulamentação que se seguiu por meio do Decreto Federal nº 2.208, de 17/04/1997, também revogado.

#### 4.4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO ESPECIAL

A LDB trata também da educação de jovens e adultos (antiga educação supletiva da Lei 5.692/71), nos artigos 37 e 38, e da educação especial nos artigos 58, 59 e 60. Em ambos os casos incorporou estudos realizados por especialistas no campo da educação de jovens e adultos e da educação especial. Quanto a esta última cabe salientar que o Brasil é signatário da Declaração de Salamanca, que trouxe significativos avanços para a educação especial.

Em relação a educação de jovens e adultos estão previstas duas modalidades de atendimento: a) cursos; b) exames (já presentes na legislação educacional desde 1971). Poderão realizar exames para o ensino fundamental, os jovens com quinze ou mais anos de idade; para o ensino médio a idade mínima é de dezoito anos.

O § 1º do art. 37 obriga o poder público a oferecer gratuitamente oportunidades de estudo para jovens e adultos que não puderam realizar estudos na idade apropriada. A oferta dessa oportunidade deverá levar em conta “*as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho*”. O § 3º propugna que “*a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento*”. Este parágrafo não constava da LDB original e foi incluído pela Lei nº 11.741, de 16.7.2008. Esses dois parágrafos demonstram claramente a preocupação do legislador em criar condições favoráveis para que jovens e adultos completem a escolaridade não iniciada na idade própria ou interrompida, por diferentes motivos.

Quanto ao Capítulo V do Título V da LDB que trata da Educação Especial, cabe assinalar que o mesmo se apresenta com a redação original, ou seja, ao contrário de outros capítulos, não sofreu nenhuma modificação, após a edição do texto original de 1996.

O texto enfatiza que a educação especial é uma modalidade da educação e escolar e, preferencialmente, deverá ser oferecida na rede regular de ensino para os portadores de necessidades especiais. Entretanto, ressalva, que quando necessário, deverão ser oferecidos serviços de apoio especializado, na escola regular para atender às peculiaridades do alunado. O § 3º do art. 58 assinala ser dever constitucional do Estado a oferta de atendimento para os portadores de necessidades especiais, que se inicia na educação infantil<sup>11</sup>.

11. Causa certa estranheza o fato de que nesse parágrafo a educação infantil seja mencionada com sendo a faixa etária de zero a seis anos de idade, pois como é de conhecimento geral, a faixa etária da educação infantil passou a ser de zero a cinco anos de idade.

## 4.5 DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Ao tratar dos requisitos necessários para ingresso na carreira do magistério, a LDB trouxe várias inovações. A primeira e, talvez a mais importante delas, foi estabelecer como condição mínima para o exercício da docência na educação básica, a obtenção da licenciatura plena. Esta deveria ser conseguida em cursos de graduação ministrados em Institutos Superiores de Educação ou em Universidades<sup>12</sup>.

12. Posteriormente, por decreto federal foram criados os Centros Universitários com as mesmas prerrogativas das Universidades.

Os princípios básicos que norteiam a formação dos profissionais para o setor educacional estão previstos em sete artigos (61 a 67), integrantes do Título VI da LDB.

A formação deve se fundar em: a) associação entre teorias e práticas que inclui a capacitação em serviço e b) aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e em outras atividades, conforme dispõe o art. 61<sup>13</sup>.

Como já destacado, estabelece como regra geral a formação em nível superior, embora durante os dez anos iniciais da vigência da LDB tenha admitido a formação em nível médio, na modalidade normal (art. 62 e § 4º do art. 67)<sup>14</sup>.

13. Com a promulgação da Lei Federal nº 12.014, de 06.08.2009, o art. 61 ficou com a seguinte redação: Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos são:

I- professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio.

II- trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas.

III- trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Parágrafo único. A formação dos profissionais em educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I - a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II - a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III - o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e em outras atividades.

14. A Lei Federal nº 12.056, de 13.10.2009 acrescentou ao art. 62 os seguintes parágrafos:

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada dos professores do magistério.

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.

15. Esta possibilidade está regulamentada pela Resolução nº 02/97 do Conselho Nacional de Educação.

16. A estrutura e organização do curso de pedagogia encontram-se regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação por meio das "Diretrizes Curriculares Nacionais" (DCN) para o Curso de Pedagogia.

O artigo 63 prevê que os Institutos Superiores de Educação (ISE) poderão manter cursos formadores de professores para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental (antigas 1ª a 5ªs séries). Poderão ainda manter programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica<sup>15</sup>. Por último, poderão também instituir programas de educação continuada para os profissionais da educação dos diversos níveis.

O artigo 64 trata da formação necessária dos profissionais da educação para atuação em funções não docentes. Nesse sentido dispõe:

**Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia<sup>16</sup> ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nesta formação, a base comum nacional.**

O artigo 65 estabelece a obrigatoriedade do estágio profissional com a carga mínima de trezentas horas de duração.

O artigo 66 diz respeito ao ensino superior.

O artigo 67 dispõe que:

**“Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:**

**I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;**

**I- aperfeiçoamento profissional continuado, in-**

clusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional<sup>17</sup>;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação de desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 10.05.2006).

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimentos de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

17. Já regulamentado por meio de lei federal. Parte do estabelecido por essa lei foi derrubada no STF a partir de ação de inconstitucionalidade propostas por alguns governadores de estados.

## 4.6 DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

A LDB dedicou todo um título (VII) para garantir recursos financeiros para a educação (artigos 68 a 77). Em geral significou um avanço considerável em relação à legislação anterior, principalmente se considerarmos as alterações advindas das emendas constitucionais nº 14 e nº 53.

De acordo com o artigo 68, consideram-se recursos públicos a serem aplicados na educação:

- a) Receitas de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) Receita advinda de transferências constitucionais e outras transferências;
- c) Receita do salário-educação e outras contribuições sociais;
- d) Receita de incentivos fiscais;
- e) Outros recursos previstos em lei.

Nos termos do artigo 212, a União deverá aplicar desse montante de recursos, nunca menos de 18% e os Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo mínimo 25%. A Constituição do Estado de São Paulo determina que seja aplicado em educação, nunca menos que 30%.

Uma importante inovação feita foi a redação dada aos artigos 70 e 71, que estabelecem o que pode (artigo 70) e o que não pode (artigo 71) ser considerado como despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino. De acordo com esses dispositivos, programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, bem como outras formas de assistência social não mais podem ser incluídos como despesas com educação. Esses recursos também não podem ser usados para pagamento de pessoal docente, quando em desvio de função, ou seja, em atividade alheia à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Todavia, os artigos 70 e 71 são omissos em relação à questão da folha de pagamento dos aposentados. Diante do silêncio, estados e municípios incluem nos percentuais que estão constitucionalmente obrigados a investir na educação, o pagamento dos salários do pessoal inativo, inclusive das pensões que são devidas.

Entretanto, a sangria nos recursos da educação não está apenas na inclusão dos aposentados na folha de pagamento do pessoal da educação. Assim é que o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que em 2000 foi substituído pela Desvinculação de Receitas da União (DRU) vem retirando anualmente 20% do que a União deveria investir na função educacional.

O artigo 74 menciona a necessidade de se estabelecer um valor mínimo por aluno que deverá ser calculado ao final de cada ano, para vigor no ano seguinte.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo deste texto destacar os pontos principais da LDB, que de algum modo interessam diretamente aos profissionais que atuam na Educação Básica, em quaisquer dos seus níveis.

Como assinalamos logo de início, em razão do espaço reservado a este texto no Caderno de Formação Introdutório, muitas questões foram deixadas de lado.

Todavia, é importante destacar que no terceiro bloco, o tema da legislação educacional voltará a merecer nossa atenção e, de forma mais aprofundada.

## REFERÊNCIAS .....



BRANDÃO, C. da F. **LDB: passo a passo**. São Paulo: AVERCAMP, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL>>. Acesso em 20 nov.2009.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: 1996. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394>. Acesso em 20 nov.2009.

BRASIL. Lei 12.056, de 13 de outubro de 2009. Brasília: 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L12056>. Acesso em 20 nov.2009.

BRASIL. Lei 12.014, de 06.08.2009 – dá nova redação ao artigo 61 da Lei 9.394, de 20/12/1996. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L12.014>. Acesso em 20 nov.2009.

BRASIL. Lei 9.475, de 22.07.1997 – Dá nova redação ao artigo 33 da Lei 9.394, de 20.12.1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1997. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03Leis/9475.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03Leis/9475.htm). Acesso em 25/10/2009.

BRASIL. Lei 11.525, de 25.09.2007 - Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei 9.394, de 20.12.1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. Brasília: 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11525.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11525.htm). Acesso em 25/10/2009.

BRASIL. Lei 12.013, de 06.08.2009 – altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20.12.1996, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares aos pais, conviventes ou não com seus filhos. Brasília: 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12013.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12013.htm). Acesso em 25/10/2009.

BRASIL. Lei 11.700, de 13.06.2008 – Acrescenta inciso X ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20.12.1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade. Brasília: 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11.700.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11.700.htm)

BRZEZINSKI, Iria (organizadora). **LDB – dez anos depois-** reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96.** 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

FARIA, Ana Lúcia Goulart; PALHARES, Marina Silveira (orgs.) **Educação Infantil Pós – LDB:** rumos e desafios. Col. Polêmicas do nosso tempo, nº 62. São Paulo: Autores Associados/Faculdade de Educação/Editora da UFSCar/Editora da UFSC, 199.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia (GO): Alternativa. 2001.

LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e epistemologia.** Ijuí: Ed. Iníjuí, 2007.

PALMA FILHO, João Cardoso. **Educação brasileira nos textos legais.** Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação. São Paulo: PROGRAD/UNESP e Páginas & Letras. 2007.

PALMA FILHO, João Cardoso. **Política educacional brasileira:** educação brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos. São Paulo: CTE Editora, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB.** Campinas (SP): Autores Associados. 2007.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da; MACHADO, Lourdes Marcelino (organizadoras). **LDB:** trajetória para a cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

# O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA

1. José Carlos Libâneo: Pós-Doutorado pela Universidade de Valladolid (Espanha), Prof. Titular aposentado da Universidade Federal de Goiás.

José Carlos Libâneo<sup>1</sup>

Neste capítulo são apresentados alguns elementos básicos para o conhecimento da organização escolar e para a atuação dos professores e do pessoal técnico-administrativo. Serão abordados os seguintes itens: as concepções de organização e gestão escolar; a estrutura organizacional da escola; os elementos constitutivos do processo organizacional.

## AS CONCEPÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

O estudo da escola como organização de trabalho não é novo, há toda uma pesquisa sobre administração escolar que remonta aos pioneiros da educação nova, nos anos 30. Esses estudos se deram no âmbito da Administração Escolar e, frequentemente, estiveram marcados por uma concepção burocrática, funcionalista, aproximando a organização escolar da organização empresarial. Tais estudos eram identificados com o campo de conhecimentos denominado Administração e Organização Escolar ou, simplesmente Administração Escolar. Nos anos 80, com as discussões sobre reforma curricular dos cursos de Pedagogia e de Licenciaturas, a disciplina passou em muitos lugares a ser denominada de Organização do Trabalho Pedagógico ou Organização do Trabalho Escolar, adotando um enfoque crítico, frequentemente restringido a uma análise crítica da escola dentro da organização do trabalho no Capitalismo. Houve pouca preocupação, com algumas exceções, com os aspectos propriamente organizacionais e técnico-administrativos da escola.

É sempre útil distinguir, no estudo desta questão, um enfoque científico-racional e um enfoque crítico, de cunho sócio-político. Não é difícil aos futuros professores fazerem distinção entre essas duas concepções de organização e gestão da escola. No primeiro enfoque, a organização escolar é tomada como uma realidade objetiva, neutra, técnica, que funciona racionalmente; portanto, pode ser planejada, organizada e controlada, de modo a alcançar maiores índices de eficácia e eficiência. As escolas que operam nesse modelo dão muito peso à estrutura organizacional: organograma de cargos e funções, hierarquia de funções, normas e regulamentos, centralização das decisões, baixo grau de participação das pessoas que trabalham na organização, planos de ação feitos de cima para baixo. Este é o modelo mais comum de funcionamento da organização escolar.

O segundo enfoque vê a organização escolar basicamente como um sistema que agrega pessoas, importando bastante a intencionalidade e as interações sociais que acontecem entre elas, o contexto sócio-político etc. A organização escolar não seria uma coisa totalmente objetiva e funcional, um elemento neutro a ser observado, mas uma construção social levada a efeito pelos professores, alunos, pais e integrantes da comunidade próxima. Além disso, não seria caracterizado pelo seu papel no mercado mas pelo interesse público. A visão crítica da escola resulta em diferentes formas de viabilização da gestão democrática, conforme veremos em seguida.

Com base nos estudos existentes no Brasil sobre a organização e gestão escolar e nas experiências levadas a efeito nos últimos anos, é possível apresentar, de forma esquemática, três das concepções de organização e gestão: a técnico-científica (ou funcionalista), a autogestionária e a democrático-participativa.

A concepção *técnico-científica* baseia-se na hierarquia de cargos e funções visando a racionalização do trabalho, a eficiência dos serviços escolares. Tende a seguir princípios e métodos da administração empresarial. Algumas características desse modelo são:

- Prescrição detalhada de funções, acentuando-se a divisão técnica do trabalho escolar (tarefas especializadas).
- Poder centralizado do diretor, destacando-se as relações de subordinação em que uns têm mais autoridades do que outros.
- Ênfase na administração (sistema de normas, regras, procedimentos burocráticos de controle das atividades), às vezes descuidando-se dos objetivos específicos da instituição escolar.
- Comunicação linear (de cima para baixo), baseada em normas e regras.
- Maior ênfase nas tarefas do que nas pessoas.

Atualmente, esta concepção também é conhecida como gestão da qualidade total.

A concepção *autogestionária* baseia-se na responsabilidade coletiva, ausência de direção centralizada e acentuação da participação direta e por igual de todos os membros da instituição. Outras características:

- Ênfase nas inter-relações mais do que nas tarefas.
- Decisões coletivas (assembléias, reuniões), eliminação de todas as formas de exercício de autoridade e poder.
- Vínculo das formas de gestão interna com as formas de auto-gestão social (poder coletivo na escola para preparar formas de auto-gestão no plano político).

- Ênfase na auto-organização do grupo de pessoas da instituição, por meio de eleições e alternância no exercício de funções.

- Recusa a normas e sistemas de controle, acentuando-se a responsabilidade coletiva.

- Crença no poder instituinte da instituição (vivência da experiência democrática no seio da instituição para expandi-la à sociedade) e recusa de todo o poder instituído. O caráter instituinte se dá pela prática da participação e auto-gestão, modos pelos quais se contesta o poder instituído.

A concepção *democrática-participativa* baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação do pessoal da escola. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de gestão em que as decisões são tomadas coletivamente e discutidas publicamente. Entretanto, uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assumira a sua parte no trabalho, admitindo-se a coordenação e avaliação sistemática da operacionalização das decisões tomada dentro de uma tal diferenciação de funções e saberes.<sup>2</sup> Outras características desse modelo:

2. É necessário alentar que há diversos entendimentos do que deva ser a gestão participativa enquanto forma concreta de organização da escola. Na bibliografia final apresentamos várias obras que expõem diferentes pontos de vista sobre essa questão. O autor apresenta aqui seu próprio entendimento.

- Definição explícita de objetos sócio-políticos e pedagógicos da escola, pela equipe escolar.

- Articulação entre a atividade de direção e a iniciativa e participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela.

- A gestão é participativa mas espera-se, também, a gestão da participação.

- Qualificação e competência profissional.

- Busca de objetividade no trato das questões da organização e gestão, mediante coleta de informações reais.

- Acompanhamento e avaliação sistemáticos com finalidade pedagógica: diagnóstico, acompanhamento dos trabalhos, reorientação dos rumos e ações, tomada de decisões.

- Todos dirigem e são dirigidos, todos avaliam e são avaliados.

Atualmente, o modelo democrático-participativo tem sido influenciado por uma corrente teórica que compreende a organização escolar como cultura. Esta corrente afirma que a escola não é uma estrutura totalmente objetiva, mensurável, independente das pessoas, ao contrário, ela depende muito das experiências subjetivas das pessoas e de suas interações sociais, ou seja, dos significados que as pessoas dão às coisas enquanto significados socialmente produzidos e mantidos. Em outras palavras, dizer que a organização é uma cultura significa que ela é construída pelos seus próprios membros.

Esta maneira de ver a organização escolar não exclui a presença de elementos objetivos, tais como as ferramentas de poder externas e internas, a estrutura organizacional, e os próprios objetivos sociais e culturais definidos pela sociedade e pelo Estado. Uma visão sócio-crítica propõe considerar dois aspectos interligados: por um lado, compreende que a organização é uma construção social, a partir da Inteligência subjetiva e cultural das pessoas, por outro, que essa construção não é um processo livre e voluntário, mas mediatizado pela realidade sócio-cultural e política mais ampla, incluindo a influência de forças externas e internas marcadas por interesses de grupos sociais, sempre contraditórios e às vezes conflitivos. Busca relações solidárias, formas participativas, mas também valoriza os elementos internos do processo organizacional- o planejamento, a organização e a gestão, a direção, a avaliação, as responsabilidades individuais dos membros da equipe e a ação organizacional coordenada e supervisionada, já que precisa atender a objetivos sociais e políticos muito claros, em relação à escolarização da população.

As concepções de gestão escolar refletem portanto, posições políticas e concepções de homem e sociedade. O modo como uma escola se organiza e se estrutura tem um caráter pedagógico, ou seja, depende de objetivos mais amplos sobre a relação da escola com a conservação ou a transformação social. A concepção funcionalista, por exemplo, valoriza o poder e a autoridade, exercidas unilateralmente. Enfatizando relações de subordinação, determinações rígidas de funções, hipervalorizando a racionalização do trabalho, tende a retirar ou, ao menos, diminuir nas pessoas a faculdade de pensar e decidir sobre seu trabalho. Com isso, o grau de envolvimento profissional fica enfraquecido.

As duas outras concepções valorizam o trabalho coletivo, implicando a participação de todos nas decisões. Embora ambas tenham entendimentos das relações de poder dentro da escola, concebem a participação de todos nas decisões como importante ingrediente para a criação e desenvolvimento das relações democráticas e solidárias. Adotamos, neste livro, a concepção democrático-participativa.

## A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE UMA ESCOLA

Toda a instituição escolar necessita de uma estrutura de organização interna, geralmente prevista no Regimento Escolar ou em legislação específica estadual ou municipal. O termo *estrutura* tem aqui o sentido de ordenamento e disposição das funções que asseguram o funcionamento de um todo, no caso a escola. Essa estrutura é comumente representada graficamente num *organograma*- um tipo de gráfico que mostra a inter-relações entre os vários setores e funções de uma organização ou serviço. Evidentemente a forma do organograma reflete a concepção de organização e gestão. A estrutura organizacional de escolas se diferencia conforme a legislação dos Estados e Municípios e, obviamente, conforme as concepções de organização e gestão adotada, mas podemos apresentar a estrutura básica com todas as unidades e funções típicas de uma escola.

## ORGANOGRAMA BÁSICO DE ESCOLAS



### CONSELHO DE ESCOLA

O Conselho de Escola tem atribuições consultivas, deliberativas e fiscais em questões definidas na legislação estadual ou municipal e no Regimento Escolar. Essas questões, geralmente, envolvem aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros. Em vários Estados o Conselho é eleito no início do ano letivo. Sua composição tem uma certa proporcionalidade de participação dos docentes, dos especialistas em educação, dos funcionários, dos pais e alunos, observando-se, em princípio, a paridade dos integrantes da escola (50%) e usuários (50%). Em alguns lugares o Conselho de Escola é chamado de “colegiado” e sua função básica é democratizar as relações de poder (Paro, 1998; Cizeski e Romão, 1997) <sup>3</sup>

3. A descrição das várias funções da estrutura organizacional das escolas foi retirada, em boa parte, do livro de Vitor H. Paro, *Por Dentro da Escola Pública*, (1996).

### DIREÇÃO

O diretor coordena, organiza e gerencia todas as atividades da escola, auxiliado pelos demais componentes do corpo de especialistas e de técnicos-administrativos, atendendo às leis, regulamentos e determinações dos órgãos superiores do sistema de ensino e às decisões no âmbito da escola e pela comunidade. O assistente de diretor desempenha as mesmas funções na condição de substituto eventual do diretor.

- **Setor técnico-administrativo**

O setor técnico-administrativo responde pelas atividades-meio que asseguram o atendimento dos objetivos e funções da escola.

A *Secretaria Escolar* cuida da documentação, escrituração e correspondência da escola, dos docentes, demais funcionários e dos alunos. Responde também pelo atendimento ao público. Para a realização desses serviços, a escola conta com um secretário e escriturários ou auxiliares da secretaria.

O setor técnico-administrativo responde, também, pelos serviços auxiliares (Zeladoria, Vigilância e Atendimento ao público) e Multiméios (biblioteca, laboratórios, videoteca etc.).

A *Zeladoria*, responsável pelos serventes, cuida da manutenção, conservação e limpeza do prédio; da guarda das dependências, instalações e equipamentos; da cozinha e da preparação e distribuição da merenda escolar; da execução de pequenos consertos e outros serviços rotineiros da escola.

A *Vigilância* cuida do acompanhamento dos alunos em todas as dependências do edifício, menos na sala de aula, orientando-os quanto a normas disciplinares, atendendo-os em caso de acidente ou enfermidade, como também do atendimento às solicitações dos professores quanto a material escolar, assistência e encaminhamento de alunos.

O serviço de *Multimeios* compreende a biblioteca, os laboratórios, os equipamentos audiovisuais, a videoteca e outros recursos didáticos.

- **Setor Pedagógico**

O setor pedagógico compreende as atividades de coordenação pedagógica e orientação educacional. As funções desses especialistas variam conforme a legislação estadual e municipal, sendo que em muitos lugares suas atribuições ora são unificadas em apenas uma pessoa, ora são desempenhadas por professores. Como são funções especializadas, envolvendo habilidades bastante especiais, recomenda-se que seus ocupantes sejam formados em cursos de Pedagogia ou adquiram formação pedagógico-didática específica.<sup>4</sup>

4. A formação específica de supervisores ou coordenadores pedagógicos tem sido motivo de bastante polêmica entre os educadores, com diferenças marcantes de posições. Para melhor conhecimento do assunto, ver o livro *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* (Libâneo, 1999), e o artigo de Libâneo e Pimenta, na revista *Educação e Sociedade*, n.68, 1999.

O *coordenador pedagógico* ou professor coordenador supervisiona, acompanha, assessora, avalia as atividades pedagógico-curriculares. Sua atribuição prioritária é prestar assistência pedagógico-didática aos professores em suas respectivas disciplinas, no que diz respeito ao trabalho ao trabalho interativo com os alunos. Há lugares em que a coordenação restringe-se à disciplina em que o coordenador é especialista; em outros, a coordenação se faz em relação a todas as disciplinas. Outra atribuição que cabe ao coordenador pedagógico é o relacionamento com os pais e a comunidade, especialmente no que se refere ao funcionamento pedagógico-curricular e didático da escola e comunicação e interpretação da avaliação dos alunos.

O *orientador educacional*, onde essa função existe, cuida do atendimento e do acompanhamento escolar dos alunos e também do relacionamento escola-pais-comunidade.

O *Conselho de Classe ou Série* é um órgão de natureza deliberativa quanto à avaliação escolar dos alunos, decidindo sobre ações preventivas e corretivas em relação ao rendimento dos alunos, ao comportamento discente, às promoções e reprovações e a outras medidas concernentes à melhoria da qualidade da oferta dos serviços educacionais e ao melhor desempenho escolar dos alunos.

- **Instituições Auxiliares**

Paralelamente à estrutura organizacional, muitas escolas mantêm Instituições Auxiliares tais como: a APM (Associação de Pais e Mestres), o Grêmio Estudantil e outras como Caixa Escolar, vinculadas ao Conselho de Escola (onde este existia) ou ao Diretor.

A *APM* reúne os pais de alunos, o pessoal docente e técnico-administrativo e alunos maiores de 18 anos. Costuma funcionar mediante uma diretoria executiva e um conselho deliberativo.

O *Grêmio Estudantil* é uma entidade representativa dos alunos criada pela lei federal n.7.398/85, que lhe confere autonomia para se organizarem em torno dos seus interesses, com finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais.

Ambas as instituições costumam ser regulamentadas no Regime Escolar, variando sua composição e estrutura organizacional. Todavia, é recomendável que tenham autonomia de organização e funcionamento, evitando-se qualquer tutelamento por parte da Secretaria da Educação ou da direção da escola.

Em algumas escolas, funciona a Caixa Escolar, em outras um setor de assistência ao estudante, que presta assistência social, econômica, alimentar, médica e odontológica aos alunos carentes.

- **Corpo Docente**

O Corpo docente é constituído pelo conjunto dos professores em exercício na escola, que tem como função básica realizar o objetivo prioritário da escola, o ensino. Os professores de todas as disciplinas formam, junto com a direção e os especialistas, a equipe escolar. Além do seu papel específico de docência das disciplinas, os professores também têm responsabilidades de participar na elaboração do plano escolar ou projeto pedagógico-curricular, na realização das atividades da escola e nas decisões dos Conselhos de Escola e de classe ou série, das reuniões com os pais (especialmente na comunicação e interpretação da avaliação), da APM e das demais atividades cívicas, culturais e recreativas da comunidade.

## OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA

A gestão democrática-participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo, aposta na construção coletiva dos objetivos e funcionamento da escola, por meio da dinâmica intersubjetiva, do diálogo, do consenso. Nos itens interiores mostramos que o processo de tomada de decisão inclui, também, as ações necessárias para colocá-la em prática. Em razão disso, faz-se necessário o emprego dos elementos ou processo organizacional, tal como veremos adiante.

De fato, a organização e gestão refere-se aos meios de realização do trabalho escolar, isto é, à racionalização do trabalho e à coordenação do esforço coletivo do pessoal que atua na escola, envolvendo os aspectos, físicos e materiais, os conhecimentos e qualificações práticas do educador, as relações humano-interacionais, o planejamento, a administração, a formação continuada, a avaliação do trabalho escolar. Tudo em função de atingir os objetivos. Ou seja, como toda instituição as escolas buscam resultados, o que implica uma ação racional, estruturada e coordenada. Ao mesmo tempo, sendo uma atividade coletiva, não depende apenas das capacidades e responsabilidades individuais, mas de objetivos comuns e compartilhados e de ações coordenadas e controladas dos agentes do processo.

O processo de organização educacional dispõe de elementos constitutivos<sup>5</sup> que são, na verdade, instrumentos de ação mobilizados para atingir os objetivos escolares.

5. Esses elementos constitutivos da organização são designados, também, na bibliografia especializada, de funções administrativas ou etapas do processo administrativo. Os autores geralmente mencionam as quatro funções estabelecidas nas teorias clássicas da Administração Geral: planejamento, organização, direção, controle.

Tais elementos ou instrumentos de ação são:

**Planejamento** - processo de explicitação de objetivos e antecipação de decisões para orientar a instituição, prevendo-se o que se deve fazer para atingi-los.

**Organização** - Atividade através da qual se dá a racionalização dos recursos, criando e viabilizando as condições e modos para se realizar o que foi planejado.

**Direção/Coordenação** - Atividade de coordenação do esforço coletivo do pessoal da escola.

**Formação continuada** - Ações de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da escola para que realizem com competência suas tarefas e se desenvolvam pessoal e profissionalmente.

**Avaliação** - comprovação e avaliação do funcionamento da escola.

LIBÂNEO, José Carlos. "O sistema de organização e gestão da escola" In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.



## AGENDA DA PRIMEIRA SEMANA

29/03/2010 a 03/04/2010

Caros alunos!

Sejam bem-vindos à Disciplina A Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Trabalharemos nesta segunda disciplina vários temas interessantes relacionados à Legislação Educacional, por meio da Constituição Federal, LDB e Plano Nacional de Educação.

Assim teremos vários textos, vídeos e atividades, abordando estes temas. Lembrem-se que os materiais podem ser acessados também, por meio do CD-ROM.

As atividades desenvolvidas nesta disciplina, durante a primeira semana, poderão ser entregues, sem descontos em nota, até o sábado (03/04/2010, as 23:55hs), com exceção daquelas que forem avisadas de prazos diferentes. Atividades entregues fora do prazo estabelecido entrarão no período de recuperação de prazos (04 a 07/04/2010, as 23:55hs), e terão suas notas avaliadas com descontos. Por isso, aconselhamos que não deixem para postar suas atividades de última hora.

Os quadros abaixo mostram como ficou o esquema das aulas, mas, antes de começarmos as atividades, entrem na Ferramenta **Correio** e vejam a mensagem de boas-vindas que o Professor Palma escreveu para vocês.

Bom trabalho!



### 1ª Aula Presencial: 29/03/2010

**Atividade 01:** Apresentação do tema: “Importância do estudo da Constituição Federal relacionada à área da Educação”;

**Atividade 02:** Assistir ao Vídeo 1: Professor Carlos Roberto Jamil Cury;

**Atividade 03:** Leitura e discussão do texto Prof. Palma: “Síntese da LDB”

**Atividade 04:** Reflexão sobre Princípios Educacionais (entrevista com Prof. Cury).



### 1º Período Virtual: 30 e 31/03/2010

**Atividade 05:** Leitura de Texto: Constituição Federal (art. 205 a 214) e do texto da LDB;

**Atividade 06:** Apresentação de *slides* sobre LDB.

**Atividade 07:** Concepção organizadora da escola: Técnico-Científica;



### 2ª Aula Presencial: 01/04/2010

**Atividade 08:** Retomada das Concepções Organizadoras da Escola.

**Atividade 09:** Concepção organizadora da escola: Autogestionária - Grupo

**Atividade 10:** Concepção organizadora da escola: Democrático-Participativa – Grupo.



### 2º Período Virtual: 02 e 03/04/2010

**Atividade 11:** Questionário sobre LDB;

**Atividade 12:** Fórum de Discussão: “Artigo 23 da LDB”

**Atividade 13:** Reflexão sobre Avaliação



## ATIVIDADES DA PRIMEIRA SEMANA

1ª Aula Presencial: 29/03/2010



### Atividade 1: Apresentação do tema “Importância do estudo da Constituição Federal relacionada à área da Educação”

Olá, queridos alunos!

Hoje começaremos nossas atividades com a apresentação do tema Constituição Federal e LDBEN. Assim, seu Orientador de Disciplina fará observações gerais sobre a importância do estudo da Constituição Federal, com destaque para os artigos que se relacionam com a educação.

Em seguida, será disponibilizado um pequeno texto que discorre sobre o processo de discussão da LDBEN no Congresso Nacional (Câmara Federal e Senado Federal).

Faremos também uma comparação entre o texto aprovado na Câmara Federal e o que tramitou paralelamente no Senado Federal e que acabou sendo o texto que se transformou na Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro.

Depois desta apresentação, não se esqueçam da próxima atividade proposta para essa aula: Atividade 2.

Vamos lá!

#### Atenção aos prazos de entrega das atividades!

As atividades desenvolvidas nesta disciplina, durante a primeira semana, poderão ser entregues, sem descontos em nota, até o sábado, com exceção daquelas que forem avisadas de prazos diferentes. Atividades entregues fora do prazo estabelecido, entrarão no período de recuperação de prazos, e terão suas notas avaliadas com descontos. Por isso, aconselhamos que não deixem para postar suas atividades de última hora.

**Início da entrega:** 29 de março de 2010

**Término da entrega:** 03 de abril de 2010 (23:55hs)

**Período de recuperação de prazos:** 04 a 07 de abril de 2010 (23:55hs)

### Atividade 2: Assistir a exposição feita pelo Prof. Carlos Roberto Jamil Cury

Caríssimos!

Agora que seu Professor Orientador de Disciplina já fez a apresentação inicial do tema, vamos assistir à exposição feita pelo Prof. Carlos Roberto Jamil Cury, veiculada pela TV Digital (UNIVESP/TV).

Para acessá-la, vocês já sabem: basta clicarem no *link* direto; acessarem a Ferramenta **Material de Apoio** – Pasta Vídeos – Vídeo 1 - Professor Carlos R. J. Cury.

Durante a apresentação do vídeo, tentem traçar paralelos com seu contexto escolar: vocês acreditam que os pontos (princípios educacionais) apontados pelo Professor Cury estão sendo observados na sua escola?

Bom vídeo!

@ **Link: Entrevista com o professor Jamil Cury** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/76>)

**Atividade 3: Leitura do Texto do Professor João Cardoso Palma Filho****Síntese da LDB**

Queridos alunos!

Agora vamos nos aprofundar no assunto lendo o texto que o Professor Palma desenvolveu para vocês.

Vocês podem acessá-lo por meio do *link* direto ou por meio da Ferramenta **Leituras** - Atividade 3 - Texto do Professor Palma no menu do lado esquerdo.

Boa leitura!

@ **Link: Texto do Professor João Cardoso Palma Filho - Síntese da LDB** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/33>)

**Atividade 4: Reflexão sobre entrevista com Prof. Cury**

Caríssimos!

Após a apresentação do tema, da fala do professor Cury, e ainda da leitura do texto do Professor Palma, vocês deverão refletir sobre as questões abaixo:

- a) Que pontos da LDB você considera que estão sendo cumpridos na sua escola e quais não estão?
- b) Em relação aos que não estão sendo aplicados, que razões você aponta para este fato?
- c) A sua escola possui regimento escolar? Você já o leu?

Componham suas respostas em um arquivo, do editor de textos no seu computador ou *pen drive*, com o título “Atividade 4 - Reflexão sobre entrevista com Prof. Cury”, salvem em sua pasta LDB com o mesmo nome, e postem em seus respectivos Portfólios Individuais, deixando “Compartilhado com Formadores” e associando à avaliação.

Bom trabalho!

**Valor:** 10

**Tipo da Atividade:** Individual

**Objetivos:** Relacionar os princípios gerais da LDB, como por ex. flexibilidade; estado avaliador e a realidade da sua escola.

**Crterios:** Inserir comentários no Portfólio Individual, respondendo as três perguntas da atividade, dentro do prazo estabelecido; - Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno).

1º Período Virtual: 30 e 31/03/2010

**Atividade 5: Leitura do texto da Constituição Federal (art. 205 a 214) e do texto da LDB**

Prezados!

Hoje iniciaremos com leituras fundamentais sobre o tema.

Disponibilizamos para vocês na Ferramenta Leituras, e nos *links* diretos, o texto da Constituição Federal que contém dispositivos que tratam da educação (art. 205 a 214, principalmente) e também o texto integral da LDB (LEI Nº 9.394). Façam as leituras e depois acessem a Atividade 06. Boa leitura!

@ **Link: Constituição Federal: Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/44>)

@ **Link: LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/52>)

### Atividade 6: Apresentação dos Slides sobre a LDB

Queridos!

Encontra-se disponível no *link* direto e na Ferramenta **Material de Apoio** - Pasta Material Complementar - Atividade 6 - Apresentação de Slides sobre a LDB, um conjunto de *slides*, no qual destacamos os principais artigos da LDB, sob o prisma da organização da escola. Neste primeiro momento, priorizaremos os artigos 1º, 22, 23 e 24.

Leiam com atenção!

@ **Link: Slides LDB** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/45>)

### Atividade 7: Concepção organizadora da escola: Técnico-Científica

Caríssimos!

Trabalharemos agora e nas próximas atividades (Atividades 9 e 10), com um texto de autoria do Prof. José Carlos Libâneo, “O Sistema de Organização e Gestão da Escola”, onde ele indica três concepções organizadoras da escola: a Concepção Técnico-Científica, a Autogestionária e a Democrático-Participativa.

Em cada atividade abordaremos uma parte do texto. Nesta primeira parte, trabalharemos com a Concepção Técnico-Científica.

De acordo com o professor Libâneo, a Concepção Técnico-Científica, atualmente, também é conhecida como GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL (andou muito em moda no Brasil, lá pelos anos 1990).

Assim, considerem, neste primeiro momento, apenas os artigos 1º, 22, 23 e 24, e após a leitura da primeira parte do texto do professor Libâneo, procurem identificar o tipo de organização escolar que a LDB adotou.

Então, vamos lá! Bom trabalho!

**ATENÇÃO!**

Por meio do *link* direto ou da Ferramenta **Material de Apoio** - Pasta Material Complementar - Atividade 7 - Concepção Técnico-Científica, vocês terão acesso a um quadro onde se encontram, tanto a parte do texto que será trabalhada hoje, como as perguntas que devem ser respondidas. Salvem o quadro em seu computador e depois de respondidas as perguntas, postem a atividade em seus respectivos Portfólios Individuais com o título “Atividade 7 – Concepção Técnico-Científica”. Não se esqueçam de deixar a atividade “Totalmente Compartilhada” e associá-la à avaliação.

@ **Link: Concepção Técnico-Científica** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/46>)

**Valor:** 10

**Tipo da Atividade:** Individual

**Objetivos:** Estudar as diferentes concepções para organização da escola e identificar os elementos que caracterizam a concepção Técnico-Científica.

**Crítérios:** Apontar pelo menos dois elementos que identificam a concepção Técnico-Científica; - Entrega dentro do prazo estabelecido; - Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno).

2ª Aula Presencial – 01/04/2010



### Atividade 8: Retomada das Concepções Organizadoras da Escola

Prezados!

Hoje começaremos retomando o conceito já trabalhado pelo Professor Libâneo, ou seja, a

Concepção Técnico-Científica.

Seu Orientador de Disciplina discorrerá brevemente sobre esse conceito, e apresentará as outras Concepções abordadas por este autor: Concepções Autogestionária e Democrático-Participativa.

Boa aula!

### Atividade 9: Concepção organizadora da escola: Autogestionária

Caros alunos!

Reúnam-se em grupos de cinco alunos, discutam a Concepção Autogestionária levando em conta os artigos 1º, 22, 23 e 24 da LDB e respondam as questões propostas, no quadro do *link* direto (este quadro pode ser encontrado também na Ferramenta **Material de Apoio** - Pasta Material Complementar - Atividade 9 - Concepção Autogestionária).

Esta é uma atividade avaliativa que vocês deverão associar à avaliação, deixando-a “Compartilhada com Formadores”.

Bom trabalho!

Atenção!

Para a postagem nesta atividade, vocês deverão:

- entrar na Ferramenta Grupos, e formar os grupos desejados para realizarem a discussão do texto e responder as questões;
- identifiquem os grupos com os seguintes nomes: Grupo A, Grupo B...
- depois de respondidas as questões, postem o arquivo no Portfólio do Grupo formado com o título Atividade 9- Concepção Autogestionária.

@ **Link: Concepção Autogestionária** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47>)

**Valor:** 10

**Tipo da Atividade:** Em Grupo

**Objetivos:** Procurar estabelecer diferenciações entre as três Concepções para organização da escola; indicar pontos comuns entre as três Concepções.

**Crítérios:** Considerando como ponto de partida a escola na qual trabalha e apontar a concepção que mais se assemelha ao tipo de organizar presente na escola; - Entrega dentro do prazo estabelecido; - Gerais de produção textual (Manual do Aluno).

### Atividade 10: Concepção organizadora da escola: Democrático-Participativa

Caríssimos alunos!

Com o mesmo grupo, e ainda levando em conta os artigos 1º, 22, 23 e 24 da LDB, discutam sobre a última concepção organizadora da escola apontada pelo Prof. José Carlos Libâneo, no texto “O sistema de Organização e gestão da Escola: a concepção Democrático-Participativa.

Bom trabalho!

ATENÇÃO!

Respondam as questões propostas no quadro do *link* direto, e postem em seus respectivos Portfólios de Grupo com o título Atividade 10- Concepções organizadoras da escola: Concepção Democrático-Participativa.

Este quadro também pode ser encontrado na Ferramenta **Material de Apoio** - Pasta Material Complementar - Atividade 10 - Concepção Democrático-Participativa.

Esta é uma atividade avaliativa e vocês deverão associá-la à avaliação, deixando-a “Compartilhada com Formadores”. Bom trabalho!

@ **Link: Conceção Democrático-Participativa** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/48>)

**Valor:** 10

**Tipo da Atividade:** Em Grupo

**Objetivos:** Apontar a viabilidade ou não de organização da escola pública segundo esse padrão de organização.

**Crítérios:** Considerando a escola em que atua como professor, indicar dois entraves para que esse tipo de concepção possa ser posta em prática; - Entrega dentro do prazo estabelecido; - Gerais de produção textual (Manual do Aluno).

2º Período Virtual: 02 e 03/04/2010



### Atividade 11: Questionário sobre LDB

Queridos!

Vamos explorar um pouco mais a LDB naquilo que interessa à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

Inicialmente, focalizando o modo como a LDB trata a questão sobre Avaliação do Rendimento Escolar (não gosto dessa expressão, mas é assim que aparece no texto da Lei), que para facilitar seu entendimento, transcrevo:

“Art. 24 A educação básica, nos níveis fundamental e médio será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V – A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.”

Assim, acessem o *link* direto, respondam as questões e anexem o arquivo em seu Portfólio Individual, com o título “Atividade 11 – Questionário sobre LDB”. Não se esqueçam de salvar suas respostas no arquivo antes de o anexarem.

Essas questões podem ser encontradas também por meio da Ferramenta **Material de Apoio** - Pasta Material Complementar - Atividade 11 - Questionário sobre LDB.

Esta é uma atividade avaliativa, então não deixem de associá-la à avaliação, nem de “Compartilhar com Formadores”.

Bom trabalho

@ **Link: Questionário sobre LDB** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/90>)

### Atividade 12: Fórum de Discussão sobre artigo 23 da LDB

Caríssimos!

Vamos considerar a partir deste momento, o que dispõe o artigo 23 da LDB. Está nos “slides” (Ferramenta **Material de Apoio**), mas para facilitar vou transcrevê-lo:

“A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seria-

dos, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.”

“§ 1º - A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.”

“§ 2º - O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.”

Antes de iniciar a discussão com seus colegas sobre o conteúdo deste artigo, alguns esclarecimentos.

O que significa “...peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas”...? O entendimento é que o calendário escolar não precisa, necessariamente, ser o mesmo em todas as escolas do Brasil. Pode, por exemplo, ser diferente na Zona Rural, respeitando os períodos do plantio e da colheita. Recentemente, o calendário escolar teve que ser alterado no Estado de São Paulo, em razão do surto da chamada “gripe do porco” (Atenção: nada tem a ver com o Palmeiras!).

Nesse mesmo parágrafo, afirma-se que o calendário pode ser alterado, a critério do “... sistema de ensino...”. O que é isto?

De acordo com a LDB, há três Sistemas de Ensino: Federal, Estadual e Municipal. No caso, quem estabelece os critérios para alteração do calendário escolar, para o Sistema Federal é o Conselho Nacional de Educação (CNE); para os Sistemas Estaduais (27), um em cada Estado e mais um no Distrito Federal (Brasília) é o Conselho Estadual de Educação (CEE) e finalmente, nos municípios, é o Conselho Municipal de Educação (CME). Caso na sua cidade não haja Conselho Municipal de Educação, as escolas deverão seguir as normas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação.

A partir destas colocações, acessem a Ferramenta **Fórum de Discussão** - Fórum de Discussão sobre artigo 23 da LDB, e respondam às perguntas da mensagem disparadora.

Lembrem-se de usar a opção “Responder” ao invés de “Nova Mensagem”, assim o fórum fica organizado e segue uma ordem lógica.

**Atenção! O prazo final para participação deste fórum é dia 07/04/2010.**

Participem!

### Atividade 13: Reflexão sobre Avaliação

Sobre Avaliação, a Professora Silza Valente afirma:

“A Avaliação deve partir da realidade e a ela retornar para transformá-la. Se não realizar esse processo, não pode ser considerada como tal. Sua razão de ser terá deixado de existir.” (Silza Valente)

Partindo desta afirmação e refletindo sobre os Modelos de Concepções Avaliativas, que podem ser acessados por meio do *link* direto, respondam:

Qual deles você considera que se identifica mais com a afirmação feita pela professora Silza Valente?

Postem suas considerações em seu Portfólio Individual, com o título “Atividade 13- Reflexão sobre Avaliação”, e não se esqueçam de associar a atividade à avaliação e de deixá-la “Compartilhada com Formadores”. Bom trabalho!

@ **Link: Modelos de Concepções Avaliativas** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/91>)

## AGENDA DA SEGUNDA SEMANA

05/04/2010 a 10/04/2010



Olá, queridos alunos!

Esta semana, vamos trabalhar com a revisão de conteúdos e separar um tempinho para colocar as atividades que faltaram em dia e desenvolver mais algumas, além de elaborarem as memórias da disciplina. Lembrem-se que os textos, vídeos e arquivos complementares podem ser acessados por meio de seu *CD-ROM*.

Então mãos à obra!



### 3ª Aula Presencial – 05/04/2010

**Atividade 14:** Reflexão sobre o texto do Professor Libâneo - Duplas;

**Atividade 15:** Conflitos sobre Avaliação;

**Atividade 16:** Reflexão sobre os diferentes significados atribuídos à avaliação.



### 3º Período Virtual - 06 e 07/04/2010

**Atividade 17:** Organização escolar adotada pela LDB.



### 4ª Aula Presencial – 08/04/2010

**Atividade 18:** - Prova Presencial.



### 4º Período Virtual – 09 e 10/04/2010

**Atividade 19:** Reflexão no Diário de Bordo sobre LDB.

Qualquer problema, por favor, entrem em contato pela ferramenta correio ou presencialmente, com seu Orientador de Disciplina.

Uma ótima semana!



## ATIVIDADES DA SEGUNDA SEMANA

### 3ª Aula Presencial – 05/04/2010



#### Atividade 14: Reflexão sobre o texto do Professor Libâneo

Queridos! Hoje trabalharemos em duplas, embora a composição dos textos deva ser feita individualmente.

Assim, escolham um colega para discutir e refletir sobre a seguinte afirmação feita pelo professor Libâneo:

“Atualmente, o modelo Democrático-Participativo tem sido influenciado por uma corrente teórica que compreende a organização escolar como cultura. Esta corrente afirma que a escola não é uma estrutura totalmente objetiva, mensurável, independente das pessoas, ao contrário, ela depende muito das experiências subjetivas das pessoas e de suas interações sociais, ou seja, dos significados que as pessoas dão às coisas enquanto significados

socialmente produzidos e mantidos. Em outras palavras, dizer que a organização é uma cultura e significa que ela é construída pelos seus próprios membros”(LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. p. 99.).

Façam um comentário sobre os principais pontos discutidos e depois respondam as questões abaixo, individualmente. Salvem o arquivo com o título Atividade 14- Reflexão sobre gestão organizadora da escola, e poste-o em seu Portfólio Individual. Deixem o arquivo “Totalmente Compartilhado”.

Questões: Você considera que a concepção técnico-científica leva em conta o aspecto cultural da instituição escolar? Tendo como ponto de referência a sua escola, aponte os elementos principais da sua estrutura organizacional?

Importante: Vocês podem acessar o texto “O Sistema de Organização e Gestão da Escola”- do Professor Libâneo na íntegra, por meio do *link* direto ou da Ferramenta **Leituras**.

@ **Link: O Sistema de Organização e Gestão da Escola** (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/32>)

#### Atividade 15: Conflitos sobre Avaliação

Estimados!

Esta atividade deverá ser realizada como a anterior, ou seja, com uma discussão em dupla e produção de texto individual.

Por meio do *link* direto vocês terão acesso à figura “Conflitos sobre o Significado sa Avaliação”.

Observem, portanto, que temos diferentes atores sociais envolvidos com o processo de avaliação. Procurem imaginar e descrevam em seu Portfólio Individual, que significado tem para cada ATOR a AVALIAÇÃO.

Nomeiem a atividade com o título Atividade 15 – Conflitos sobre avaliação e deixe-a “Totalmente Compartilhada”.

Bom trabalho!

@ **Link: Conflitos sobre o significado da avaliação** <http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/92>

#### Atividade 16: Reflexão sobre os diferentes significados atribuídos à avaliação

Para finalizarmos os estudos sobre os diferentes significados de Avaliação, acessem o *link* direto e discutam com seus pares, traçando paralelos com seu contexto profissional e deixando seus colegas a par de como esses conceitos são empregados na(s) escola(s) em que atua(m).

Se quiserem, façam anotações dessas reflexões, para serem utilizadas futuramente na Atividade 19 - Reflexões sobre LDB.

Bom trabalho!

@ **Link: Diferentes significados atribuídos à avaliação** <http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/93>

3º Período Virtual: 06 a 07/04/2010



#### Atividade 17: Organização escolar adotada pela LDB

Queridos!

Com base no conjunto de *slides* (Ferramenta **Material de Apoio** - Pasta Material Comple-

mentar - Atividade 06), no qual destacamos os principais artigos da LDB, sob o prisma da organização da escola, considerando, neste primeiro momento, apenas os artigos 1º, 22, 23 e 24, e, após a leitura do texto de autoria do Prof. José Carlos Libâneo (O Sistema de Organização e Gestão da Escola), procurem identificar o tipo de organização escolar que a LDB adotou.

Salvem o arquivo com o título “Atividade 17 – Organização escolar adotada pela LDB” e postem-o em seu Portfólio Individual, deixando-o “Totalmente Compartilhado”.

Aproveitem o tempo deste período virtual, para estudar os conteúdos abordados nesta disciplina, e para colocar eventuais atividades atrasadas em dia. Se tiverem dúvidas, entrem em contato com seu Orientador de Disciplina, pelo correio.

Bons estudos!

4ª Aula Presencial: 08/04/2010



#### Atividade 18: Prova Presencial

Olá, queridos!

Agora que trabalhamos questões sobre a Legislação Educacional, por meio da análise da Constituição Federal, LDB e Plano Nacional de Educação, vamos verificar quais os principais conceitos adquiridos.

Boa prova!

4º Período Virtual: 09 e 10/04/2010



#### Atividade 19: Reflexões no Diário de Bordo sobre LDB

Caríssimos!

Concluimos hoje nossa reflexão sobre LDB. Vocês, certamente, já se defrontaram com essa questão em sua trajetória pessoal e profissional de educador. Sugerimos que vocês busquem evocar e sistematizar suas lembranças relacionadas à LDB, registrando-as em seu Diário de Bordo. Desse modo, vocês poderão retomá-las mais à frente, como parte das referências de sua história de vida profissional.

Criem então, em sua pasta “Memória do Professor” um arquivo com o nome “Reflexões sobre LDB”, e depois o copiem em seu Diário de Bordo com o mesmo nome. Não se esqueçam de clicar em “Compartilhado com Formadores” antes de enviarem.

Parabéns a todos que chegaram até aqui!

**Valor da nota:** 1.00

**Objetivos:** Ajudar o aluno a desenvolver material para ser usado posteriormente na elaboração do TCC.

**Critérios de avaliação:** Participação

Muito obrigada e até segunda-feira, dia 12/04/2010, quando iniciaremos a D03 - Política Educacional. O acesso ao ambiente desta disciplina deverá ser feito por meio do Portal Acadêmico no endereço <http://www.edutec.unesp.br>.

Até lá!



# PEDAGOGIA UNESP/UNIVESP

Sheila Zambello de Pinho  
Coordenadora Geral e Pró-Reitora de Graduação

Ana Maria da Costa Santos Menin  
Coordenador Pedagógico

Klaus Schlünzen Júnior  
Coordenador de Mídias

Lourdes Marcelino Machado  
Coordenador de Capacitação

## CONSELHO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Ana Maria da Costa Santos Menin  
Presidente

Celestino Alves da Silva Júnior  
Célia Maria Guimarães  
João Cardoso Palma Filho  
Mariana Claudia Broens  
Tereza Maria Malatian

## SECRETARIA GERAL

Ivonette de Mattos  
Sueli Maiellaro Fernandes  
PROGRAD/Reitoria

## GRUPO DE TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA - NEaD

Pierre Archag Iskenderian  
André Luís Rodrigues Ferreira  
Dácio Miranda Ferreira  
Liliam Lungarezi de Oliveira  
Pedro Cássio Bissetti

## GRUPO DE CONTEÚDO PEDAGÓGICO E METODOLOGIA - NEaD

Deisy Fernanda Feitosa  
Elisandra André Maranhe  
Márcia Debieux de Oliveira Lima  
Rachel Cristina Vesu Alves



PROGRAD

UNIVESP

SES



GOVERNO DO ESTADO DE  
**SÃO PAULO**  
TRABALHANDO POR VOCÊ  
SECRETARIA DE  
ENSINO SUPERIOR



FUNDAÇÃO  
PADRE ANCHIETA

A diagramação deste caderno ocorreu no verão de 2010.  
Sua paginação deu-se com Adobe InDesign e a ilustração, com Adobe Illustrator,  
ambos em plataforma Mac OS e instalados em computadores do NEaD, no Ipiranga, São Paulo/Brasil.  
O corpo do texto é Times New Roman, Arial e, como vetores, Trajan e Linoscript.  
Seu miolo é em off-set 90 gramas e sua capa, em papel supremo 250 gramas  
com laminação fosca e 21 x 27.8cm de tamanho fechado.  
A impressão ficou a cargo da Gráfica Bandeirantes.



**unesp**  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROGRAD

UNIVESP

SES



GOVERNO DO ESTADO DE  
**SÃO PAULO**  
TRABALHANDO POR VOCÊ  
SECRETARIA DE  
ENSINO SUPERIOR



FUNDAÇÃO  
PADRE ANCHIETA

UNESP - Universidade Estadual Paulista  
Pró-Reitoria de Graduação  
Rua Quirino de Andrade, 215 - CEP 01049-010 - São Paulo - SP  
Tel.(11) 5627-0245  
[www.unesp.br](http://www.unesp.br)

ISBN 978-85-7983-045-7



9 788579 830440